



Lourenço Filho, Rodolfo Teófilo e Gustavo Barroso: A reinvenção do sertão cearense no início do século XX.

HARLEY ABRANTES MOREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS.

Lourenço Filho, Rodolfo Teófilo e Gustavo Barroso: A reinvenção do sertão cearense no início do século XX.

HARLEY ABRANTES MOREIRA

Natal, 24 de Agosto de 2009

Harley Abrantes Moreira

Lourenço Filho, Rodolfo Teófilo e Gustavo Barroso: A reinvenção do sertão cearense no início do século XX.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Representações espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Flávia de Sá Pedreira.

Natal, 24 de Agosto de 2009

HARLEY ABRANTES MOREIRA

Lourenço Filho, Rodolfo Teófilo e Gustavo Barroso: A reinvenção do sertão cearense no início do século XX.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Nome do Orientador

Nome do Avaliador Externo

Nome do Avaliador Interno

Nome do Suplente

Natal, _____ de _____ de _____

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, sobretudo, desarmar-se. Reconhecer nossas fragilidades e dependência de outras pessoas, no momento em que fomentamos determinada memória de um caminho percorrido em meio a tantos encontros que vão somando... Que vão passando...

Agradeço:

À minha orientadora Flávia de Sá Pedreira, pelas preciosas colaborações e pela atenção no acompanhamento da pesquisa;

A CAPES que, durante dois anos, proporcionou o financiamento deste trabalho;

Aos secretários e coordenadores do Programa de Pós Graduação em História da UFRN, pela eficiência e disposição em realizar suas funções (e até mais que elas), quando foi necessário solicitar favores que um aluno residente em cidade distante provavelmente necessitará;

Aos colegas do curso de mestrado, pelos diálogos desenvolvidos durante o período de cumprimento das disciplinas e pelas diversas colaborações, especialmente no empréstimo de materiais e indicação de fontes e bibliografia;

À minha amiga Fernanda de Souza e a toda sua família, me acolhendo tão carinhosamente em terras potiguares, quando de meus primeiros meses nesse curso;

Ao meu amigo Rogers Vidal, pelo empréstimo de inumeráveis livros e pela interlocução durante a pesquisa de campo, em Fortaleza. Sua disposição para o diálogo foi essencial para dar gosto a uma atividade que é tão silenciosa e solitária quanto a pesquisa;

À Cristiane de Oliveira que, corajosamente, ofereceu sua própria senha da Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, para que eu pudesse tomar por empréstimo os livros utilizados durante o ano passado em Fortaleza;

Ao caríssimo Raniere Costa, pelo surpreendente e marcante gesto de solidariedade ao se apresentar para ir de Natal a Recife trazer minha mudança, em nome da amizade;

Ao amigo Marcos Chartinet, pelas interlocuções e compartilhamento de bibliografia;

À amiga e colega Luciana Stambonski, pelo cuidado carinhoso em repartir informações importantes relacionadas ao nosso curso;

À minha namorada Thaís Tessarotto e toda sua família que, nesta fase final da pesquisa, participaram ativamente de meu trabalho, providenciando materiais, acompanhando meu desempenho e dialogando sobre diversos aspectos da escrita de uma dissertação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	02
CAP.1 – O SERTÃO FANÁTICO	15
1.1 - O SERTÃO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO	15
1.2 LOURENÇO FILHO E A CONSTRUÇÃO DO FANATISMO SERTANEJO	28
1.3 A RELIGIOSIDADE SERTANEJA NO OLHAR DE GUSTAVO BARROSO	47
CAP.2 – A SEDIÇÃO DE JUAZEIRO E A REINVENÇÃO DO SERTÃO CEARENSE A PARTIR DE UM DISCURSO DE ALTERIDADE	61
2.1- A SEDIÇÃO DE JUAZEIRO NA CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO SOBRE O SERTÃO	61
2.2 - RODOLFO TEÓFILO: ASPECTOS BIOGRÁFICOS DE UMA VIDA POLIVALENTE	72
2.2.1 – O HISTORIADOR RODOLFO TEÓFILO	76
2.3 – O DISCURSO DE RODOLFO TEÓFILO ACERCA DA SEDIÇÃO DE JUAZEIRO	81
2.4 – O SERTÃO CEARENSE COMO ESPAÇO INVENTADO NA MEDIAÇÃO DOS DISCURSOS DIRECIONADOS AO OUTRO	87

CAP.3 O SERTÃO BÁRBARIZADO PELOS DISCURSOS SOBRE O CANGAÇO	104
3.1 – O SERTÃO CEARENSE: UMA FORMAÇÃO DE IDEOLOGIAS ÉTNICAS E GEOGRÁFICAS	107
3.2 – TEMPOS MODERNOS E A QUESTÃO DO ESTADO NO COMBATE AO CANGAÇO	117
3.3 – O USO DO CANGAÇO NA CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO BÁRBARO	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
FONTES	154
BIBLIOGRAFIA	156

INTRODUÇÃO

Diz respeito ao ofício do historiador tratar de seus problemas através da categoria tempo que atua sobre a existência das coisas. Sendo assim, devo dizer que a vida desta pesquisa foi fecundada há três anos, quando da participação em uma das caminhadas do Grupo de Peregrinos e Peregrinas do Nordeste, um grupo ecumênico, de “mística esquerdista”, cujos membros, em sua maioria, pertencem a movimentos progressistas de igrejas cristãs. O GPPN, a vinte e três anos realiza a experiência de andar pelo sertão do Nordeste, privilegiando seus grotões de pobreza e os pontos de riqueza histórica e cultural reconhecidos como Palmares, Canudos ou Serra da Capivara.

No mês de Julho de 2006, tive minha primeira experiência com este grupo caminhando durante dez dias pelo sertão do Ceará, em um percurso que se iniciava em Assaré, cidade natal de Patativa, um dos maiores poetas populares cearenses, e se findava em Juazeiro, terra de Padre Cícero. Muitas eram as vivências do caminho e os encontros com os sertanejos nos povoados e pequenas cidades despertavam a curiosidade para um modo de vida *sui generis*, ao menos para um ser tão urbano quanto o autor destas linhas. Entre as tantas reflexões realizadas quando misturava a poeira dos livros com a poeira das estradas, uma especificidade me chamava a atenção de um modo especial: a fertilidade de causos e depoimentos sobre o cangaço e, é claro, sobre Lampião, o maior dos cangaceiros.

Causava curiosidade a maneira como as estórias se multiplicavam, dentro de uma historicidade que atravessava gerações pela tradição oral, fazendo de um personagem que morrera em 1938, um contemporâneo dos mais presentes nas rodas de conversa no sertão do século XXI. Nos depoimentos que ouvia a seu respeito, generoso era o número de causos e até de anedotas sobre o rei do cangaço, quase sempre lembrado pela valentia, sagacidade e até pela capacidade “invejável” de fazer o mal (no sertão, era preciso ser um “cabra muito bom” para realizar tantas maldades, ao menos para as pessoas com quem nos encontramos, pois

sabemos que qualquer tentativa de homogeneizar a região é complicada e aponta para estereótipos).

Foi a partir desse ponto que comecei a deter-me na questão de como e por que esse personagem, símbolo da região sertaneja, era significado de maneira tão diferente no sertão e no litoral, uma vez que as memórias de Lampião que faziam sentido a mim, indivíduo de alma metropolitana, eram quase sempre ligadas à sua criminalidade. Que tipo de sociedades ou de investimentos ideológicos estariam por trás de versões tão distintas sobre a vida de um mesmo indivíduo e um único fenômeno social? Como pensar a relação entre estas versões e os lugares de onde eram elaboradas? E mais: seria possível imaginar que as próprias narrativas teriam participação na construção do espaço do qual partiam?

As primeiras impressões a partir desses questionamentos iniciais nos levavam a suspeitar da existência de uma rachadura espacial entre sertão e cidade. No Brasil do século XXI ainda é possível perceber a divisão do território e da cultura nacional em litoral (ou cidade) e sertão (ou campo). Isso acontece em telenovelas, nos discursos políticos partidários, nos seriados televisivos e em músicas (sertanejas?) reprodutoras de chavões que tentam explicar o sertão, o qual aparece sob o signo de certa naturalidade, sempre oposta a das cidades. Gilmar Arruda inicia seu livro *Cidades e Sertões* destacando uma reportagem de determinado jornal paulista sobre as eleições municipais de 1996, o qual dizia: “No vale tudo eleitoral, candidatos transformam São Paulo em Sertão”¹. Nesta matéria, enfatizavam-se as denúncias de práticas políticas na periferia de São Paulo (cidade concebida como a mais moderna do país) que seriam comuns aos sertões das regiões Nordeste e Norte, apresentadas como atrasadas, em uma contraposição que dividiria a nação colocando de um lado as cidades e de outro os sertões.

Vários foram os sertões nascidos no Brasil. O sertão do qual trataremos, se refere ao do estado do Ceará que, no início do século XX, foi palco de inúmeras experiências humanas, históricas e culturais, conquistando notoriedade na capital devido às agitadas disputas políticas expressas na Sedição de Juazeiro, aos conturbados episódios sociais atribuídos à presença dos cangaceiros e a uma inusitada explosão religiosa que, no distante povoado Juazeirense,

¹ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*. Bauru, EDUSC, 2000, p.13.

centralizava-se na pessoa de Padre Cícero Romão, em torno da qual se multiplicava um exército de devotos.

Nesse período, fortes idéias e formas de representar a região sertaneja eram construídas na capital Fortaleza, a qual vivia o impacto da modernização e, através de suas elites letradas, se esforçava para elaborar uma auto-imagem civilizada e urbana, contraposta à que estes mesmos grupos produziam acerca de Juazeiro, seu reverso controverso.

Em nossa dissertação, pretendemos analisar os livros de Rodolfo Teófilo, Lourenço Filho e Gustavo Barroso escritos sobre as coisas do sertão do Ceará para, desse modo, discutir como um discurso de alteridade, com identidade urbana e moderna, se formulava no início do século XX, reinventando o espaço sertanejo a partir dos novos paradigmas da época, podendo apontar para a criação de uma identidade cosmopolita comum ao campo discursivo de suas obras.

A escolha dos três autores, Lourenço Filho, Rodolfo Teófilo e Gustavo Barroso, para a análise do que diziam sobre o sertão, se deu pelo fato de que todos se localizavam em Fortaleza durante parte de sua produção bibliográfica ou em grandes cidades como o Rio de Janeiro, para onde este último se dirigiu após escrever alguns livros na capital cearense. Outro motivo que nos levou a essa opção de fontes foi a influência destes escritores no momento em que escreviam, uma vez que vivenciavam a produção de idéias urbanas a partir de movimentos culturais e literários e, no caso de Lourenço Filho, esta influência se deu não apenas por sua posição política e intelectual, mas também pelo alcance de seu livro utilizado nesta dissertação como documento histórico e que, na época, mereceu duas edições, atingindo grande quantidade de comentários e premiações importantes no mundo das letras. Há, ainda, um terceiro fator que nos leva a recortar tais escritores para nossa discussão que é o fato de termos encontrado citações que faziam uns aos outros, indicando seus pertencimentos a um mesmo campo discursivo que fazia parte da construção de um saber litorâneo acerca do sertão.

Compreender os discursos elaborados por essa elite urbana acerca do sertão do Ceará, os quais construíam na capital um imaginário urbano para essas localidades interiores do estado, nos leva a afirmação de que um dos problemas teóricos centrais para a reflexão deste trabalho é o da produção dos espaços que, para nós, não são dados da natureza, mas

elaborações ideológicas, construídas a partir das motivações e de manifestações culturais de sujeitos históricos.

O espaço como categoria se faz presente em diversas áreas do conhecimento e nosso dever aqui será relativizá-la, problematizá-la, colocá-la no rol das coisas forjadas no calor e nos embates da história, daquelas que se constroem pelos homens e mulheres, que são inventadas pelos mesmos. Ao fazermos isso, estaremos retirando essa categoria da companhia de tudo o que é evidente, do que é óbvio, do que sempre esteve lá, do que existe em si como um dado da natureza a ser apenas percebido em sua pureza, retratado em sua existência *a priori*. O espaço que nos propomos pensar é um substantivo de múltiplos significados e possibilidades, irmanado ao tempo, é mais que um ponto de partida para todo e qualquer tipo de história, mas, sobretudo, o próprio caminho construído nela com seus agentes.

Pensar o espaço dessa forma é tarefa essencial para uma pesquisa que procura enxergar uma das camadas de discurso que constroem o sertão enquanto espacialidade. Por isso mesmo, o livro de Douglas Santos, *A Reinvenção do Espaço, diálogos em torno do significado de uma categoria*, apesar de não ser citado em nenhum dos capítulos desta dissertação, merece ser discutido aqui, onde apresentamos nossa postura teórica sobre a produção dos espaços pois, neste trabalho, o autor, um geógrafo, procura mostrar que esta categoria precisa ser historicizada, ao demonstrar a construção moderna da mesma.

Ao contrário do que afirmam as correntes mais tradicionais da Geografia, no livro acima citado o discurso do campo de saber geográfico, expresso através das linguagens cartográficas e dos textos discursivos, aparece, “sem dúvida, como leitura socialmente construída do mundo” (SANTOS: 1998). Nosso trabalho, portanto, guarda relações com a geografia que, de acordo com nossa interpretação, é uma maneira historicamente construída de olhar o mundo e de construir seus espaços.

Ao pensar o espaço do sertão cearense, estamos nos contrapondo à forma moderna de concebê-lo, a qual, contrariando a noção de espaço medieval da atuação dos homens, desenvolve uma noção espacial pautada pela geometria encarregada de dar formas àquilo que era vazio, oco, sem vida humana. De que maneira, portanto, nasce este espaço técnico/moderno? Quais os pilares de sustentação para seu desenvolvimento na filosofia e nas

ciências? Por estar dentro de uma discussão a respeito do espaço na História, assumindo uma perspectiva de oposição à maneira como a modernidade concebia o espaço, será necessário precisar os aspectos essenciais da formação do espaço moderno.

No livro já citado, Douglas Santos explica que os mapas encarregados de registrar o espaço terrestre na Idade Média eram marcados por paradigmas que lhes distanciavam generosamente das novas referências modernas. Para o autor

Os mapas produzidos e reproduzidos na Europa Ocidental, durante a maior parte do feudalismo, não tinham por objetivo qualquer tipo de precisão geométrica, isto é, não foram feitos para indicar lugares, caminhos ou qualquer outro tipo de referência toponímica que objetivasse esclarecer um leitor sobre sua real distribuição territorial(SANTOS DOUGLAS, 1998:35).

Naquele momento, o espaço era vivido pelos homens e o mapa apresentado pelo autor (ibdi, ibdem:196-197) registrava a localização de lugares utópicos como o do paraíso, cuja rota para atingi-lo não era composta de estradas ou trajetos marítimos, mas das regras de comportamento ético e moral próprias do período. Isso demonstra que é verdadeira a afirmação de que um mapa é sempre uma visão de mundo. Esta medieval cosmovisão começa a mudar com a chegada da geometria projetiva, trazendo uma nova definição de localização, e com o nascimento da perspectiva no século XIV.

Com a geometria projetiva, percebe-se a capacidade de olhar o mundo tridimensionalmente e de compreender que suas representações gráficas se distanciavam da realidade fenomênica. Nascia ali, naquele período de grandes mudanças no discurso científico, junto a uma nova maneira de conceber a natureza, uma inédita organização espacial. Através das cartas portulano, elaboradas por volta de 1300, as quais observam o mar Mediterrâneo e uma parte da Europa e da Inglaterra, notamos a intenção de representar, com precisão, um território e uma dada localização toponímica. A partir de tais cartas, se torna possível construir mapas mais precisos como o de Toscanelli, ou mais projetados como o de Mercator.

Ainda no fim da Idade Média, o pensamento de Nicolau de Cusa traz uma importante idéia de movimento ao sugerir que a terra se move e que a observação de qualquer astro dependerá do ponto de vista do qual ele é observado. Dentro destas reflexões, Nicolau realizou uma nova leitura dos vinte e sete mapas por ele copiados de Ptolomeu e contribuiu para o conjunto de idéias que mediam, projetavam, identificavam e geometrizavam um mundo novo, em transformação. Uma modernidade que iria fundamentar o estado de coisas que atualmente conhecemos.

Com esta base, uma diversidade de correntes de pensamento - que encontra representação em pensadores e cientistas como Maquiavel, Giordano Bruno, Copérnico, Galileu, Kepler e Descartes - indica a formação de uma noção moderna de espaço, percebido agora como um receptáculo, algo estático, fixo, imóvel, dentro do qual os homens se movimentam. No ápice deste processo, um filósofo aparece de maneira determinante para a consolidação definitiva desta visão: Immanuel Kant.

Apoiado nas primeiras páginas da *Crítica da Razão Pura*, Santos apresenta uma discussão sobre o pensamento de Kant, destacando os elementos de seu sistema que, para o geógrafo, encontra um ponto essencial: a separação entre sujeito e objeto, a qual permitiria a distinção entre a sensação empírica e o conhecimento que não está no plano sensório, restando dois caminhos para este conhecimento: o *a posteriori*, representando a relação entre o objeto e a sensação empírica e o *a priori*, encontrado na forma de intuição pura e que não depende da relação entre sujeito e fenômeno. Seria possível, portanto, um conhecimento puro, anterior às sensações resultantes da relação com o objeto, o nome dele seria a própria razão pura ou o a priorismo, pensados dentro de uma ciência da sensibilidade *a priori*, chamada por Kant de *Estética transcendental*.

No “sistema” kantiano acima descrito, as preocupações com o conhecimento centralizam-se no sujeito e não mais no objeto. Os objetos são observados no espaço que, neste momento, adquire uma definição próxima à de Newton: a do espaço como um receptáculo, um lugar onde os objetos se encontram e podem ser observados. A importância de Kant para a nossa discussão sobre os espaços é bem expressa por Santos quando diz que

O século XVIII legou-nos uma leitura de mundo e Kant a sintetiza, magistralmente, em uma única proposição: o mundo como cenário. A Geografia como descrição do cenário e, neste sentido, ela é física, neste sentido absorve completamente o que está pressuposto na Estética Transcendental: a noção de espaço é aquela que nos permite dar ordem à externalidade, identificando cada coisa em seu lugar (Ibdem, Ibdem:185).

É esta Geografia Kantiana que, predominando até o segundo quartel do século XX, representa a noção de espaço moderna, a partir da qual nosso trabalho se coloca contrariamente. Nesta perspectiva, o espaço é encarado como um cenário, um lugar dentro do qual os objetos existem e são observados, algo natural e físico, separado, portanto, dos sujeitos, agentes da história. Esta visão favorece a atitude de pensar o espaço enquanto um objeto dado, natural, “que já estava lá”, e é isso que discutimos em nossa pesquisa, pois ao tratar de discursos sobre o sertão estamos propondo a problematização da ação dos sujeitos em sua produção. Por isso, são importantes as palavras de Michel Foucault quando afirma que

Seria necessário fazer uma crítica dessa desqualificação do espaço que vem reinando há várias gerações. Foi com Bergson, ou mesmo antes, que isso começou. O espaço é o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético (FOUCAULT, 1979: 158-159).

Toda essa discussão apresentando a formação de uma maneira moderna de se conceber o espaço tem por objetivo deixar claro a que tipo de concepção teórica da produção espacial nossa dissertação pretende se contrapor através da discussão de nosso tema. O sertão nunca esteve “pronto” ou “sempre lá”, em forma de descrição geográfica e, apesar de existirem climas e relevos diversos em nosso planeta, o que transforma estes locais em regiões são as ações dos homens dentro deles, os embates sociais travados em seu interior, as coisas que são ditas ao seu respeito e a maneira como os mesmos são subjetivados pelas pessoas, como são sentidos e pensados por uma coletividade. Além disso, as relações espaciais devem ser tomadas como as *relações políticas e os discursos sobre o espaço como discursos da política dos espaços, resgatando para a política e para a História o que nos aparece como*

natural (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999:25) No caso do espaço discutido nesta dissertação, o sertão do Ceará, trata-se de um tipo de invenção discursiva que estamos chamando de reinvenção, pois o início do século XX não foi a inauguração desse termo, e sim um momento especial em que ele foi ressignificado de acordo com os novos paradigmas e sentidos da modernidade.

Três obras estão sendo importantes para pensarmos a invenção do sertão pelo litoral no Ceará, a primeira delas é *A Invenção do Nordeste e outras artes*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Nela, o autor tenta compreender o processo histórico (recente, a partir de 1910) de construção do Nordeste, no qual discursos e imagens formadas sobre este espaço são discutidos, não no intuito de denunciar/confirmar os estereótipos desta região, mas de perceber porque e com quais interesses estas imagens e estes discursos foram formados, dentro de relações de poder de diferentes grupos sociais que atuam no interior da nação, protagonizando lutas que resultam em recortes espaciais.

Para esse autor, o Nordeste é produto de uma operação que visou inventá-lo de forma homogênea através de discursos, por isso a preocupação em estudar a luta entre os conceitos em torno da idéia de identidade nacional e regional. Estas identidades não são fixas e Albuquerque discute isso utilizando “representações” deste espaço regional em diversas camadas discursivas. Estuda a região na perspectiva de questionar a própria história regional que seria mais uma participante da construção imagético-discursiva do espaço regional.

É necessário destacar que uma importante influência em nosso trabalho foi a idéia trazida nesse livro de que os discursos políticos dos representantes dos estados do Norte começaram a se agrupar em torno de temas sensibilizadores da opinião pública nacional, estes temas seriam a seca, o cangaço, as lutas de parentelas pelo controle do Estado e o messianismo. Em nossa dissertação, também entendemos que o sertão do Ceará era construído na capital através de temas sobre os quais escreviam jornalistas e intelectuais. Em nosso caso, o fenômeno religioso de Juazeiro, a Sedição política que partiu dessa cidade e o cangaço eram os principais assuntos que recebiam a atenção desses desenhistas do espaço sertanejo.

Por todas essas questões, *A Invenção do Nordeste* se constitui em uma importante referência para nossa pesquisa, na medida em que o livro procura desnaturalizar a região e problematizar sua invenção, buscando sua historicidade no campo das práticas e discursos. Em nosso trabalho, também entendemos que nosso espaço foi inventado em determinado

momento histórico e procuramos nos dizeres sobre o cangaço e sobre Juazeiro, discutir a construção do sertão cearense pelo litoral urbanizado de sua capital.

Próximo à reflexão do livro acima destacado, Edward Said pensa na invenção de um espaço: o Oriente, o qual é construído por camadas de discursos produzidos no Ocidente através de uma cultura intelectual entrelaçada por diversos tipos de poderes, os quais possuíam interesses diretos na criação de um campo discursivo capaz de agregar valores e significados úteis no Ocidente a respeito de um Oriente cada vez mais depreciado. No livro *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*, o autor parte de grandes inquietações do presente político para investigar a construção histórica do que ele chama de uma teia de racismo, estereótipos culturais, imperialismo político e ideologia desumanizadora que reprime os árabes ou os muçulmanos (SAID, 2007:59).

As fontes utilizadas por Said são textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos que, em seu conjunto, formam uma distribuição de consciência geopolítica chamada de orientalismo, um discurso que divide o mundo em duas regiões, o Oriente e o Ocidente, atuando no cruzamento de diversos poderes como o poder cultural, o intelectual, o linguístico e o moral. A marcante erudição do autor leva-o a analisar não apenas o fato evidente de que, para alguns dos construtores do Orientalismo, o Ocidente era superior ao Oriente, mas as marcas profundamente elaboradas e moduladas de seu trabalho no interior do espaço amplo aberto por essa verdade. (Ibdem, ibdi:44)

Entre as influências da obra de Edward Said em nosso trabalho há ainda a importante noção de que aqueles escritores que falavam sobre o espaço oriental, ou seja, os orientalistas, estavam fora do Oriente que, portanto, era um espaço construído a partir de discursos acerca do outro o que, para o autor, caracterizava um fato moral e existencial.

Há, ainda, um terceiro livro no âmbito historiográfico que precisa ser “revelado” e, se não foi tão importante quanto os dois primeiros, serviu como espécie de motivação para pensarmos nossa discussão sobre a invenção de nosso espaço, trata-se do principal trabalho na obra de Edmundo O’Gorman: *A invenção da América*, que merece um comentário mais cuidadoso não pela amplitude de sua influência nesta dissertação, mas por ter se constituído em uma inspiração escondida e um tanto quanto problemática de nosso trabalho.

Historiador mexicano de formação híbrida, com graduação em Direito, Mestrado em Filosofia e Doutorado em História, O' Gorman escreve "A invenção da América" em 1955, após trabalhar por quatorze anos no Arquivo Geral da nação, no México (1938-1952).

O livro, possuidor de um grande rigor documental, levanta a tese de que o sentido de América não existia no ato da "descoberta": Foi construído a partir da idéia de um descobrimento que não corresponderia à realidade dos fatos, ou de algo que pelos documentos sabe-se que aconteceu, mas de uma idéia acerca daquilo que de fato ocorreu (O'Gorman, 1992: 26). Portanto, a noção de que a América já existia antes de Cristóvão Colombo e que esperava por sua descoberta, para o autor, é um dos grandes dogmas da História.

Ao longo da primeira parte do livro, que tem por título "História e crítica da idéia do descobrimento da América", O'Gorman trabalha a construção da concepção de que a América foi descoberta. O autor realiza esta tarefa através da averiguação de documentos escritos ao longo de cinco séculos, partindo dos textos a respeito do mais antigo relato da viagem de Colombo, "a lenda do piloto anônimo", e finalizando com o livro de Samuel Eliot Morison: "Admirable of the ocean sea", escrito em 1942. Entre o primeiro relato e o último material, analisa os escritos de Gonzalo Fernandes de Oviedo, Francisco Lopes de Gómora, Fernando Colombo, Bartolomeu de Las Casas, Antônio de Herrera, Beaumont Amparo, William Robertson, Martins Fernandez Navarrete, Washington Irving e Alexandre Von Humboldt.

Para O'Gorman, era inútil examinar o fato. Necessário era averiguar as interpretações deste fato, "o que já era, em si, um fato outro, tão histórico quanto o primeiro" (Ibdem, Ibd: 27). Portanto, a idéia de que a América foi descoberta, que já existia como "coisa descobrível em si", não corresponderia a um fato histórico e sim a um sentido dado a algo que de fato aconteceu: a viagem de Colombo. Perceber esta construção corresponderia ao esclarecimento do aparecimento da noção de América dentro da cultura Ocidental. Neste sentido, o autor afirma que a idéia de América não é uma premissa anterior a ela e sim uma reflexão histórica posterior(Ibdem, Ibd: 68).

Particularmente importante para esta dissertação é a reflexão feita por O'Gorman de que o mal que estaria na raiz de todo o problema do processo histórico da idéia de descobrimento é a suposição de que este espaço de terra sempre foi e sempre será a América. Para o autor, a América teria se tornado tal a partir do momento em que se atribuiu a ela esta significação e a insistência na idéia de América como um descobrimento se deve à

necessidade de atribuir ao continente um significado, enquadrando-o dentro de uma forma eurocêntrica de dar sentido ao mundo.

Compreender que a América já era o continente americano, antes da chegada do europeu, à espera de ser descoberto, é naturalizar um espaço que foi construído por sucessivas camadas de discurso ao longo de cinco séculos de História. Por isso, poderia dizer que o livro de O’Gorman é, no mínimo, uma inspiração para discutir a idéia de que o sertão não é apenas um espaço natural já existente antes de sua ocupação pelo sujeito civilizador e antes que discursos fossem produzidos a seu respeito.

Talvez a grande diferença desse trabalho em relação aos dois primeiros e à nossa dissertação seja o fato desse autor admitir a existência de uma realidade dos fatos ligados ao “descobrimento” para, a partir de então, pensar a idéia de invenção do sentido de América, que seriam as interpretações deste “fato cru” e real que foi a viagem de Colombo. Em nosso trabalho, não estamos preocupados em descobrir, nem mesmo em reconhecer a existência de qualquer tipo (impossível) de sertão real. Nos aproximamos de O’Gorman apenas quando este deseja discutir outra realidade, que é a invenção discursiva do continente americano e que, em nosso caso, trata-se do sertão, um espaço tradicional no imaginário brasileiro que, no início do século XX, recebia novos elementos, próprios da especificidade desta época que dizia respeito à modernidade.

Portanto, apesar do livro de O’Gorman ter se constituído em uma influência marcada por importantes limitações, trata-se de uma das “ausências” mais presentes no corpo deste trabalho uma vez que pensar um espaço como o continente americano enquanto resultado de diversas versões ou camadas de discursos sobre um acontecimento histórico, relaciona-se claramente ao problema de nossa pesquisa e, desse modo, era necessário revelar a existência dessa inspiração nesta introdução.

Fizemos a opção de apresentar a maneira como utilizamos alguns conceitos em nosso trabalho durante o próprio desenvolvimento dos capítulos, pois acreditamos que conceitos são melhor compreendidos no momento em que estão sendo, de fato, usados, no calor das discussões das fontes que lhes pedem auxílio. No entanto, é necessário destacar que um autor foi utilizado de maneira especial na compreensão de conceitos e da teoria relacionada ao discurso: Michel Foucault.

A contribuição de Foucault, especialmente no livro *A Arqueologia do Saber*, tem se dado no sentido de problematizar o agrupamento discursivo que temos sugerido enquanto um conjunto. É, portanto, uma “troca de lentes” no exame de nosso objeto que tem nos permitido enxergar os textos de nossas fontes como uma complexidade que, apesar das semelhanças e da construção de sentidos na qual se empenhavam, também possuíam suas eventuais discontinuidades. Apesar dos problemas que envolvem essa discussão, é inegável que a perspectiva de nossa pesquisa é a de apontar para a construção de uma unidade que, mesmo variável e relativa, se ergue a partir de um *campo complexo de discursos*. (FOUCAULT, 1997:26).

Ao longo de nosso trabalho, alguns momentos indicam nosso esforço em tentar fortalecer a análise de nossa formação discursiva através da ênfase em algumas palavras emblemáticas de nossa problematização. Tentamos realizar tal exercício no primeiro capítulo, “por exemplo”, com relação a palavra fanático e também no terceiro com o termo bárbaro. Há nisso, também, um embasamento nesse teórico central, para quem a análise do campo discursivo consiste em *compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui* (Ibidem, Ibd:31). Nesse sentido é que podemos dizer que, em nossa dissertação, a história contada é uma discussão de sujeitos e de palavras.

Sobre nossas fontes, é necessário esclarecer que apesar de reconhecermos certa hierarquia entre elas quando concentramos um tratamento especial ao material produzido por nossos três principais autores, foi de suma importância nossa pesquisa realizada nos arquivos públicos de Fortaleza onde, além das obras raras, nos debruçamos na leitura de jornais de época que nos auxiliaram na problematização do que diziam os escritores, na medida em que revelavam, muitas vezes de maneira heterogênea, a existência de setores sociais que dialogavam com o tipo de construção discursiva que se operava sobre o sertão do estado, ora através da construção dos sentidos dos conceitos e enunciados com os quais nossos autores operavam, ora pela significação dos temas sertanejos na cidade. Nessa mesma direção de compor um campo discursivo mais amplo é que utilizamos outros autores que, na época,

dialogavam com os temas de nossos escritores principais. Isso ocorreu eventualmente no caso de Euclides da Cunha e, também, de Leonardo Mota.

Dividimos nosso trabalho em três capítulos principais. No primeiro, procuramos dar atenção a um discurso litorâneo sobre os fenômenos religiosos do sertão, em especial àqueles ligados à figura de Padre Cícero. No segundo, tentamos privilegiar o tipo de saber urbano construído acerca do espaço sertanejo, a partir de um acontecimento político marcante: A sedição de Juazeiro e, no terceiro, nossa intenção foi observar o material escrito sobre um fenômeno social que se transformava em uma espécie de símbolo do sertão: o cangaço. Esta divisão tem uma função, apenas, estética e, quem sabe, didática. Temos plena consciência de que, muitas vezes, não é possível separar tais assuntos dentro do que se afirmava sobre o sertão do Ceará, todos eles tinham relações intrínsecas evidentes e, em última análise, não podem ser considerados independentemente.

CAPÍTULO 1 - O SERTÃO FANÁTICO

Por isso é que se carece principalmente de religião: para se desendoidecer, desendoidar

Guimarães Rosa

1.1 O SERTÃO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

O espaço sertanejo cearense é fruto não de uma naturalidade, mas de construções históricas e discursivas. É certo que, no imaginário de Fortaleza, o sertão já se fazia presente no período que estamos estudando. Camadas anteriores de discursos já o haviam fundado na memória litorânea. Vários sertões, cada qual filho de seu tempo e ideologicamente ligados ao grupo social que sobre eles elaborava determinado discurso, já tinham sido construídos quando o tempo deu a luz ao século XX, no estado do Ceará.

Todo discurso remete a outro que lhe é anterior, um já-dito, um conjunto de formulações feitas e que permanecem na ordem do dia, as quais condicionam o que dizemos, sustentando mesmo a possibilidade do dizer (Orlandi,2005:32). Por isso é necessário historicizar a configuração do sertão no espaço social brasileiro, apontando para as tradições que carregavam esta palavra para a Fortaleza do vigésimo século.

Faço isso para que fique mais evidente o estabelecimento de nossas fontes em uma “comunidade de sentido”², compreendendo que o sertão construído por elas pode ser discutido no reino das “coisas ditas” (FOUCAULT, 1997), na teia de uma tradição que vai agrupando acontecimentos discursivos dispersos dentro de uma unidade em composição.

A sinalização de uma comunidade de sentido na qual se alojava a palavra sertão é importante para discutir as permanências e rupturas que este termo desenvolve no discurso de autores que escreviam no momento em que Fortaleza vivia a força da modernidade e que, por

² Utilizo o termo no sentido aplicado por Michel Foucault, no livro “A arqueologia do saber”, no qual a comunidade de sentido relaciona-se às ligações simbólicas e ao jogo de semelhança e de espelho em que a soberania de uma consciência coletiva surge como princípio de unidade. (FOUCAULT, 1997,P.24).

isso, experimentavam uma inédita condição de produção discursiva, possivelmente, este novo momento traria elementos inéditos para a significação do sertão na capital.

Lourenço Filho, Gustavo Barroso e Rodolfo Teófilo são os escritores considerados nesta pesquisa para a possibilidade de formação de um campo discursivo. Entretanto, nosso exame também quer colocar em questão este agrupamento de sentidos que acolhe a palavra sertão no sentido de discutir até que ponto podemos interligar os discursos de nossos autores nos perguntando se estes merecem, em alguns momentos, desalojarem-se uns dos outros.

Segundo Ivone Cordeiro Barbosa, o termo sertão teve seus primeiros registros em Portugal, quando serviu para designar terras distantes de Lisboa. Este sentido se amplia com o processo de expansão marítima do Império Português e as terras conquistadas pelos portugueses em outros continentes também passam a se chamar sertão. (BARBOSA, 2000).

Ainda seguindo a pesquisa da mesma autora que, na primeira parte de seu livro “Sertão: um lugar incomum”, tenta entender a construção do sertão como resultante de experiências concretas dos homens, chegamos à idéia de fronteira no período colonial. Esta noção seria a principal associação da palavra em questão. No Brasil colônia, não se sabia ao certo onde terminava o mundo português e onde iniciava o mundo espanhol na América, o que provocava uma indecisão que empurrava pessoas para um sertão obscuro e incerto quanto às suas fronteiras, sempre inseguras e flexíveis no que dizia respeito a sua legalidade e ilegalidade. O termo, no período, conquista a conotação de limite entre o permitido e o não permitido, o conhecido e o desconhecido. O sertão, nesse caso, passava a ser esta linha simbólica representante de um espaço fronteiro.

Outros significados para o termo sertão passam a se desenvolver no Brasil. Um deles é o de espaços vastos, vazios ou pouco habitados, desconhecidos, inacessíveis, não-civilizados devido à ausência dos súditos do Rei. Dessa maneira,

“O litoral é o lugar da colonização e do colonizador, o lugar do poder, onde se instalam aqueles que se apropriam das terras (inclusive as do sertão) por doação do rei de Portugal. O sertão é o lugar das gerais, das terras de ninguém; é inculto por não ser cultivado, mas também por ser o lugar dos animais, dos homens de segunda classe, dos índios bárbaros e selvagens e de negros rebeldes, em fim dos “sem poder”. É também o lugar do desconhecido, da permanência, do exótico, do mágico, das “drogas de minas”. O sertão é o espaço da exclusão.”³

³ BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: Um Lugar Incomum**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.p.36.

No início do vigésimo século, período em que várias cidades vivem o surto da urbanização, outras representações dicotômicas relacionadas a esta de litoral como centro de poder (institucional, claro) e sertão como espaço de exclusão reforçam a explicação da sociedade brasileira a partir de pares opostos. Para Gilmar Arruda, algumas importantes dicotomias como moderno/arcaico ou progresso/atraso, marcavam a divisão do espaço sublinhando as características que se atribuíam ao sertão e, dentro deste processo, o espaço sertanejo assume a condição de contraponto das cidades modernas recebendo novos contornos no seu desenho espacial (ARRUDA, 2000:14).

A partir de uma carga histórica a transportar diversos significados da palavra sertão, reafirmamos que a significação por nós procurada foi construída por alguns letrados de Fortaleza (ou a eles ligados), no período de urbanização e modernização desta cidade, de onde o sertão era olhado sob um ponto de vista de superioridade e reconstruído para e com um imaginário na cidade.

A propósito desse conceito, utilizo o termo imaginário, não no sentido de uma faculdade produtora de ilusões, sonhos e símbolos. Neste trabalho, destacamos o fato de que qualquer poder, inclusive o político, está cercado de representações coletivas e, “para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico” (Baczko,1985:297)

José Murilo de Carvalho, no livro *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil* utiliza o conceito de maneira central para o entendimento de um projeto de nação que, durante o início do período republicano, tenta lançar símbolos e representações que provoquem nas pessoas certa identificação com determinada idéia nacional e, o sucesso deste empreendimento, dependeria da pré-existência e formulação de um imaginário social que acolhesse a proposta simbólica em questão, a qual tinha por objetivo a legitimação do regime republicano.

O imaginário popular, neste sentido, era algo que precisava, em um duplo movimento, ser atingido e, ao mesmo tempo, criado para que, dentro dele, as imagens do novo regime fossem construídas a partir de valores republicanos. Em seu livro, Murilo apresenta fracassos e sucessos desta investida, podendo ser citado o caso da tentativa de identificar a república a símbolos femininos, o que teria caído mesmo no ridículo devido à inexistência da

mulher cívica no imaginário social brasileiro e o sintomático, e bem sucedido, caso de Tiradentes que encontrava uma comunidade de sentidos em um imaginário pré-existente formado por valores tradicionais e católicos nas memórias da nação.⁴

Portanto, é importante destacar que, em nosso entendimento, o imaginário social não se presta ao papel de ornamento de uma vida material considerada a única real, mas de algo concreto, existente na realidade simbólica das coletividades e utilizado de maneira ideológica ou política. No livro *Imaginação Social*, ao citar Malinowski, Baczko afirma que

O savoir-faire, a elaboração e aprendizagem de práticas e técnicas de manejo dos imaginários sociais, tem prioridade sobre qualquer reflexão teórica. Malinowski reconhece, em cada corpus de mitos, o equivalente a um verdadeiro mapa social que representa e legitima eficazmente a formação existente, com seu sistema de distribuição do poder, dos privilégios, do prestígio e da sociedade. (Ibidem, ibdi:299)

Dessa forma, em nossa pesquisa, o termo imaginário aparece como suspeita, uma vez que, na base dos discursos de nossos autores sobre o sertão do Ceará, podemos deixar em aberto uma discussão acerca das motivações ideológicas que levariam estes escritores a inventar um sertão antagônico ao projeto elitizado de cosmopolitismo urbano para Fortaleza. Com isso, acenamos com a possibilidade de intenção destes letrados em construir um imaginário moderno coerente com a idéia de civilização para os habitantes da cidade que passariam a identificar-se com um espaço metropolitano, construído ao reverso do que se inventava para o sertanejo.

Nesse sentido, a própria palavra sertão, possivelmente, já era própria de um imaginário social urbano no início do século XX e, na especificidade deste período, passa a agregar novos sentidos construídos por discursos próprios de um novo tempo e espaço: o urbano e o moderno. As interpretações advindas de sujeitos ligados à idéia de cidade civilizada para o sertão lhes ressignificava de tal forma que, em grande medida, esta camada discursiva pode ser responsável pela idéia clássica, contemporânea, a respeito do sertão nordestino.

Essa idéia vitoriosa do que seria o sertão, na cidade, nos leva a eleger como um ponto relevante para nosso problema, a atual definição presente em um imaginário hodierno acerca

⁴ Ver MURILO, 1990, capítulos três e quatro.

da região. Atualmente, a articulação mais imediata da palavra sertão provavelmente é aquela que se refere a um determinado espaço geográfico distante do litoral e pertencente ao interior. Culturalmente o vocábulo evoca um espaço de tradições e costumes antigos, sendo este o significado a ele atribuído pelo atual dicionário Aurélio, onde os verbetes sertão e sertanejo aparecem com as seguintes definições:

Sertão: 1. Região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral. 3. Interior pouco povoado. 4. Bras. Zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior semiárido da parte norte ocidental, mais seca do que a caatinga, onde a criação do gado prevalece sobre a agricultura e onde perduram tradições e costumes antigos (...)

Para o termo sertanejo a definição é:

Sertanejo: 1. Do sertão. 2. Que habita o sertão. 3. Rústico, agreste e rude (...)⁵

Ao destacarmos a definição de um dicionário acerca de nosso objeto, continuamos pautados no livro de Ivone Cordeiro Barbosa, e tomamos a definição também como discurso de uma época, sabendo que não cabe a esta enciclopédia de vocábulos compreender o processo de formação dos sentidos e significados das palavras, mas as maneiras clássicas pelas quais são identificadas no período em que o dicionário é escrito e circula em determinada sociedade.

Nesse sentido, destacamos esta definição de sertão e, a partir dela, tomamos não apenas o aspecto preconceituoso no qual poderíamos inicialmente perguntar: “rude e rústico para quem?”, como também duas outras questões importantes para nossa reflexão e, em última análise, para qualquer trabalho historiográfico. A primeira delas diz respeito ao espaço, pois o próprio conceito de sertão dependeria do litoral para existir (afinal é a região “distante do litoral”); a segunda diz respeito ao tempo, pois lá seria o lugar das “tradições e costumes antigos”; o que pressupõe para o litoral uma essência ligada à dinamicidade dos tempos, às transformações dos hábitos e costumes e à determinada idéia de atual ou moderno.

⁵ FERREIRA, Aurélio. B. de H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª Ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 1577.

Não seria exagerado dizer que, dessa maneira, o sertão do dicionário Aurélio representa um núcleo a partir do qual deriva nossa problematização, uma vez que, a partir dessa definição formal, torna-se possível visualizar um imaginário acerca do sertão vivente na cultura urbana e que nos parece encontrar, no início do século XX, um momento essencial para sua formulação. Neste imaginário, o sertão se constitui naquele espaço composto por um conjunto de características físico-culturais, uma vez que a expressão “longe do litoral” pode ser interpretada de diversas formas. Certamente, um lugar de modos rudes não é apenas quilometricamente distante do litoral, mas longe deste nos hábitos, edificações, avanços tecnológicos e cosmovisão trazidos pela ideologia da civilização moderna.

Um dicionário, ao apresentar uma definição de sertão na qual a rusticidade, o atraso, a cultura arcaica e a pobreza (me refiro à questão das “terras não cultiváveis”) se fazem presentes, acaba congelando, em uma espécie de página oficial, um sentido construído historicamente por sujeitos que viveram em uma época e que se lançaram no trabalho desta construção movidos por necessidades ideológicas, culturais e desejos políticos. Tal definição seria a comprovação de que estes atores sociais foram bem sucedidos na tarefa de construir o sertão enquanto categoria espacial, de certa forma, inferiorizada quando comparada ao litoral. A este respeito Janaina Amado pensa que

No conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias tem sido tão importantes para designar uma ou mais regiões, quanto a de “sertão”. Conhecido desde antes da chegada dos portugueses, cinco séculos depois “sertão” permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de norte a sul do país como sua mais relevante categoria espacial: entre os nordestinos, é tão crucial, tão preta de significados, que, sem ele, a própria noção de “Nordeste” se esvazia, carente de um de seus referencias essenciais. [...] “Sertão” é, também, uma referência institucionalizada sobre o espaço no Brasil: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), designa oficialmente uma das subáreas nordestinas, árida e pobre, situada a oeste das duas outras, a saber: “agreste” e “zona da mata”.⁶

A propósito da definição do IBGE trazida por Janaína Amado, é interessante observar sua aproximação com a apresentada por Aurélio na medida em que o sertão é relacionado à pobreza. Dessa maneira, o espaço sertanejo, por natureza, é destacado como

uma região aberta para a intervenção litorânea, uma vez que é carente. A civilização litorânea, portanto, teria por direito interferir politicamente no sertão ou ocupá-lo simbolicamente. A motivação de nosso trabalho parte de definições como estas para “apertá-las” em um movimento contorcionista que resulta na percepção de que o espaço sertanejo é uma representação cultural, resultado da ação dos homens. Um conjunto de discursos, a respeito deste espaço, termina por inventá-lo dentro de um processo que o espalha nas camadas constituintes da urbanidade, para a qual este se torna o elemento reverso.

Inquieta-nos, portanto, o questionamento: em que período histórico essa idéia litorânea de sertão como algo distante não só no espaço como atrasado no tempo toma sua forma? Quando e como o sertão passa a ser compreendido no litoral como um lugar atrasado e oposto a valores modernos e a formas de vida modernas? Como e quando passa a se configurar no Ceará? De acordo com Lúcia Lippi, esse imaginário negativo acerca do sertão não é o único em âmbito nacional. Pelo menos três sertões já foram construídos pelo pensamento social brasileiro desde os tempos coloniais e, a partir do final do século XIX e início do XX, esta autora destaca o sertão inferno, que poderia ser representado por Euclides da Cunha, o paraíso, por Afonso Arinos e o purgatório, por Guimarães Rosa.(OLIVEIRA, 2000:74).

A retomada do tema sertão foi recorrente na literatura que tentava dar conta da formação de uma brasilidade, preocupando-se com a consciência do espaço e da territorialidade do país, utilizando-se da relação homem-natureza e do sentimento de pertencimento à nação que poderia ser despertado a partir desse processo de criação de uma identidade nacional.

Dentro do ambiente literário, duas perspectivas de conotação de sertão seriam construídas: uma romântica e outra realista. Na primeira, o sertanejo, através de sua simplicidade e destreza, contrastaria com a vida desregrada do litoral, aparecendo como símbolo da nacionalidade. Na segunda, o sertão passa a ser visto como um problema para a nação por se opor à urbanidade do litoral. Estas correntes guardariam elos com tradições coloniais de significação da natureza, nas quais, desde a carta de Pero Vaz de Caminha, a terra adquire suas versões paradisíacas ou, a exemplo dos discursos jesuíticos, assume sua condição

⁶ AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/169.pdf. p.2.

oposta, passando de prodigiosa a perigosa, de modo que a genealogia de autores que trataram a natureza como paraíso ou como inferno é extensa.

No final do século XIX, o sertão e o sertanejo passam a ser representados pela literatura sob a categoria de regionalismo. Ainda segundo Oliveira, José de Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora e Alfredo d'Escagnolli Taunay, contemporâneos deste período, atuavam no sentido de definir a nacionalidade, enquanto que, no final do século XIX e início do XX este mesmo regionalismo transformara-se em conto sertanejo, passando a atribuir ao homem do sertão características pitorescas e sentimentais. Neste momento, autores como Afonso Arinos engrossavam um movimento de redescoberta do Brasil popular, folclórico e regional. Com raízes em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, mas divergindo dessa obra em algumas direções, esse elenco de autores tendia a valorizar o regional em busca do Brasil verdadeiro, protótipo da nação (Ibdi, ibdi:79)

Apesar do material literário estar para além dos limites de nossa pesquisa, são importantes os indícios lançados por trabalhos como o de Lúcia Lippi e Ivone Cordeiro Barbosa, uma vez que, através deles, podemos perceber a existência de tantos romancistas assumindo o sertão como objeto de suas obras, o que amplia as ligações com nosso campo discursivo e nos confirma a necessidade de pensar nossas fontes e a questão da elaboração de uma identidade urbana para Fortaleza, dentro do problema da construção da nação. Por esse motivo, consideramos necessário desenvolver nossa atenção para este “ambiente vizinho” representado pela literatura, dentro do qual, o modelo lançado por Euclides da Cunha deve ser melhor compreendido.

Pensar a divisão do Estado do Ceará ou do Brasil entre litoral e sertão no início do vigésimo século é uma tarefa que exige o socorro de um marco na literatura brasileira, o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e algumas análises sobre o mesmo, uma vez que teria sido esta obra a matriz que levou o sertão ao conhecimento da nação em construção. Este livro fazia parte das referências que possuíam os intelectuais ao escreverem sobre o espaço sertanejo, no início do século XX. Gustavo Barroso, um dos autores que fazem parte de nossas fontes principais, e que será melhor apresentado posteriormente, mencionava esta espécie de monumento literário ao descrever o homem do sertão:

Tem uma calma e uma serenidade admiráveis. Não o perturba a maior desgraça, não o apavora a maior catástrofe. Para todas as agruras, para todas as infelicidades, para todos os venenosos espinhos da vida, tem um sorriso calmo, instintivo, que é mais um esgar do que um sorriso, que é quase sinistro por ser verdadeiro – sinal do imenso vigor da raça do Norte que o grande Euclides da Cunha chamou – “rocha viva de nossa nacionalidade”.(BARROSO, 2006:120).

Neste trecho do livro *Terra de Sol*, escrito em 1912, Gustavo Barroso, ao descrever virtudes que seriam inerentes à “raça do Norte”, faz referência a Euclides da Cunha e à sua idéia de um sertanejo puro, virgem dos contatos com a cultura externa e protótipo da nação. Cunha analisa a formação das raças que compõem a nacionalidade, confrontando o homem do litoral, civilizado, moldado por valores externos e o homem sertanejo, autêntico, com poucas influências do exterior. Em determinado momento de sua obra, este autor explica que:

Fora do litoral, em que se refletia a decadência da metrópole e todos os vícios de uma nacionalidade em decomposição insanável, aqueles sertanistas, avantajando-se às terras extremas de Pernambuco ao Amazonas, semelhavam uma outra raça, no arrojo temerário e resistência aos reveses(CUNHA,2003:87).

Em outros momentos do jovem Barroso, o referencial de Euclides da Cunha parecia se fazer presente quando enxerga a civilização do litoral eliminando os tipos tradicionais brasileiros, ainda presentes em “sertanejos, fazendeiros e vaqueiros”:

Na sua marcha progressiva do litoral para o centro do Brasil, a pouco e pouco vai a civilização eliminando os tipos tradicionais e apagando ou deturpando os velhos costumes. Raro também é o vestígio que fica dessas cousas, pelo quase desprezo em que temos as tradições orais do povo e pelo descaso que, em geral, tem o brasileiro por tudo isso.(Ibdem, ibd:75)

Portanto, o movimento civilizacional do litoral em direção ao sertão, não era visto, a princípio, de maneira positiva por estes autores. Todavia, é preciso considerar que a formação humanitarista e, ao mesmo tempo, positivista, teriam levado Euclides da Cunha a uma diferente crença na civilização. Acreditando na elevação da humanidade, sem distinções

nacionais, entendia que um dos resultados do progresso material da humanidade deveria ser o que chamou de “pátria humana”, marcada pela harmonia entre os homens. Para Cunha, os fatores econômicos, sociais e políticos dos novos tempos ameaçavam todo um modo de vida tradicional e uma “ética cavalheiresca”, entretanto, não consistia nisso uma crítica à “civilização” pois, para o autor, a finalidade desta seria justamente a “harmonização humana”. Por isso, seria razoável supor que Cunha se opunha ao tipo de movimento civilizador específico que invadira o litoral e ameaçava corromper os costumes tradicionais do sertão, mas não discriminava a idéia de civilização em si.

Comparando o autor a Lima Barreto no que diz respeito à tendência intelectual de assimilação dos paradigmas europeus, Nicolau Sevcenko afirma que ambos pertenciam a uma espécie muito peculiar de nacionalismo intelectual e que os dois autores

abominavam o cosmopolitismo, tal como era interpretado pela elite social do Rio – a “burguesia parnugiana” segundo Lima Barreto -, como a pura e incondicional assimilação de todos os usos, costumes e idéias vigentes na Europa. Para eles, somente a descoberta e o desenvolvimento de uma originalidade nacional daria condição ao país de compartilhar em igualdade de condições de um regime de equiparação universal das sociedades, envolvendo influências e assimilações recíprocas. (Sevcenko,1985:122)

...

Euclides da Cunha tomava como fatores estabelecidos, válidos e estimulantes a hegemonia inglesa e norte-americana sobre o mundo e a paulista sobre o Brasil (ibdem, ibd:124)

Desse modo, além de um tipo especial de nacionalismo, seria peculiar em Euclides da Cunha, certa descrença na civilização do litoral, afetada pelo cosmopolitismo europeu que, para autores como Rodolfo Teófilo e Lourenço Filho, seria a única saída ao sertão. Todavia, não podemos afirmar a resistência do primeiro autor ao movimento civilizacional, e sim, sua relutância em aceitar um tipo especial de civilização que pouco ou nada tinha a ver com a essencialidade nacional. Apesar desta grande diferença, o discurso de *Os Sertões*, mesmo afetado por este pessimismo com relação aos valores modernos, continua tentando aproximar dois mundos e isso nos interessa sobretudo, na medida em que o autor apresenta uma longa distância entre dois espaços: o sertão e o litoral. Para Lúcia Lippi, em

Euclides da Cunha, a questão não se refere apenas à distância espacial, mas principalmente à distância temporal. Esta distância poria em risco a nacionalidade. Para pensar e propor o encontro do litoral com o sertão (sociedades separadas indiferentes uma a outra), Euclides terá que superar o dilema derivado das teorias raciais de seu tempo. Mesmo descrevendo os traços mais expressivos das sub-raças sertanejas, resultado do cruzamento do branco com o índio, não decreta a inviabilidade da nação. A homogeneidade étnica não é apresentada como condição indispensável ao progresso civilizatório. Mais importante será colocar lado a lado sertão e litoral, unificar os diferentes ritmos civilizatórios. (OLIVEIRA, 2005:75).

Para Euclides da Cunha, o atraso e o ambiente infernal do sertão não parecia se dar devido às questões genéticas ou de hereditariedade das raças, como era comum pensar em seu tempo, mas ao abandono ao qual foi destinada àquela região. Era, portanto, a ação do governo que deveria trazer o sertão para o tempo da civilização, unindo-o ao litoral dentro de uma única nação civilizada que preservasse suas essências. É neste sentido que Lúcia Lippi se refere ao escritor como “missionário do progresso”, sempre preocupado em integrar o sertão à vida nacional, uma vez que esta distância seria uma ameaça para a unidade territorial do país. Apesar do autor que tornou-se uma celebridade nacional, repentinamente, após a publicação de seu principal livro creditar ao governo, e não à má formação étnica a principal causa do atraso do sertão, a visão social de Euclides da Cunha estava bastante afetada pelo paradigma científico e pelas teorias sociais dos homens de ciência de então.

Nesse sentido, Luís Costa Lima, estudioso dedicado a “Os Sertões”, entende que *Para Euclides, a ciência é a inegável detentora do conhecimento superior. Sua supremacia decorre de ser o meio privilegiado para a compreensão aferidora de fatos, causas e determinações. Então confundida com o determinismo...*(LIMA, 1997:101).

Portanto, essa relação de Euclides da Cunha com o paradigma científico moderno é outra questão que nos leva a considerá-lo como referência para os autores trabalhados nesta pesquisa que, em medidas diferentes, expressavam suas crenças nos pressupostos científicos da época, especialmente no que dizia respeito às questões raciais tão presentes nas formas de interpretação social usadas por Cunha e por nossas fontes, entretanto, para o autor de “Os Sertões”, a mestiçagem do sertanejo, além de não ser a principal responsável pelos problemas do sertão, seria menos danosa à nação, diferentemente do que parecia pensar Gustavo Barroso

que, apesar de sinalizar muitas semelhanças com o primeiro autor quando afirma em *Terra de Sol* (1912) que *o sertanejo era uma raça de fortes* (BARROSO, 2006:11), se faz divergir por diversas vezes quando se utiliza das teorias raciais para analisar o que chamou de “tipos anormais” do sertão pois, ao se referir, como exemplo, aos cangaceiros, considerou-os produtos de um enfermo cruzamento étnico. (Idem, *ibid*:83). Neste sentido é que parecia ser diferente o peso dado aos fatores raciais nas explicações destes escritores para os problemas sertanejos. A este propósito, sobre a mestiçagem em Euclides da Cunha, Costa Lima afirma que

Se não há um tipo antropológico brasileiro, diz Euclides, é por sermos todos, em maior ou menor grau, mestiços. A mestiçagem rompe com a estabilidade, alcançada em níveis diferentes da escala de possibilidades das raças, e afeta as propensões de cada uma. Mas, sendo de graus diferentes, não somos os mesmos mestiços. Favorecido pelo isolamento, o sertanejo é um mestiço que manteve “atributos e hábitos havoengos” (II,168), “dando a impressão de um tipo antropológico invariável” (II, 174). Nisso, contrasta e se avanteja sobre o “mestiço proteiforme do litoral” (idem, *ibidem*) que, produto de cruzamentos temporalmente mais prolongados e extensos, se torna mais distante da estabilidade que poderia ser a da sub-raça brasileira.

...

O mestiço é rebelde e indisciplinado, não se ajusta às táticas empregadas pelas raças estáveis... (Lima, 1997:97).

Euclides da Cunha continua apresentando um sertão carente de inúmeros elementos, porém, o que torna seu híbrido discurso, que já era diferenciado do pensamento dos “homens de ciência” de então, algo especial é o fato de que Cunha perde a crença na idéia do sertão civilizado pelo litoral. Isso ocorre porque, para o autor, as regiões litorâneas já teriam se corrompido. Este aspecto do livro afasta essencialmente sua perspectiva dos sentidos construídos por nossas fontes acerca da região sertaneja cearense. Todavia, a percepção de que o atraso do sertão se dava devido ao abandono do governo aproximava bastante este autor do discurso de Lourenço Filho, educador que em 1926 publica importante livro sobre o distante povoado de Juazeiro e que será posteriormente analisado. Neste trabalho, o autor considera os estados do norte escravos políticos carentes de justiça e educação em seus sertões, vitimados pelo descaso do governo (LOURENÇO FILHO, 2002:142), no que muito se assemelha ao pensamento de Euclides da Cunha que, ao aproximar-se do final de seu livro escreve:

O sertão é o homizio. Quem lhe rompe as trilhas, ao divisar à beira da estrada a cruz sobre a cova do assassinado não indaga do crime, tira o chapéu e passa. E lá não chegaria, certo, a correção dos poderes constituídos (CUNHA, Euclides. Op. Cit. P.498)

Nestes autores, o sertão se apresenta como um lugar atrasado, ora pela falta de investimentos educacionais, ora pela ausência de leis e autoridades que lhe apliquem. É importante ressaltar, no entanto, que para Euclides da Cunha, mesmo em atraso, este sertão continha em si o germe da genuína nação, o que afastava o discurso deste autor do primeiro.

No que diz respeito à distância do sertão em relação à civilização do litoral, Lourenço Filho afirmava que não era apenas reflexo da falta de educação. Neste trecho, o autor sinaliza certo determinismo geográfico, além das noções de que o sertanejo era inapto para o modelo urbano e moderno de trabalho:

A essa população disseminada em pequenos focos dispersos, sem relação direta com o progresso do litoral, ao sertanejo atual, enfim, de pouco valerá saber ler, apenas. Mais valerá, para cada mil cabeças, cem cabeças bem formadas, adaptadas às necessidades e ao desenvolvimento da região, apetrechadas para lutar, vencer e impor-se aos demais, como exemplo e guia. Que valerá saber ler sem hábitos de observação e trabalho, sem energias para pronta reação de adaptação ao meio? (LOURENÇO FILHO, 2002:142-143)

Para Lourenço Filho, o meio físico obrigava o sertanejo a ser mais viril, entretanto isso não era problema uma vez que este homem se adaptava às peculiaridades de sua região. Na direção do que supunha Cunha, apesar da aparência feia e de um comportamento em muitos momentos descansado, *o sertanejo era, antes de tudo, um forte* (CUNHA, 2003, p.115) e, se porventura convalescia de fanatismo, barbárie e atraso, o motivo maior era o descaso das autoridades e não a inferioridade da raça como poderia supor o darwinismo social do final do século XIX.

Desde as últimas décadas do século XIX, o sertão e a nação inspiravam romancistas a construir suas histórias, entretanto, é a partir do início do século XX que alguns fenômenos sociais, políticos e religiosos agitam o sertão do Ceará: o cangaço, o catolicismo popular e a

sedição de Juazeiro. Estes temas, acrescentavam novos enunciados a um discurso que se encorpava na moderna Fortaleza sobre o sertão do seu estado e é a partir dos discursos litorâneos acerca de tais fenômenos que o sertão passa a receber contornos mais nítidos de um lugar que, além de distante e de inóspito devido às secas, passara a violento, bárbaro, alienado, místico, desinformado e, por isso, carente de instrução, de intervenção, de correção.

1.2 - LOURENÇO FILHO E A CONSTRUÇÃO DO FANATISMO SERTANEJO

Um dos autores considerados essenciais para estabelecer o campo discursivo que, no início do século XX, reinventará um sertão cearense a partir de novos signos é o já pré-anunciado Manuel Bergstron Lourenço Filho, autor do livro *Juazeiro do Padre Cícero*, publicado em 1926.

Lourenço Filho se tornou um nome nacionalmente conhecido por representar figura de fundamental importância para a Escola Nova, movimento educacional que tinha por objetivo atribuir um sentido moderno para a educação brasileira, visando à reconstrução da sociedade através do ensino. Nossa personagem pertencia ao mesmo campo discursivo de intelectuais que, no início do século XX, se dedicavam à idéia de criar um Brasil novo, moderno, em superação ao “Brasil velho”⁷.

Em 1918, pronuncia, em Piracicaba-SP, após o término do último ano da Escola Normal Secundária da capital paulista, com 20 anos de idade e às vésperas de iniciar seus estudos de Psiquiatria na Faculdade de São Paulo, a conferência *O que é nacionalismo*, em ato promovido pela Liga Nacionalista de São Paulo. Naquele momento, Lourenço Filho trabalhava na redação do Jornal do Comércio, onde conheceu diversos intelectuais como Monteiro Lobato e participou da campanha da Liga Nacionalista, fundada em 1917. A conferência citada fazia parte da cerimônia de inauguração do núcleo nacionalista em Piracicaba.

⁷ Sobre esse engajamento intelectual em um projeto de nação no início do século XX, ver o trabalho de Carlos Monarcha e Ruy Lourenço Filho, **Por Lourenço Filho: Uma biobibliografia**. Brasília, Inep/Mec, 2001

Em 1922, por convite de Justiniano de Serpa, então presidente do Ceará, e por indicação do estado de São Paulo, é comissionado diretor geral da instrução pública cearense, com objetivo de reorganizar o ensino no estado. Mora em Fortaleza por dois anos e organiza uma das principais experiências promovidas pelo movimento da escola nova.

A propósito de tal reforma no ensino do estado, o jornal *Diário do Ceará*, em 1922, publicava um artigo que diz respeito ao clima político em torno da chegada do pedagogo à capital cearense. O autor do texto, de forma irônica, ataca aos críticos das iniciativas do governo estadual que, ao invés de promover a articulação de pedagogos locais para discutir os problemas educacionais, optou pelo empreendimento mais ousado que era trazer Lourenço Filho, educador que já gozava de boa reputação profissional em São Paulo para, de maneira mais especializada, provocar as transformações no ensino do Ceará.

Ao nosso pedido para que indicassem os meios rápidos e fáceis de refundir o ensino, os redactores do órgão tavorista cahiram como patinhos, patenteando a sua desmedida pretensão de sabidos em todos os ramos dos conhecimentos humanos...

Ora, veja como são as coisas: O governo a se empenhar para que tivéssemos um especialista do ensino na terra, quando aqui, há dois passos, os especialistas vicejavam, florescia e frutificavam nas formisíssimas tolices com que apareciam ainda hontem...

Os meios *seguros* que apresentam para reformar o ensino são estes:

- 1- Nomeação de uma comissão que estudasse e apresentasse um plano de reforma
- 2- Reunião das professoras de todo o Estado aqui na capital, para que, em dois meses de lições, aprendessem tudo quanto há de moderno no ensino.

E o órgão vermelho acrescenta:

“Os processos pedagógicos que constituem a última palavra no assunto são sobremodo racionais e fáceis de ser compreendidos. É questão menos de inteligência que de ver e imitar.”(!)

Mais adiante, conclue dizendo que a comissão encarregada de traçar o plano da reforma devia terminar *por cuidar da hygiene escolar*.

Com isto, far-se ia a reforma em três tempos, como nas mágicas de opereta. Tudo fácil, tudo rápido, tudo prompto! Que pena não se ter incubido o seu formidável autor de pô-la em prática!...

Ao contrário disso tudo, vejam os leitores, tão fácil e tão rápido, o exmo governo do estado chama um especialista, pedido por empréstimo ao governo de São Paulo, e por cuja acção esse governo se compromette.

Collaborador da última reforma do ensino naquele estado, de que defendeu várias inovações em artigos e conferências, professor de sua especialidade a vários anos, o especialista chamado chegou, conferenciou com o

excelentíssimo presidente do estado, e... começou a trabalhar sem ir pedir idéias ou opiniões ao órgão vermelho.

Foi commettida a idéia de traçar um plano geral de reforma, ao professor Bergström Lourenço Filho que disso assumiu a responsabilidade, não sendo necessária nenhuma comissão *especial*, [...]

[...]O que importa é realizar, é *fazer*, e essa é a preocupação do exelentíssimo Sr. Doutor Justiniano de Serpa, que encontra a mesma disposição no espírito prático do especialista apontado.

Ora, tanto o benemérito do governo, como o técnico que trabalha, não tem a ingenuidade de julgar que uma reorganização geral de ensino, num estado como o nosso, se possa fazer dentro de um ano, ou dois, ou quatro.

A organização do ensino é trabalho para muitas administrações, [...]

Considere-se que o professor Bergstron aqui se acha a pouco mais de um mez e ver-se-á que não é pequena a sua capacidade de trabalho e rapidez de acção, o que não seria possível esperar de uma comissão *especial*...

[...]Vê-se pois, que o organ tavorista, nessa questão do ensino, como em todas as outras, mete os pés pelos pés... fala do que não sabe, não está informado do que o nosso illustre governo faz e pretende fazer e, na ilusão da sua competência universal, pretende dar normas ao próprio professor Lourenço Filho.

Crítica inepta, intempestiva e pretenciosa, como sempre, aliás.⁸

É importante destacar o texto acima, na medida em que, através dele, pode-se perceber que Lourenço Filho era um homem de governo e esta condição é importante para discutir seu discurso acerca do que se dava no sertão do Ceará e, principalmente, das possíveis soluções para aquilo que o paulista considerava problemas do sertanejo. A partir de 1924, ao retornar para Piracicaba onde reassume sua cadeira na Escola Normal, passa a desenvolver atividades de pesquisa em Psicologia.

Juazeiro do Padre Cícero: Scenas e quadros do fanatismo no Nordeste, foi publicado em setembro de 1926 com uma expressiva tiragem de três mil exemplares, sendo premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1927 e reeditado em 1929 com dois mil e duzentos exemplares, ganhando ainda uma terceira edição em 1959 e quarta em 2002. Este livro conquistou uma importante repercussão, sendo discutido por intelectuais e outros escritores em um momento em que o país passava por um esforço de reflexão e quando os homens de letras se embuíam da missão política de revelar uma nação. Portanto, foi dentro de um ambiente fértil que as observções do pedagogo acerca de uma região sertaneja distante, no

⁸ Diário do Ceará, Fortaleza, 24 de Maio de 1922.

Ceará, caíram como uma semente que logo germinou atraindo atenção de pensadores em âmbito nacional.

No prefácio da quarta edição do livro, Carlos Monarcha, co-organizador de uma vasta biografia de Lourenço Filho comenta que

Joaseiro do Pe Cícero foi acolhido favoravelmente pela crítica da época. Resenhas literárias, comentários ou simples notas de redação veiculadas em jornais e revistas ilustradas de São Paulo, Rio de Janeiro e, mais esparsamente, do Ceará demonstram a maneira pela qual se deu a primeira recepção do livro. Plínio Barreto, Galeão Coutinho, Fernando Callage, Candido Motta Filho, Alfredo Pinheiro, Gilberto Câmara e tantos outros não pouparam louvores ao autor e livro. O curso dos louvores foi interrompido por resenhas de críticos com posições ideológicas diferentes entre si, como o escritor modernista Oswald de Andrade e o educador católico Mário Pinto Serva, os quais discordavam de determinadas análises e conclusões do autor.

Mas, em geral, os críticos proclamaram as qualidades intelectuais do autor...

De um lado, a recepção positiva do livro também deveu-se ao fato de que a visão cientificista do autor relativamente aos fatos sociais e culturais provinha do cientificismo de um tipo de pensamento social dominante no sistema intelectual, isto é, um pensamento mobilizado por teorias científicas e autoridades do fim do século 19, então triunfantes: o positivismo de Comte, o evolucionismo sociológico de Spencer e o evolucionismo biológico de Darwin; as psicologias sociais de Le Bon, Tarde e Sighele, fundadas nos princípios de contágio e imitação, as quais detectavam a presença das massas irracionais na cena social; e as escolas de antropologia organizadas por Lombroso e Lacassagne. Trivializadas no sistema intelectual, essas teorias científicas e autoridades tornaram-se senso comum, marcando a nascente ciência social brasileira. Em outras palavras, as análises de Lourenço Filho sobre o fenômeno do “fanatismo religioso” têm um débito profundo com o cientificismo da época, aceito e sancionado pelo autor do livro.

De outro lado, o livro foi identificado pela crítica como pertencendo à linhagem dos chamados “livros reveladores do Brasil” – que, no plano científico-literário, teve seu marco inaugural com *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, prosseguindo com *A organização nacional* (1914), de Alberto Torres, *Urupês* (1918), de Monteiro Lobato, e *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Viana – isto é, livros que identificavam as causas nefastas que determinaram a natureza tardia e infusa da formação da nacionalidade.⁹

É essa condição de obra marcada pela necessidade de construir a nação a partir de pressupostos postulados por teorias científicas e sociais da época e sua alocação dentro de um ambiente literário próprio dos grandes centros urbanos que nos motiva a estudá-la como uma

das principais fontes de pesquisa a colaborar com a discussão acerca de como, em Fortaleza, um sertão do estado era inventado de acordo com paradigmas próprios do início do século XX.

No período dos anos 20, além de desenvolver grandes atividades no magistério particular, Lourenço Filho faz reabrir o laboratório de Psicologia e traduz o livro *Psicologia experimental*, de Henri Piéron. A Psicologia experimental, quando preconizada por seus fundadores, tentava enquadrar o estudo psicológico nas ciências naturais, submetendo a métodos e modelos matemáticos o comportamento observável, criando para ele leis como as da Física ou Química, capazes de manipular as variáveis previsíveis do comportamento.

Nosso autor, portanto, parece localizar-se dentro das mesmas condições discursivas nas quais se encontravam os homens de ciência de sua época e nos interessa discutir o discurso contido no livro *O Juazeiro de Padre Cícero*, na medida em que, mediante o mesmo, percebemos a construção do espaço sertanejo através da compreensão de determinados grupos urbanos acerca do fenômeno religioso ligado a Padre Cícero. Faremos isso dando atenção a determinadas palavras, a certos enunciados e aos sentidos por eles construídos a despeito de um “outro”, um homem sertanejo que, neste discurso, recebia os valores rejeitados pela cidade moderna e, com isso, contribuía para a criação de uma identidade urbana, elaborada a seu reverso.

A clara divisão do território em dois mundos distintos, o sertão e as modernas cidades, começa a ser percebida quando o autor, que escreve o livro como fruto de sua permanência em Juazeiro por dois anos no início da década de vinte, descreve sua visão acerca do afastamento entre a civilização do litoral e os povos sertanejos. A impressão do viajante quando entra nos interiores do Nordeste é de que a vida desanda, recua no tempo.

A luz elétrica torna-se gás acetileno; depois, lampião belga; em seguida, candeeiro; mais tarde, candeia de óleo de mamona [...] Os muros se tornam sucessivamente cercas de arame, divisões de varas pacientemente trançadas, valados singelos, desaparecendo por fim, de todo, para deixar em comum valados e serras. É o “mundo velho sem tranqueira” [...] Aí, o sistema tributário chega ao imposto do dízimo in natura; a medicina, ao “chá de pinto”; a linguagem sustenta formas quinhentistas e denominações tapuias das raças primitivas. Raro nessas alturas, o estrangeiro é chamado ainda, colonialmente, de “marinheiro”; a capital assinala com o nome de origem, o “Forte”. O diabo é o “cão” ou o “capiroto”; [...]Mil reminiscências, que

⁹ MONARCHA, Carlos, in: *Juazeiro do Padre Cícero*. p.14 e 15.

marcam, pela constância, como que estranha parada no tempo. (LOURENÇO FILHO, 2002:33)

Podemos dizer que é de dentro de uma configuração histórica “moderna” que Lourenço Filho lança seu olhar sob a travessia que percorre do litoral ao sertão, do mundo “moderno” ao “mundo velho sem tranqueira”. Boa parte das transformações científico-tecnológicas que revolucionaram os países mais desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos começavam alcançar as principais cidades brasileiras no momento em que o autor escreve estas linhas. Todavia, é importante destacar que, volumosa faixa populacional da Fortaleza que encantou Lourenço Filho não gozava das benesses modernas e vivia de modo semelhante às populações do sertão que, para o autor, permaneciam no atraso. A lamparina, os abarracamentos e os velhos hábitos de higiene presentes no espaço sertanejo também existiam na capital que, através do projeto de reformas urbanas, acabou redesenhando suas segregações sociais, isolando e escondendo a resistente pobreza local.

Entre eventos da modernidade, podem ser citados os veículos automotores, os telégrafos, telefones e eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, o raio X, as seringas hipodérmicas, a anestesia, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes, o sabão em pó, a caixa registradora e a iluminação elétrica. Estes são alguns dos desdobramentos trazidos pela revolução do final do século XIX. (SEVCENKO, 2006: 9). Todas estas novidades inauguraram profunda mudança na forma de ver as coisas, de usar objetos ou na velocidade de vivenciar os acontecimentos. As inovações tecnológicas do período representavam um elo entre a Europa civilizada e o discurso das elites na Fortaleza do século XX, de onde Lourenço Filho saiu, iluminado pela luz elétrica, em direção ao Juazeiro das candeias.

Quanto mais se distanciava da eletricidade e ía adentrando o interior do estado, Lourenço Filho entende se afastar da civilização em uma espécie de máquina do tempo, na qual o autor vai retroagindo no relógio da história, de onde parte do progresso em direção ao atraso. Do veloz rumo ao lento. Do moderno para o arcaico. Do dividido e organizado em direção ao aberto. Do culto ao tosco. Do são ao doente.

Quando sai do litoral sadio rumo ao interior enfermo, o viajante denuncia que a medicina litorânea, no sertão, transformara-se em “chá de pinto.” Tal banalização dos saberes

populares se dava em um momento em que o discurso da medicina social conquistava força e que as principais cidades do país sofriam modificações urbanas a partir das idéias de disciplinarização e higienização do espaço.

Nesse período, a medicina se colocava como instrumento de modernização brasileira através de várias ações intervencionistas que iam desde o alargamento das ruas e realocação de famílias moradoras de áreas insalubres até a mudança de hábitos na vida privada dos cidadãos como a fervura da água ou escovação dos dentes, em determinadas cidades. O discurso médico se arrogava detentor da verdade, uma vez que representava o científico e, na medida em que os diplomas passavam a ser entregues nas universidades, desqualificava-se a figura do rezador e do curandeiro, contra as quais pesavam as acusações de superstição e ignorância.

Em Fortaleza, o campo de atuação médica se ampliava sobremaneira e conquistava cada vez mais força. Segundo Sebastião Rogério Ponte, ainda no século XIX, oitenta médicos cearenses foram diplomados nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e, destes, trinta voltaram à capital para se empenhar no trabalho que lhes rendeu o status de heróis na historiografia médica local da época (PONTE, 1999:77).

Exemplificando essa atuação médica, Castro Carreira é apresentado como um destes doutores. Nomeado “médico da pobreza”, em meados do século XIX, se preocupou com medidas profiláticas na água, nas ruas e até mesmo na atmosfera de Fortaleza. Denunciou o costume de jogar ou enterrar lixo e detritos nas ruas e quintais residenciais, recomendou a limpeza das ruas, chafarizes e poços, exigia o arejamento e limpeza de armazéns de couro, peixe e carne.

No Código de Postura de 1865, as medidas disciplinadoras da cultura, da circulação e da espacialidade urbana chegavam a ameaçar com multas os proprietários de boticas que não tivessem licença ou que vendessem medicamentos não autorizados para combater o “charlatanismo” no âmbito da cura.

Foi na segunda metade do século XIX que o poder do discurso médico começou a se fazer notar em Fortaleza, através de diversas modificações urbanas. Uma delas foi a mudança do antigo cemitério localizado na área urbana central para o bairro de Jacarecanga que ficava na área Oeste da cidade, ou seja, a sotavento pois, uma vez que os ventos em Fortaleza correm geralmente na direção leste-oeste, se o cemitério ficasse a leste, a barlavento, os ventos espalhariam os germes do cemitério na cidade.

Outra importante resolução desta época, destacada por Ponte, foi a canalização da água salubre do sítio Benfica para os chafarizes da cidade, na intenção de acabar com o consumo das águas dos aguadeiros ou das oriundas de poços de má qualidade e que eram fornecidas para a população.

O conjunto de intervenções médicas na cidade, através do poder público, foi grande no final do século XIX e início do XX. Quando o paulista Lourenço Filho veio morar em Fortaleza, em 1922, encontrou uma cidade afetada pelo discurso médico e quis encherger a porção da cidade que se antenava com seus pares europeus, modelos de civilização que serviam de referência para a capital litorânea.

Quando o autor, com ares de denúncia, exclama que no interior a medicina se transformava em chá de pinto, evidencia uma relação com determinada formação discursiva que desde o período da campanha republicana buscou pelos parâmetros técnico-civilizatórios europeus que incluíam, de maneira essencial, o cientificismo do qual, no Brasil, os intelectuais urbanos eram portavozes. A partir do interior desta intelectualidade urbana que se ancorava, também, no positivismo e no evolucionismo, notamos o discurso de Lourenço Filho acerca do sertão do Ceará, espaço antagônico aos contornos da modernidade que davam forma a Fortaleza.

Partindo dessa formação discursiva, o autor vive sua expedição rumo ao sertão como uma viagem no tempo na qual, após retroceder diversas gerações, em um processo paulatino, que tem nas inovações tecnológicas, científicas e culturais, (além das atualizações da própria língua portuguesa) os seus marcos cronológicos, estaciona no espaço do arcaico e do imóvel. A passagem do tempo não teria conseguido mover o estático sertão cearense, atrasado, preso em si mesmo, resistente ao moderno e ao processo civilizador que era considerado a “marcha da história”.

Esse atraso se manifestaria no aspecto das vilas e cidades, no povo, nas habitações, no transporte, nas manifestações sociais e políticas, nos modos de falar e vestir e, é claro, na religião, tema principal do livro. A seu respeito, algumas palavras e expressões são reveladoras de um modo urbano de enxergar a religiosidade sertaneja que, na ótica de grupos consumidores de um dado saber científico, ligava-se mesmo à doença psíquica e ao atraso. Entre estas palavras, a mais recorrente é “fanatismo”.

O fanatismo era apresentado por Lourenço Filho como um grave sintoma de atraso do sertão que resistia em descompasso à idéia de nação pensada por políticos, intelectuais, pedagogos e cientistas da época. *A variedade da simbolização mal resume os graus da estreita mentalidade dos seus autores, submetida à mesma superstição grosseira, ao mesmo fanatismo cego e doentio, que aí ressurgem numa dolorosa expressão de atraso.* (LOURENÇO FILHO. 2002: 33).

A explosão religiosa que modifica a vida da, até então, Vila do Tabuleiro consistiu no fato de uma hóstia ter, supostamente, transformado-se em sangue na boca de uma beata quando Padre Cícero celebrava a eucaristia. Isso ocorreu em 1889, a notícia rapidamente se espalhou e, mesmo apesar dos pedidos do sacerdote para que o povo fosse discreto, chegou até São Paulo. Uma comissão foi mandada pela diocese, a pedido do próprio padre, para investigar o caso e seu parecer dizia que o ocorrido não se explicava de maneira natural, restando apenas a hipótese de que sua autoria fosse divina. Nova comissão foi enviada, desta vez, concluindo que o fenômeno tratava-se de uma farsa. Após este desfecho, o bispo Dom Joaquim mandou enclausurar a beata e suspendeu as ordens sacerdotais de Padre Cícero.

A sucessão de acontecimentos envolvendo a figura do Padre e a hierarquia católica que, até hoje, desconsidera a santificação de Cícero confirmada pelo povo da região, é extensa. Contudo, após a primeira polêmica da hóstia e da beata, o número de casos ou estórias contadas pelos populares sertanejos sobre milagres e acontecimentos sobrenaturais envolvendo a Padre Cícero não parou de crescer, o que, aos poucos, foi elevando a condição da vila, um entreposto comercial subordinado à cidade do Crato, a um protagonismo na região que dura até os dias de hoje, em virtude da cena religiosa com suas romarias e diversos eventos.

Para Lourenço Filho, aqueles sertanejos, por serem capazes de crer que uma hóstia na boca de determinada beata tornara-se sangue e que santo era o padre através do qual tal milagre se fizera, eram tidos por seres de “estreita mentalidade”, sujeitos de um mundo mental antiquado, pois, nele, não se fizera presente a ciência, a razão e a modernidade. Com estes valores rabiscava-se, por dedução, o desenho de uma fisionomia para o ser urbano de Fortaleza no início do século XX, em contraposição ao perfil do ser sertanejo.

Naquelas circunstâncias, o habitante da capital era visto por Lourenço Filho (que nada falou sobre os focos de pobreza existentes em Fortaleza) como sujeito afinado com a

modernização e integrado ao ideal de nação, o oposto do devoto sertanejo, o qual pertencia a comunidades primitivas que congelavam o sertão no tempo, impedindo-o de acompanhar a pretensa homogeneidade nacional.

Sobre a capital do Ceará, a impressão deixada no psicólogo e educador paulista compõe o antagonismo que no período se colocava entre a cidade e o sertão cearense. Fortaleza é descrita como formosa e viva, acompanhando a “estonteante modernidade das civilizações do litoral”

A capital cearense é hoje uma cidade moderna, comparável por muitos aspectos a qualquer das melhores do País, desde o excelente traçado das ruas e bulevares até a viação urbana, as casas de educação e assistência, os templos, os teatros, os jornais, os jardins, a vida social e política.(LOURENÇO FILHO, 2002:27)

A Fortaleza que causara tamanha impressão em Lourenço Filho, vivia sua *Belle Époque* entre os anos de 1860 e 1930. Durante este período novos prédios foram construídos, um novo traçado urbano foi aplicado à cidade por Aldolfo Herbster (1875), arquiteto pernambucano que ampliou a planta em xadrez construída por Silva Paulet(1823). Também foram realizadas reformas de regeneração das praças, não só para o aformoseamento como para a aplicação de novas regras de utilização do espaço público. Os meios de comunicação, a partir dos anos 80 do século XIX, sofreram atualizações com a chegada do serviço telefônico e caixas postais. Os bondes, o telégrafo, o passeio público, a reforma da Praça do Ferreira na década de 20, o novo porto, a fábrica de tecidos, a construção do Asilo de alienados e do Asilo de mendicidade, a campanha de casamento de amasiados, os melhoramentos da cadeia pública... Todas estas transformações na cidade causavam certo encanto nas elites locais que, entusiasmadas com a chegada das novidades, ocultavam a presença da pobreza em seus discursos, assim como a permanência de hábitos antigos e costumes tradicionais na grande faixa da população que não gozava dos benefícios dos novos tempos.

Uma das intervenções urbanas que diziam respeito ao projeto de poder que tentava colocar Fortaleza dentro dos quadros ideológicos das grandes cidades européias foi a construção do teatro José de Alencar. A seu respeito, escrevia o teatrólogo Carlos Câmara no

jornal *A República* em Janeiro de 1910: *Vai Fortaleza possuir um teatro, uma casa de espetáculos vasta e confortável, que não a envergonhará aos olhos do estrangeiro [...] o teatro é um elemento de civilização e progresso.* Em outro artigo, desta vez de 1908, o mesmo jornal, portavoz da administração Acyolina na cidade, dizia que a *realização deste urgente melhoramento nesta capital, sem dúvidas dos mais palpitantes sinais de progresso em nossos foros de povo civilizado*(CÂMARA, 1910, 1908. Apud. PONTE, 1999:42).

As intervenções na arquitetura, nos hábitos de lazer, nas praças, nos meios de transporte e comunicação estavam presentes em um discurso que enaltecia a modernidade, a civilização e o progresso. Elementos que passavam a ser apontados como as grandes carências do espaço sertanejo. Lourenço Filho, afinado com o discurso das elites da capital, percebia um especial atraso causado por aquilo que ele entendia como “alienação religiosa” presente no povoado de Juazeiro.

Contrastando com a moderna Fortaleza, a qual parecia desenvolver-se no compasso da idéia de nação, o reformador educacional do Ceará se depara com a distante Juazeiro. A Meca do Cariri lhe parecia descansar em tempos primitivos e caducos, mas não pela enorme distância do litoral em si, e nem mesmo pelas secas que na virada do século XIX para o XX passam à utilização de elites nacionais que as remodelavam em forma de um discurso que inventa o Nordeste como região vítima de seu flagelo¹⁰, em Lourenço Filho, a responsável pelo atraso do sertão nordestino parecia ser, de fato, a religião. A respeito da então pequena cidade sertaneja e de seus habitantes, assim se refere o autor:

[...] um estranho aglomerado humano: o Juazeiro, do padre Cícero. Como que todo o atraso dos sertões aí se condensou, para condicionar maior retrocesso e estabelecer condições propícias de desajustamentos, em que repontam mentalidades atrasadas por séculos. Havemos de fixar algumas das impressões dessa famosa Meca sertaneja – arraial e feira, antro e oficina, centro de orações e hospício enorme[...].(LOURENÇO FILHO, 2002:29)

“Religiosidade de loucos”, “cidade de fanáticos” e “grande hospício”. Dentro do universo de um homem de ciência dos anos vinte - pedagogo ligado ao movimento que agitava

¹⁰ Para melhor compreensão sobre a utilização do tema da seca no discurso dos representantes políticos do Norte, criando “quadros de horrores” na composição da imagem de uma região abandonada pelos poderes públicos, ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999:58-59.

a educação brasileira propondo um ensino mais moderno, democrático e científico, psicólogo identificado com as escolas norte-americanas influenciadas pelo princípio da determinação biológica, sujeito que, poucos anos antes de escrever o livro participava da Liga Nacionalista de São Paulo - a fé, tal qual experimentada pelos devotos de Juazeiro, era sintoma de doença psíquica e desafinava com a nação saudável, moderna e bem educada que precisava, naquele instante, romper com o passado.

A ruptura com os hábitos sertanejos considerados antigos pelas elites do litoral, também com os costumes que, naquele instante, eram tidos por arcaicos e com a religiosidade daqueles a quem Lourenço Filho chamava de Fanáticos era uma condição inexorável de uma faixa social que se considerava esclarecida e consumia teorias sociais européias como o positivismo, tão comum entre os militares do final do século XIX, mas presente também em outros setores de destaque como a imprensa do início do século XX.

A leitura do cenário religioso sertanejo e da separação entre sertão e litoral, destacando o progresso de Fortaleza e o atraso do sertão, aproximava Lourenço Filho, também, do conteúdo das idéias positivistas que marcaram o final do regime monárquico e a primeira república. Este artigo do jornal *O Cearense*, escrito em 1926, nos ajuda a compreender a presença destas idéias na capital do Ceará:

É interessante notar a maneira acerba pela qual a imprensa cathólica ataca a Religião da Humanidade que tem O AMOR POR PRINCÍPIO, A ORDEM POR BASE E O PROGRESSO POR FIM.

O *O Nordeste* devia vir dignamente destruir este monumento incomparável que é a Philosophia positiva, quer no seu intuito, quer no seu conjunto de leis, e não enveredar, uma vez por outra, em uma crítica irreverente e zombeteira.

Os ataques do *O Nordeste* não poderão jamais diminuir o valor dessa grandiosa construção religiosa que será sempre a religião do ALTRUÍSMO, DO DEVER, DA HONRA, PARA A EDUCAÇÃO DOS QUE NÃO CRÊEM MAIS EM DEUS ou nos Deuses. Foi justamente nesse maravilhoso edifício sociológico que Augusto Comte viu a necessidade da religião como força disciplinadora da sociedade, determinando a unidade individual e coletiva. Penso, (...) que o Jornal *O Nordeste* devia ter um pouco mais de respeito por uma religião adoptada por um Benjamin Constant ou por um cidadão da estaura moral de Raymundo Teixeira Mendes, (...) É sempre, prezado director do *O Ceará*, sob uma luz desfavorável que o órgão cathólico procura apresentar a Religião da Humanidade¹¹

Neste texto, o diretor do periódico sai em defesa do positivismo, se posicionando contra os ataques que as idéias de Augusto Comte estariam sofrendo do jornal *O Nordeste*, portavoz da Igreja Católica em Fortaleza, que utilizava este veículo de comunicação para defender seus interesses dentro de um recém implantado projeto republicano que implicava na separação entre a Igreja e o Estado laico, trazendo prejuízos para o poder e a influência católica na sociedade.

Não sabemos que tipo de relação de fé Lourenço Filho mantinha com o mundo, todavia, textos como o artigo de jornal destacado, nos sugerem que no Brasil do início do século XX e na Fortaleza deste período, já não parecia algo tão incomum a existência de pessoas sem religião.

Também não era uma excentricidade a divulgação de um pensamento que, não apenas separava Igreja de Estado, mas que desacreditava em Deus em detrimento da crença na Ciência, tal qual a expressão das idéias positivistas que, em Augusto Comte, desenvolveram uma religião própria, puramente científica, racional e humana, a qual não admitia mistérios ou revelações, colocando-se antagonicamente ao sobrenatural.

A religião positiva afirmava apenas aquilo que era passível de observação e, segundo João Ribeiro, sua proposta afirmava também que o catolicismo seria anti-social e irrevogavelmente eliminado pelo positivismo que pretendia satisfazer a necessidade do homem por Deus através de um objeto real e acessível: a humanidade (RIBEIRO, 1982: 30). Esta seria a religião que conduziria o homem ao progresso, tratava-se de um tipo de fé, entretanto, é importante ressaltar que o positivismo que penetra no Brasil, ainda em meados do século XIX, se dividia em dois grupos, ambos dissidentes de Comte no que dizia respeito à religião positivista: o primeiro, de Pierre Laffit, seguia com ortodoxia dogmática a chamada religião da humanidade e o segundo, o de Paul Émile Littré, se afastava da evolução agnóstica considerando o ateísmo a única postura adequada a um positivismo autêntico.

Não é parte de nossos objetivos determinar, com precisão, que tipo de positivismo ou até que ponto exato este corpo de idéias, juntamente com o evolucionismo social, se fazia presente na leitura do mundo religioso de Juazeiro, realizada por Lourenço Filho. Pontuamos estas teorias para sinalizar a formação discursiva dentro da qual o livro *O Juazeiro de Padre*

¹¹ O Cearense, 01 de Outubro de 1926.

Cícero, afetado pelo paradigma da ciência moderna que pautava os estudos em psicologia de seu autor, parecia se acomodar.

A distância entre positivismo e cientificismo era estreita. Para Comte que, em seus primeiros trabalhos, chegou a usar o termo “física social” em lugar de sociologia, o mundo físico e o social tinham uma origem comum e natural, por isso se aproximavam. Essa “mentalidade” científica se fazia presente nos círculos letrados das grandes cidades e a leitura do espaço da cidade, do estado, das regiões ou da nação era conduzida por esse paradigma científico que perpassava a pauta de discussões sociais, sempre proposta pelas elites letradas.

No Brasil, esse referencial científico se expressava, em grande medida, através do positivismo de Auguste Comte e do evolucionismo social de Herbert Spencer com seu extremado individualismo baseado na idéia de contínuo progresso e evolução social. Para Spencer, a noção de evolução poderia ser aplicada a qualquer fenômeno observado, fosse ele físico ou social e a humanidade passaria por um processo evolutivo semelhante à evolução da natureza ou das espécies animais. Seriam a competição e o conflito os elementos que promoveriam a evolução de grupos sociais e a progressão da humanidade.

Influenciado por Auguste Comte, Spencer aplica o darwinismo ao entendimento da dinâmica social realizada e se enquadra na mesma lógica determinista de evolução social na medida em que as pessoas mais qualificadas a competirem na sociedade eliminariam naturalmente a concorrência dos outros indivíduos, resultando em uma sociedade composta pelos mais aptos, constituindo, assim, uma visão progressiva para o social.

O Positivismo e o evolucionismo social eram referenciais teóricos que pautavam as ações e o desenvolvimento da ciência, ambiente onde é possível localizar o discurso de Lourenço Filho, um estudioso da Psicologia de então. Todavia, é importante destacar que a concepção sobre a religião do sertão cearense parte de um homem com um duplo sacerdócio, destacando-se ainda mais como educador.

No momento em que escreve Lourenço Filho, a escola assume papel fundamental na formação de uma unidade de espírito nacional. Segundo Circe Bitencourt, a sociedade em questão era amplamente heterogênea e, no pensamento de seus idealizadores, deveria assimilar a memória nacional através do ensino da História nas escolas com o objetivo de construir a “nova nação moderna”, assemelhada às grandes nações européias. (BITTENCOURT, 1999: 27)

Ainda seguindo as idéias dessa autora, os diversos discursos relativos ao projeto educacional de homogeneização cultural fundamentaram-se na questão nacional. Era em nome da nação ou da constituição de uma “nova nação”, que educadores e autoridades políticas realizaram um projeto educacional, portanto, a teia envolvendo o discurso de Lourenço Filho é ampla e nos leva a imaginar que a força motriz deste professor para falar de um “fanatismo doentio” expresso pela religiosidade sertaneja, era, em última análise, o ideal de nação em voga nos meios políticos, científicos e educacionais.

A unidade nacional só seria alcançada, portanto, quando corpos estranhos ao ideal de nação moderna fossem combatidos pelo Estado, convencidos pela educação ou curados pela ciência. *Conforme o tempo e o meio, a variedade da educação e as sugestões do ambiente, lançar-se-á ele [o habitante do sertão] por completo na religião, na magia, nas ciências ocultas, na doutrinação política. Certas idéias delirantes são o eixo de toda a sua dinâmica mental.* (LOURENÇO FILHO.2002:46.). Dessa forma, era a ausência da educação no sertão que, somada às características daquele lugar, explicava a opção do sertanejo por aquele tipo de religião.

Em outras passagens de seu texto, é possível perceber, no entanto, que a educação não seria a única carência da massa religiosa de Juazeiro. Somado a este problema educacional encontrava-se a ausência da própria ciência, única capaz de diagnosticar a realidade daquela região que, para o psicólogo Lourenço Filho, não passava de um enorme hospício a abrigar grande número de paranóicos.

É realmente impressionante a identidade entre os elementos do delírio paranóico e os das aberrações individuais e coletivas, de que está pontilhado o caminho da história e que, ainda hoje, se repetem entre os selvagens e os civilizados(...). Os paranóicos são formalmente os místicos do vulgo e dos selvagens; na realidade são, porém, mais místicos do que aqueles que o cercam, porque muitas vezes o seu misticismo nasce, desenvolve-se e persiste, a despeito da oposição ambiente... sobre o que parece não haver dúvida é em serem as manifestações do misticismo paranóico inteiramente semelhantes à da tendência mística do homem primitivo: O ardor fanático do paranóico é uma explosão audaz, violenta, individual, duma mentalidade retrógrada e anti-social.(LOURENÇO FILHO, 2002:46)

Neste trecho, o autor apresenta um quadro muito exemplar do discurso que representava quando se refere ao sertanejo de Juazeiro como “paranóico”, “místico” e ao misticismo como sendo um sinal de “primitivismo”. Entendemos aí que, para cada termo representante dos referenciais teóricos de Lourenço Filho, exista um contraponto, como no caso da expressão “paranóico”. Para o psicólogo, a paranóia era uma doença que indicava a ausência da medicina (tão presente na capital) naquela região.

Semelhante ao caso da palavra “paranóico”, o contraponto da palavra “místico” seria a ciência, capaz de iluminar a ignorância dos sertanejos “fanáticos” levando-os ao progresso, claramente ausente do sertão que, segundo o autor, devido à forte presença do misticismo, era uma região “primitiva”, expressão esta que, por sua vez, compunha o antagonismo com a palavra civilização.

É possível perceber então, a formação das dicotomias paranóia/medicina (ou doença e sanidade), misticismo/ciência e primitivismo/civilização (ou progresso). Estas polarizações de opostos simplificavam-se nas “idéias força” que faziam parte de um projeto de nação, o qual tentava atualizar o Brasil tomando por base os discursos assentados nas oposições entre Civilização e Barbárie, Progresso e Atraso.

Essa atualização do espaço nacional contava com as representações e discursos produzidos sobre o sertão para alavancar as ideologias de civilização e progresso. Nesse processo, estudado por Gilmar Arruda, os discursos produzidos sobre os “terrenos desconhecidos”, legitimavam o mapeamento e a transformação do espaço que agregava representações sobre a palavra sertão (ARRUDA, 2000: 21).

Dentro das oposições entre civilização e barbárie ou progresso e atraso, a denúncia de Lourenço Filho de que a população mística de Juazeiro sofria de paranóia evidenciava o poder do discurso científico, dentro do qual o psicólogo se aproximava da medicina para evocar o saber que “curava” a população urbana de Fortaleza de seus maus hábitos e costumes. Este saber legitimava o diagnóstico que rotulava a população juazeirense de paranóica colocando a religiosidade popular em evidência.

É interessante notar que, quando o autor afirma serem os paranóicos os místicos do vulgo e do selvagem, a palavra “vulgo” passa a acrescentar outro elemento à explicação das causas da paranóia e do misticismo, seria ele a própria condição socialmente pobre de um povo que habitava a outra margem de um mundo que o autor parecia dividir entre “o selvagem

e o civilizado”. O paranóico, com todo o seu ardor fanático, seria inerente ao povo, aos pobres habitantes do sertão. Portanto, para Lourenço Filho, a pobreza seria uma das condições cenográficas que faziam emergir no “palco” do sertão os delírios da população local.

Paranóia e misticismo, elementos que se uniam pelo elo da pobreza, fariam parte de uma mesma realidade diagnóstica dentro da qual a busca pela superação das dificuldades através de uma experiência religiosa a não sobrepor-se firmemente à razão era tida, imediatamente, por loucura ou doença mental. Estas idéias de religiosidade doentia ligadas ao atraso do sertão cearense perpassam todo o restante da obra, da qual a percepção de algumas palavras, reforçam nossa impressão de que a formação de um discurso atuava na construção de um “outro” lugar e de uma outra identidade a confirmar o que era ser urbano, moderno e pertencente à nação.

Termos como “fanatismo” “inferioridade de consciência”, “(a)normalidade”, “malucos”, “alucinados”, “paranóicos”, “místicos” e “atraso” sinalizam a existência de um núcleo discursivo o qual, em conjunto com os meios intelectuais, políticos e científicos, formava um campo discursivo que parecia entender por religião: misticismo e por misticismo: paranóia e loucura. Todos estes responsáveis pelo atraso e pela falta de integração nacional.

O conceito de fanatismo estava presente nos diversos pares discursivos que cercavam a obra de Lourenço Filho. Em artigo do jornal *O Cearense*, escrito em 1926, ao escrever sobre uma possível reaproximação de padre Cícero com a Igreja Católica, o autor do texto afirma que: *A Igreja hostilizava abertamente o sacerdote joazeirense. O Nordeste, que é seu órgão na imprensa, fez campanha contra o fanatismo.* Após continuar o texto escrevendo sobre a fortuna que Padre Cícero supostamente pensava em deixar para a Igreja, o autor conclui que: *O que pode acontecer é que a Igreja não queira entrar na posse do dinheiro do honrado sacerdote por ter tido sua origem em um fanatismo que O Nordeste durante muito tempo condenou valentemente.* (*O Cearense*, de 16 de Setembro de 1926).

Expressões importantes encontradas no livro de Lourenço Filho aparecem também nos jornais e nos outros dois autores que compõem o centro de nossas fontes. Estes autores, ligados pelo núcleo de seus discursos, algumas vezes também citavam-se em demonstrações de apoio. Um destes, Rodolfo Teófilo, será melhor apresentado no segundo capítulo deste trabalho, todavia apresenta elementos para a atual discussão acerca da construção do espaço sertanejo através do que estes letrados escreviam sobre a religiosidade do sertão.

Dentro do livro *A sedição do Juazeiro*, publicado em 1922, ao escrever a respeito de padre Cícero, Teófilo se refere a ele como *dono e senhor de toda a zona do Cariri e zonas adjacentes* (TEÓFILO,1922:29), um *psicopata que desde a época do seminário em Fortaleza havia se revelado um doente* (ibdem,Ibdi:32). À cidade de Juazeiro, Teófilo se refere como *terra dominada pelo mais grosseiro fanatismo*, (ibdem,Ibdi:29) *valhacouto de fanáticos e facínoras* (ibdem,Ibdi:32). Aos que lutaram nas milícias de Juazeiro, e que foram chamados pelo *Jornal Unitário* de “libertadores do Ceará”, nosso autor chamou de *bandidos*. (ibdem. Ibdi:64)

O padre, os devotos e os cangaceiros eram os elementos que, na pena de Rodolfo Teófilo, fariam de Juazeiro um cenário de fanatismo e desordem.

Padre Cícero recebia diariamente gente armada daquelas cercanias... já não eram somente os romeiros os fanáticos que vinham defender o padre, porém, todos os cangaceiros, todos os malfeitores dos estados limítrofes. (TEÓFILO, 1922:45)

Os homens da milícia governista, vindos em sua maioria da região do Cariri, eram chamados por Teófilo de *gente supersticiosa e ignorante* (ibdem.Ibdi:46) que, por originarem-se daquele sertão que tinha o padre Cícero por santo, não poderia compor as forças legais e seriam incapazes de invadir Juazeiro.

Os termos fortes para se referir à religiosidade sertaneja, usados tanto por Lourenço Filho quanto por Rodolfo Teófilo, indicam o desejo de construir uma grande diferença entre o sertão e a proposta civilizadora e modernizadora que remodelava a cidade de Fortaleza em seu traçado urbano, nos hábitos de lazer e higiene, na cultura e no consumo dos cidadãos de classe média.

A distância entre o conteúdo racional do romanismo Fortalezense e a religiosidade popular do sertão do Ceará era grande. O catolicismo tradicional que, na capital, se confirmava no processo de romanização, apesar de suas querelas com os movimentos da ciência, era mais racional e na leitura urbana de setores, religiosos ou não, das expressões populares de fé nos sertões do estado parecia não restar alternativas à pecha de fanatismo.

Fanático era todo aquele que não fizesse uso dos instrumentos racionais de análise da vida, os quais se faziam presentes no ordenamento do litoral que marchava rumo ao progresso e à construção de uma nação que tinha por modelo os grandes centros europeus. O que nos importa aqui não é entender o emprego desta palavra na obra de Lourenço Filho, além de Gustavo Barroso e Rodolfo Teófilo, mas discutir seu sentido dentro de uma intelectualidade ligada aos valores modernos de uma Fortaleza que aspirava ao progresso e à civilização.

Para Eni Orlandi,

diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como esse texto significa?(ORLANDI, 2005:17)

Muito embora não estejamos neste trabalho aplicando uma Análise de Discurso propriamente dita, nossas discussões estão pautadas, em grande medida, por sua teoria e, na problematização dos textos que se dirigem à religiosidade sertaneja, a recorrência da palavra “fanático” ou “fanatismo” nos desperta para discutir o tipo de catolicismo predominante na Fortaleza da Belle Époque, o que nos levaria a perguntar sobre sua relação com o compromisso de nossos autores com a construção de um espaço cosmopolita na capital do Ceará.

O termo fanático, tão recorrente no livro de Lourenço Filho, indicava sua relação com um saber científico e com um discurso civilizador, todavia, o que poderia causar quem sabe uma surpresa, era a presença desta expressão em autores que mais se interessavam pelos estudos folclóricos das regiões interioranas, na perspectiva de perceber no sertanejo o protótipo da nação. Mesmo para um folclorista, que se dirigia ao sertão com um olhar mais suave comparado ao de um homem de ciência, os mesmos referenciais teóricos se faziam notar, ao considerar fanáticos, os religiosos dos sertões.

1.3 A RELIGIOSIDADE SERTANEJA NO OLHAR DE GUSTAVO BARROSO

Outro importante autor que, no início de sua obra, se dedicou ao folclore e aos temas do sertão, foi Gustavo Barroso. Advogado, professor, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista, museólogo, arqueólogo, biógrafo, teatrólogo, memorialista, lexicógrafo, crítico, poeta, além de desenhista e caricaturista. Barroso nasceu em Fortaleza, no dia 29 de Dezembro de 1888. Foi presidente da Academia Brasileira de Letras por duas ocasiões e publicou a impressionante marca de 82 livros ao longo de sua vida.

O fortalezense que escrevera vasta obra, até 1932, ano em que publica o último dos livros que nos servirão de fontes, já havia trabalhado como redator no *Jornal do Ceará* (1908-1909) e do *Jornal do Comércio*, como diretor da *Revista Fon-Fon*, secretário da Superintendência da Defesa da Borracha, no Rio de Janeiro, secretário do Interior e da Justiça do Ceará, deputado federal pelo Ceará, secretário da Delegação Brasileira à Conferência da Paz de Venezuela e inspetor escolar do Distrito Federal. Neste período, tornou-se, também, diretor do Museu Histórico Nacional e secretário geral da Junta de Jurisconsultos Americanos.

Desde muito jovem, Gustavo Barroso participou ativamente da vida cultural de Fortaleza, fundando jornais como o caricato *O Garoto*, *O Equador* e *O Regenerador* ou colaborando como no caso do *Unitário*, *O Calibre*, *O Figaça* e *O Demolidor*. Contribuiu para a criação de organismos culturais como o Grêmio Literário 25 de março, foi secretário da sociedade dramática “Alma Cearense” e pertenceu também à sociedade literária Máximo Gorki. Além de todas estas atividades na terra natal, sob o pseudônimo de João do Norte, também colaborava com a imprensa do Rio de Janeiro, para onde se mudara em 1910, através de publicações como *O Malho*, *O Tico-Tico* e *A Careta*.

O interesse de nosso autor pelo sertão se dava na medida em que lá estaria a tradição e o folclore nacional em detrimento do cosmopolitismo das capitais e do litoral. Barroso, também preocupado com a nação, desejava, através do folclore, encontrar a brasilidade do país e, a tarefa de envolvê-lo na rede discursiva que inventava um sertão no litoral, exige uma apresentação geral das obras que nos interessam, contextualizando-as dentro de alguns

aspectos que ligam o pensamento de Gustavo Barroso aos de Lourenço Filho e Rodolfo Teófilo.

Quando somamos os livros destes três autores direcionados ao sertão a alguns textos de personalidades apontadas por Lourenço Filho e, ainda, a artigos da imprensa jornalística ou de autores secundários em nossa investigação como Leonardo Mota, demonstramos a existência do campo discursivo a que temos nos referido. Gustavo Barroso é uma das três “estrelas desta constelação”.

Entre 1912 e 1932, Barroso publica seus “estudos de folclore” e de “sociologia sertaneja” e, a propósito desse tipo de classificação, era comum aos escritores da época divulgarem seus títulos enquadrando-os em áreas de conhecimento como estas, Barroso faz isso no livro *Luz e pó* (1932). A obra deste cearense foi imensa, abrangendo títulos de História, memória, sociologia e folclore. Um dos livros que nos será mais caro para a análise de nossas primeiras impressões sobre seu discurso acerca do sertão é *Terra de sol: natureza e costumes do Norte* (1912), o qual é estruturado a partir de cinco capítulos: O meio, Os animais, O homem, A arte e A lenda. Nosso primeiro indício de aproximação entre o discurso deste autor e o de Lourenço Filho se dá no momento em que o capítulo “O homem” recebe uma divisão tipológica dentro da qual a população sertaneja se dividiria em “Typos anormáes” (cangaceiros e curandeiros) e “Typos normáes” (sertanejos, fazendeiros e vaqueiros). Estes últimos, ao contrário dos primeiros, não se antagonizavam com os paradigmas modernos da capital.

O livro *Terra de Sol*, segundo Afonsina Maria Augusto Moreira,¹² foi escrito na intenção de servir como uma espécie de guia de estudos, referência a partir da qual nosso autor se basearia para desenvolver subtemas e escrever futuras publicações, uma delas foi *Heróis e bandidos* (1917). Nela, Barroso aprofunda seus estudos sobre um dos tipos classificados de anormais: o cangaceiro e, nas duas partes em que a divide, estuda as causas deste fenômeno que chamara de banditismo, propondo soluções para extingui-lo juntamente com os tipos de cangaceiros apontando, dentro de cada um deles, os motivos que os teriam levado à vida errante do sertão. As discussões deste livro são retomadas em *Almas de lama e aço: Lampeão*

¹² MOREIA, Maria Afonsina Augusto. **Terra de Sol: Entre Deus e o Diabo**. In: Trajetos Revista de História da UFC. Dossiê Religiosidade, vl.4, nº8. 2006.

e outros cangaceiros (1930). Neste último, pode-se observar ainda o acréscimo do tema da religiosidade popular.

Sobre os “curandeiros e rezadores”, outro tipo sertanejo que formava com o cangaceiro os “typos anormáes” descritos em *Terra de sol* (1912), Barroso diz que eram muito comuns no sertão, intitulando de credices a fé que circulava nas rezas praticadas por esses sertanejos. Ao se referir às pessoas que acreditavam nessas rezas o autor chega a demonstrar sentimentos de pena: “Pobre gente que espera a salvação de um gesto de embrutecido mestiço, que se diz sabedor dos segredos dos milagres e afirma o que não pode adivinhar” (BARROSO 2006: 87-88).

As passagens nas quais as expressões de fé sertanejas eram inferiorizadas abundam na obra do autor, entretanto, seguimos percebendo diferenças no discurso de Gustavo Barroso quando comparado ao de Lourenço Filho. Desta vez, estamos diante de um homem das letras, cidadão urbano, porém, de raízes fortes no interior e preocupado com a descrição de um folclore sertanejo necessário ao conhecimento da nação. É possível aproximar Barroso de outro autor, Leonardo Mota, um entusiasta da cultura do sertão.

Leonardo Mota foi professor, jornalista, historiador, promotor de justiça, advogado e escritor. Folclorista interessado nas vivências sertanejas, Mota pesquisava na perspectiva de “defender” o sertão e sua cultura através de uma grande quantidade de informações colhidas *in loco* e que contava com causos interessantes e boas anedotas. Em nossa pesquisa, não nos furtamos da leitura de autores como este, na perspectiva de melhor compreender nossas fontes principais.

Sobre o padroeiro do sertão, Leonardo Mota relata episódios ouvidos em Caruaru, interior de Pernambuco. O autor escreve sobre a expressão religiosa do que seria uma fé “ingênua”, típica do sertanejo, e acerca dos acontecimentos, segundo ele naturais, vividos por Padre Cícero e que o sertanejo insistia em interpretar como frutos de uma personalidade iluminada e milagrosa.

Segundo Mota, as pessoas reunidas na calçada do hotel no qual se hospedara, em Caruaru, falavam sobre a “ignorância” do Padre que fingiria estar em ofensivas jornalísticas contra opositores da imprensa e se julgava uma importante autoridade nacional, a ponto de escrever cartas ao kaiser, sugerindo a rendição da Alemanha ou de dar conselhos a presidentes

do Brasil quanto ao modo com o qual governariam a nação. Ao narrar estes fatos, o Padre é chamado, no livro, de megalomaniaco e conservador matreiro.

Causos dignos de nota são trazidos à tona por Mota:

Alguém lembrou que, de uma feita, ouviu umromeiro falar ao taumaturgo juazeirense: - Meu Padrim, eu queria que o Sr. me dissesse se, este ano, o sol incriza. Lhe pergunto porque eu estou com uma filha pra casar, mas ela diz que se o sol incrizar este ano ela não casa... O padre, que já havia lido as folhinhas do ano, disse que a moça poderia casar pois naquele ano não haveria eclipse do sol...

- Certos milagres que o padre Cícero faz eu também faço! Ajuntou outro na roda. E exemplificou:

- Meu padrim, vim tomar a sua bênção e lhe peço também que me diga onde é que eu posso encontrar um burro meu que se sumiu.

-Donde você é? Indaga o padre.

_Eu sou de Barbalha.

-E o seu burro donde vem?

-Comprei ele perto do Crato.

Pois procure de Barbalha pra o Crato que você o encontra.

Com efeito, o burro, saudoso dos velhos pastos, para lá se escapulira. Isso era de fácil previsão que, para onde era pasteiro pra aí é que o burro foge. Mas ninguém tira da cabeça do fanático que o Padre Cícero fez o milagre de adivinhar onde o animal estava. Ora, assim também, até eu sou milagroso...

E um terceiro companheiro de prosa rememora:

-Uma vez, o Padre Cícero estava lendo uns jornais, à noite, à luz de uma estearina. Começou a cochilar e a chama da vela atingiu-lhe a manga da batina, queimando-lhe bastante o braço. No outro dia, ao saberem do acidente, os romeiros fizeram sérias penitências, porque acreditavam que o Padre Cícero, como Jesus Cristo, estava a sofrer pelos pecados da humanidade... (MOTA, 2002:29)

Passagens como estas são importantes para percebermos que as idéias de uma religiosidade fanática ou de uma fé ingênua estavam presentes até mesmo em autores que possuíam um claro pressuposto apologético em relação ao sertão, afirmando ser este, o reduto de uma sabedoria peculiar, muitas vezes esquecida e caluniada na capital.

Gustavo Barroso, que também era um folclorista, foi se consolidando como um intelectual de maior envergadura e possuía, em sua escrita, preocupações políticas que lhe afastavam do tom quase jocoso de Leonardo Mota. Por motivos como este, o agrupamento de Barroso ao lado de Lourenço Filho e Rodolfo Teófilo têm-nos parecido mais apropriado e,

também por isso, Mota não se coloca neste elenco, apesar de colaborar na discussão deste material.

No que diz respeito ao olhar do intelectual urbano sobre a religiosidade do sertão, é importante sublinhar que, apesar do tom subestimado no que diz respeito à fé sertaneja, o discurso de Gustavo Barroso não era anti-religioso, muito menos filiado ao ateísmo moderno, pelo contrário, ligava-se à Igreja, entretanto, era em nome da tradição e da ortodoxia católica que o mesmo se expressava:

A moral religiosa foi abafada pelas mais absurdas crendices e abusões que corromperam o culto, pela ignorância que conduz os espíritos a todos os fanatismos e fa-los descambar para os mais grosseiros fetichismos ou deixá-os a meio caminho dessa decadência, no período da crença em fantasmas e gênios [...] No cariry, houve padres que benzeram os cacetes dos capangas antes das brigas. O padre Macario, vigário de Santa Maria, na Parayba, era chefe de cangaceiros. [...] Muito bandoleiro mergulha o punhal na água benta das pias. Os “romeiros” trazem nos chapéus pencas de medalhas entre as quais uma que tem, no verso, a imagem de Nossa Senhora, no reverso a figura de Padre Cícero. (BARROSO,1917:87-88)

Assim como o relato de que até mesmo um padre, no sertão, poderia ser chefe de cangaceiros, as histórias de misticismo e alienação, quando somadas à impressão passada de que religião e violência caminhavam lado a lado, construíam, na capital, a imagem de um espaço sertanejo moralmente confuso, que não discernia entre o certo e o errado, uma vez que não alcançado pelas luzes modernas.

Alinhada, por sua vez, à civilização moderna, a Igreja Católica na capital Fortaleza seguia a direção da romanização em voga, em prol de uma igreja mais centralizada, mais “racional” e mais distante da espontaneidade religiosa das massas populares.

É, portanto, diante das intrigas religiosas que à época cercavam a cidade de Juazeiro, colocando em polos opostos o catolicismo popular da região e a Igreja Católica Romana, que Gustavo Barroso, importante peça de uma cultura política e intelectual que se configurava no litoral dando corpo a um determinado discurso sobre o sertão, apesar de se perceber como um ser de “alma sertaneja,” posiciona-se, de certo modo, mais próximo aos seguimentos católicos romanizados-metropolitanos e do discurso oficial da igreja.

A harmonia entre o modo com o qual Barroso se referia às crenças sertanejas e a censura do Catolicismo Romano à fé popular da região nada tinha a ver com a religiosidade do autor que, filho de um ateu confesso, só terá em si a religião despertada quando do seu ingresso no integralismo, ocasião em que se torna também anti-semita (MENEZES.2006:28)

A ressonância entre o que pensavam Barroso e o catolicismo metropolitano acerca da religiosidade sertaneja possivelmente relaciona-se a um modo urbano de interpretar os signos que emergiam do espaço sertanejo. Supomos que, se por um lado, a Igreja Católica se defendia de teorias como o evolucionismo e o positivismo, por outro, um certo modo racional de interpretar a realidade parecia ser uma forte influência na personalidade daquela instituição no início do Século XX.

Compreender que tipo de Igreja estabelecia pontos de congruência com o discurso de um intelectual, não devoto, como Gustavo Barroso, acerca da religiosidade sertaneja torna-se importante na tarefa de discutir os discursos dos homens letrados que se expressavam a partir de uma sociedade que se modernizava e que elegia o espaço urbano como referência máxima. A propósito, as discussões que aqueciam o interior da igreja na época são esclarecidas pelo historiador Régis Lópes Ramos da seguinte maneira:

O Padre Cícero dos devotos está em desacordo com a igreja oficial porque o leigo não poderia nem podia possuir o poder de definir os lugares do sagrado. A imagem “popular” do Padre Cícero nasceu num período em que a política de romanização caminhava com toda energia, uma época de desconfiança em relação aos problemas do “fanatismo” e à falta de “educação religiosa”. [...] A preocupação do clero romanizado não estava somente em fiscalizar o conteúdo dos ensinamentos ou crenças. Um ponto de fundamental importância era definir quem poderia transmitir esses conteúdos, quem teria competência para guiar os rebanhos de Deus e definir o que é ou não é pecado, o que pode ou não pertencer à igreja, o que vale ou não vale. De acordo com a política romana, somente os membros da hierarquia clerical poderiam falar sobre o sagrado”.(RAMOS,1998:125)

Essa política de romanização a qual se refere Ramos tem início na segunda metade do século XIX, período em que essa tendência disputava espaço, em âmbito nacional, com a corrente liberal dentro da igreja católica. Este seguimento liberal visava uma Igreja nacional, mais preocupada com questões nacionais e mais distante do poder romano. No estado do Ceará, com a nomeação do Bispo D. Luís Antônio dos Santos, a Igreja se insere nas propostas

romanizadas que implicavam em obediência a Roma para fortalecer o projeto de Igreja ameaçado com a proclamação da república e o Estado laico. Dentro da Igreja romanizada, a preocupação com a formação do clero é muito grande, no entanto, este clero era mais elitizado e afastado das questões nacionais.

É importante lembrar que, se no Segundo Reinado a igreja católica passou a receber menos apoio do governo na medida em que o liberalismo conquistava espaço, com a chegada do regime republicano esta situação se agrava. No Estado laico moderno, a Igreja é vista como um impedimento para o avanço da ciência e, portanto, para os avanços do progresso e alcance da civilização. Uma das conseqüências desta visão para a Igreja católica foi a desobrigação do Estado com relação ao subsídio de sustentação da Igreja.

Uma das estratégias católicas para reagir a este período foi a criação do Partido Católico em 1890, no Rio de Janeiro. No Ceará, o partido se organiza para as eleições desse mesmo ano em torno de um discurso antirrepublicano e antipositivista, uma vez que a Igreja se entendia perseguida pelo regime republicano de orientação positivista.

Apesar da situação de oposição ideológica entre Igreja e Estado, Francisco José Pinheiro afirma que jamais a Igreja chegou a declarar uma situação de oposição ao Governo¹³. O mesmo autor explica que este cenário não afetou de forma relevante o cotidiano religioso dos católicos da cidade que continuavam freqüentando suas novenas, missas ou praticando suas orações familiares. A minoria que teria sido alcançada por estas querelas dizia respeito aos leigos urbanos engajados nas questões de luta católica e leitores dos jornais católicos.

Quanto ao discurso de Gustavo Barroso, se por um lado, apesar do romantismo, se aproximava da posição da Igreja oficial contrária ao catolicismo popular mais espontâneo e, portanto, mais autônomo em relação aos “cabrestos” romanos, por outro, se afinava aos referenciais ideológicos do Estado republicano de orientação positivista, defendendo a razão a propósito da civilização. Isso ocorre quando o autor responsabiliza a ignorância pela proliferação do que ele chama de “crendices no sertão”.

É válido lembrar que, desde as querelas entre Igreja e poder monárquico no Segundo Reinado (algumas delas envolvendo as questões da Maçonaria), o clero católico passa a considerar importante a aproximação com os setores intelectuais que, no período Republicano,

¹³ Ver: PINHEIRO, Francisco José. *O Processo de Romanização do Ceará*. In: SOUZA, Simone. *História do Ceará*. 2ed. 1994. Fortaleza, CE.

seriam os responsáveis pelo projeto de nação. Fazia parte das estratégias de sobrevivência católica, diante do período desfavorável na sua relação como poder estatal, a busca por apoio de diferentes setores que, ao se colocarem a respeito da religiosidade popular sertaneja, pareciam silenciar as diferenças com o clero, em prol de um discurso, se não uníssono, ao menos afinado.

De forma geral, podemos dizer, acompanhando a historiadora Afonsina Maria Augusto Moreira, que Gustavo Barroso, ao tratar da religiosidade sertaneja, abordou o tema seguindo a mesma direção que tomara para estudar o cangaço, sempre identificando causas ligadas à ignorância sertaneja e soluções que partiam das intervenções da civilização naquele espaço. No artigo *Terra do Sol: entre Deus e o diabo* esta autora destaca um fragmento de *Almas de lama e aço*, livro de Barroso que também estamos analisando, e afirma que, ao tratar dos cangaceiros, o autor se aproxima dos julgamentos e das análises dirigidas ao povo do sertão nas obras de Lourenço Filho e Rodolfo Teófilo:

Nessa sociedade rudimentar, retardada, o padre é, quase sempre, um centralizador de forças, de ideais, de inclinações [...] Dahi a extensão a que chegou, em várias localidades do Cariri, no Ceará, com o Padre Pinto e o Padre Cícero.

Esses homens são fatalmente necessários ao sertão. Num meio dominado pela anarchia, qualquer desses padres representa uma base, um poder central, uma influência até certo ponto moderadora, uma autoridade moral onde não há nenhuma. E, si fanatizam, si exploram, a culpa não cabe à população sertaneja, que carece de escolas, de hygiene, de água, de vias de comunicação; porem, aos governos estaduaes e ao seu supremo mentor – o governo geral ou federal. [...]

O que acontece hoje no Joaseiro do Padre Cícero, por exemplo, necessariamente se filia ao que, outrora, se passou nessas regiões centraes do Nordeste: - explosões de mysticismo, nucleos de fanatismo e geradores de ociosidades perniciosas e tarturfismos grosseiros, alguns dos quais se têm prolongado através da politicagem estadual até o ambiente de política federal.¹⁴

¹⁴ MOREIRA. Afonsina Maria Augusto. *Terra do Sol: entre Deus e o diabo*. In: Trajetos: Revista de História da UFC. Dossiê: Religiosidade, v. 4, n°8, 2006, p. 190-191.

Quando Barroso se propunha estudar o sertão do ponto de vista folclórico e da “sociologia sertaneja”, seu interesse era destacar os elementos positivos da vida no interior que guardaria as tradições inerentes a alma nacional em oposição aos estrangeirismos das capitais. Entretanto, notamos no autor um discurso ambíguo que, neste trecho, se faz perceber, primeiramente, quando a figura religiosa e política do padre é considerada sinal de uma sociedade “retardada”. Ora, cabe-nos então a interrogação: retardada em relação a que?

Para o autor, os “typos anormáes” que eram os cangaceiros e os curandeiros, indicavam a existência de um sertão atrasado. Considerando ainda, se possível for, que o retardado é, também, um doente de idade mental inferior ao padrão de seu tempo vivido na comparação com os demais de sua espécie, penso que um referencial de velocidade está sendo posto pelo autor que, neste momento, considera o sertão um espaço de movimento vagaroso. Esta lentidão se daria em relação a que espaço, se não ao das capitais que o próprio Barroso denuncia como receptoras de uma cultura estrangeira que nada tinha a ver com as raízes da nação?

O que podemos discutir é que, se por um lado, Gustavo Barroso tenta enxergar no sertão o depositário dos costumes inerentes às raízes nacionais e, por outro, considera que este lugar está “retardado” em relação às capitais, ainda assim acusadas de “estrangeirismos”, o atraso se daria em relação ao progresso vivido na cidade, não em suas negociações culturais com outros países, mas em seu padrão educacional modelado pelo conceito de civilização, algumas vezes usado pelo autor. Em outra passagem de *Terra de Sol*, notamos que a questão da educação aparece no momento em que o texto se refere à carência cultural nos cultos e na fé do sertão:

Sua religião é afeiçoada ao seu modo, uma espécie de fanatismo católico-fetichista, em que se misturam os resíduos dos cultos inferiores do africano e do índio ao que a ignorância de alguns padres garabulha erroneamente dos púlpitos e aos que rezam catecismos mal redigidos. A prova disso está nas suas orações entremeadas de expressões verdadeiramente fetichistas, na sua crença em milagres de indivíduos tidos como santos ou em estado de graça, e em certas passagens da vida de Cristo e dos santos, de que os Evangelhos nunca cogitaram [...]

A prova mais cabal do modo inferior por que se apresenta o espírito religioso no sertão é a facilidade com que um indivíduo reúne em torno de si, fazendo milagres de charlatão, milhares de homens dedicados devotamente à sua causa, como foi em Canudos com Antônio conselheiro, como o é no Juazeiro com o Padre Cícero[...]

Tem grande fé na sua devoção, mas uma fé fanática, inculta, supersticiosa.(Barroso:126-128)

Neste texto em que o problema da instrução educacional aparece quando Barroso se refere à fé dos fiéis em Padre Cícero como “inculta”, chama-nos a atenção, também, a apropriação do discurso racial em voga nos meios científicos da época em que a cultura africana e a indígena eram abertamente propagadas como inferiores.

O “modo inferior pelo que se apresenta o espírito religioso no sertão” estaria ligado à influência dos cultos negros e indígenas, somados a alguns padres chamados de ignorantes. Apesar da questão educacional ter sido muito mais colocada nos livros do autor como responsável pelos sinais de atraso no sertão, a problemática das raças também aparece como fator desta responsabilidade.

Ao relacionar a questão racial à religiosa no sertão do Ceará, a idéia de uma população fanática reaparece e, a exemplo do que ocorria no livro de Lourenço Filho, torna-se uma imagem importante. Em Barroso, a religiosidade sertaneja era classificada de inferior, devido ao seu fanatismo expresso na devoção às personalidades do espaço sertanejo como Antônio Conselheiro e o Padre Cícero. Este comportamento fanático seria próprio do sertão, lugar onde características de “raças inferiores” formariam um tipo de religiosidade incoerente com as referências das cidades modernas.

Em outra passagem do livro Terra de Sol, o problema da hierarquização das raças é notado com maior riqueza descritiva:

Não há povo cheio de credices, mais propenso a acreditar em bruxedos, do que o sertanejo. Crê em todas as feitiçarias por mais ignóbeis e estúpidas que sejam, misturando na sua prática, crenças africanas, indígenas e européias, essas adquiridas por hereditariedade, aquelas pelo contato das raças. As reminiscências das bruxarias africanas e indígenas formam a base de todas as feitiçarias em que as européias aparecem apagadamente, com o seu cunho religioso velado pelo fetichismo das duas raças inferiores. Um tipo interessante sintetiza toda essa ignorância – é o curandeirismo. (BARROSO, 2006:109)

As “estúpidas” e “ignóbeis” “feitiçarias” praticadas no sertão seriam fruto das raças africanas e indígenas que, dentro de uma hierarquia racial presente nas teorias raciais da

época, ocupariam a base de uma pirâmide que, no topo, sustentaria o elemento branco europeu.

O pensamento acima exposto era comum entre homens de letras e ciências de então, Rodolfo Teófilo, um dos três autores a compor o centro de nosso campo discursivo, quando se referiu aos estudos de Capistrano de Abreu, seu colega dos tempos de colégio que, em 1907, publicava os *Capítulos de História Colonial*, lamentou que o velho amigo “perdesse tempo” estudando glossários e gramáticas de línguas indígenas em extinção, “seu precioso tempo, cultura e mentalidade, vai gastando no estudo da língua dos índios. Melhor fora que o fizesse com obra de mais utilidade e relevância”. (TEÓFILO. Apud. Lira Neto: 47)

Nesse mesmo sentido de inferiorização racial é que percebemos alguns textos de Gustavo Barroso. Para discutir as passagens em que este autor inferioriza as culturas africanas e indígenas é preciso pensar que, no período abrangedor do final da monarquia e dos impasses da República Velha, o universo intelectual se construía com base em “pressupostos racistas abertamente postulados” (SCHWARCZ.1993:22). O próprio conceito de raça se formulava naquele momento de redescoberta do país, em que intelectuais elaboravam, também, outros conceitos como o de cidadania, povo e nação. Estes homens ligados à ciência acreditavam estar, naquele instante, ditando os destinos do país a partir das instituições das quais se pronunciavam.

Notamos, portanto, uma aproximação entre o discurso de Barroso e o dos “homens de ciência” estudados por Lília Schwarcz no livro: *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. Neste trabalho, a autora apresenta a elaboração de uma história social das teorias raciais, dentro da qual é estudado um modelo racial para explicar o próprio país.

Este argumento racial para o país é construído através dos homens de ciência que poderiam ter seus pensamentos caracterizados: pela esperança do branqueamento da nação; pela miscigenação explicando o atraso do país; e pela natural hierarquia entre as raças que se aperfeiçoariam e tentariam, através da ciência positivista e determinista, encontrar saídas para o futuro da nação.

Além disso, o texto de Shwarcz pergunta sobre a recuperação das teorias raciais no contexto dos meios políticos liberais e da concepção de Estado, pergunta como o conceito raça passa a se definir, além de biológica, socialmente, tentando compreender como o argumento

racial foi construído política e historicamente, destacando o modo como as diferenças sociais passavam a se justificar pela raça.

Em alguns momentos dos textos de Gustavo Barroso, temos a nítida impressão de que nosso autor, muito embora não se coloque claramente dentro dos espaços institucionais de onde se expressavam os homens de ciência, não estava alheio às teorias raciais de sua época. Em outro trecho do livro *Terra de Sol*, escrito em 1912, Barroso afirma que “não seja, talvez, um paradoxo dizer – que a seca é um fator de progresso, porque forma e molda uma raça de fortes.” (BARROSO, 2006:14). Em passagens como esta, percebemos a presença da crença no aperfeiçoamento das raças, manifesta nos circuitos científicos de importantes instituições nacionais preocupadas com o tipo de país que renascia com os cruzamentos raciais. Neste sentido, o determinismo geográfico atuava em parceria com as teorias raciais e o meio físico seria o responsável pela transformação e aperfeiçoamento étnico.

Em outra passagem do livro acima citado, são ressaltados os aspectos positivos da raça do homem do sertão, sempre ligados a atividades como a do vaqueiro, mas nunca às práticas religiosas. Quando afirma que “Geralmente bom e honrado, o eterno combate com o meio envolvente desenvolve-lhe a inteligência e a coragem que já lhe legara a raça, o cruzamento ancestral”(Ibdi, Ibidem:117), as dificuldades das terras sertanejas aparecem como as propulsoras de um caráter forte inerente ao homem do sertão que, se por um lado era um “fanático”, fruto do misticismo ignorante da religiosidade indígena e africana, por outro era desenvolvido, enquanto resultado da atuação do clima no forjar de uma resistência física típica de uma força sertaneja.

A questão acima, relacionada à influência do meio no caráter do sertanejo, torna necessário o destaque de que dentro do universo de teorias sociais importadas da Europa pelo Brasil, fazia-se presente, também e com bastante força, a escola determinista geográfica.

Essa teoria, bastante desenvolvida pela Geografia do fim do século XIX e início do XX, consistia em considerar que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural. Para Ratzel e Buckle, principais representantes do determinismo geográfico, as nações desenvolveriam-se culturalmente de acordo com a situação do meio, portanto, para analisar uma nação seria necessário, apenas, o entendimento das condições físicas de cada país. Em uma citação bastante emblemática deste pensamento, Lília Shwarcz destaca um texto

de Bucle no qual o mesmo afirma “dá-me o clima e o solo que eu te direi de que nação se fala” (Bucle, apud. Shwarcz:58).

Gustavo Barroso, na mesma direção de tais teorias, atribui como causa da miséria nos sertões a má distribuição das chuvas: *Não é quase sempre, como se pensa, a falta total de chuvas que faz a miséria dos sertões do Norte. É antes a sua inconstância e a sua extemporaneidade, acrescidas das circunstâncias delas próprias decorrentes.* (BARROSO:7). Rodolfo Teófilo, autor que será mais trabalhado a partir do segundo capítulo, também considerava as secas como importante fenômeno a ser tratado pela intelectualidade urbana e, apesar de encontrarmos no livro *A Seca de 1915* (que, de um modo geral, era uma cobrança dirigida às autoridades), a afirmação de que *O Ceará é uma terra condenada mais pela tirania dos governos do que pela inclemência da natureza* (TEÓFILO, 1980:5), o peso atribuído às estiagens na explicação dos problemas sociais e culturais continuava forte.

No livro *A seca de 1919*, este mesmo escritor entende que *A eterna maldição que pesa sobre o Nordeste do Brasil está sempre entre uma seca que foi e a outra que vem a caminho* (TEÓFILO, 1922: 7). Mesmo as estratégias de sobrevivência social dos retirantes na cidade eram atribuídas a este fator climático quando Teófilo revelava que *O nosso povo tem uma predileção pela esmola que não se imagina. Penso que essa fraqueza de caráter é devido a repetidas secas* (Ibidem, Ibd: 37). Portanto, a denúncia de que o problema das secas era mais político que natural representa, sem dúvida, uma nuance importante entre os discursos de nossos autores, porém, é inegável que os mesmos eram claramente influenciados pelo determinismo biológico e geográfico da época.

É importante destacar que, só a partir de 1920, (portanto, pouco depois do primeiro livro de Barroso, mas contemporaneamente à escrita das obras citadas de Teófilo) o determinismo geográfico passa a ser bastante questionado por antropólogos como Franz Boas, Wissler ou Kroeber (LARAIA, 2009:21).

Dessa maneira, as relações discursivas entre as idéias de Gustavo Barroso, no momento em que concentramos nossas análises, e as teorias sociais européias mais importantes no período confluem para o entendimento de que um espaço sertanejo era construído discursivamente como um Outro distante, racialmente inferior e destinado a tal condição pelas agruras de seu meio físico. Estas indesejáveis marcas do espaço sertanejo pareciam ser percebidas dentro de uma religiosidade que, para autores como Lourenço Filho e

Gustavo Barroso, distante dos sinais modernos no comportamento das capitais, caracterizava o atraso de um sertão desinstruído e fanático.

CAPÍTULO 2 – A SEDIÇÃO DE JUAZEIRO E A REINVENÇÃO DO SERTÃO CEARENSE A PARTIR DE UM DISCURSO DE ALTERIDADE.

O importante não é aquilo que fazem de nós, mas o que nós mesmos fazemos do que os outros fizeram de nós

Jean Paul Sartre

2.1 A SEDIÇÃO DE JUAZEIRO NA CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO SOBRE O SERTÃO.

Outros dois temas recorrentes em Fortaleza foram abordados por nossos autores, especialmente, Lourenço Filho e Rodolfo Teófilo: a Sedição de Juazeiro e o cangaço. O primeiro deles diz respeito ao ocorrido em 1914, quando, dentro do contexto da política das salvações desenvolvida por Hermes da Fonseca, vários sertanejos, apoiados pelo governo federal e pelas facções políticas ligadas à oligarquia Accioly, se levantaram contra Franco Rabelo, governador estadual nomeado em 1912, tendo como vice o Padre Cícero.

As raízes desse conflito encontram-se no período de domínio político da Oligarquia Accioly no estado do Ceará e na ascensão ao poder de uma das maiores e, talvez, mais maléficas personalidades políticas deste estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly, também conhecido como “babaquara”, apelido dado pelos opositores políticos devido aos seus modos informais e extravagantes.

O homem que entrou para a história local como o maior oligarca do Ceará teve suas vias de acesso à carreira política abertas ao casar-se com a filha do renomado Senador Pompeu, de quem obteve ajuda para, em 1896, assumir o governo do estado, dando início a um período político de destaque na historiografia cearense, sobretudo pelo despotismo e nepotismo de suas ações.

O oligarca que chegou à presidência do Partido Republicano Conservador (PRC), importante força do cenário político nacional, ao final de seu mandato como governador, em 1900, segue para o Senado Federal, deixando no poder o aliado eleito Pedro Borges que, em 1904, troca os papéis com o camarada. Ao retornar ao governo do estado, Nogueira Accioly permanece no cargo por oito anos seguidos, graças às manobras e emendas constitucionais que lhe permitiram a reeleição.

A partir de 1911, o governo de Nogueira Accioly passa a sofrer muitas críticas de abandono às causas sociais e improbidade administrativa, tendo que enfrentar os movimentos sociais que se organizavam em Fortaleza, (SILVA, 2003: 90). Chegando janeiro de 1912, a situação do oligarca fica mais difícil com a intensificação das manifestações e o lançamento da candidatura de Marcos Franco Rabelo, o tenente coronel que iria substituí-lo.

As tensões políticas e sociais que caracterizaram o período geraram uma guerra civil, desencadeando um processo que resultaria na Sedição de Juazeiro. Um evento serviu de estopim para o início dos conflitos, refiro-me ao episódio relatado como a “passeata das crianças”, no qual cerca de seiscentos infantos, vestidos de branco, acompanhados de oitocentos adultos, protagonizaram o ato de protesto que foi reprimido pelo governo do estado com a ofensiva da cavalaria que termina por matar duas crianças. Revoltado, o “povo” de Fortaleza pega em armas e luta contra as tropas acciolynas nas barricadas construídas na cidade.

O clima de ação popular revoltosa que imperava na cidade contou com a participação de importantes movimentos como a Liga Feminina, O jornal *O Cruzeiro*, de 27 de Janeiro de 1912, assim apresenta alguns destes acontecimentos:

Depois da última chronica, ha uns 15 dias, continuou a manifestar-se num crescendo admirável o movimento popular em torno da candidatura Franco Rabelo[...]

No dia 14 (Domingo), tinha logar a deslumbrante passeata da liga feminina [...]

Como vinha a prejudicar os intuitos da candidatura da oligarchia, o entusiasmo de que fazia revestir a liga feminina!...

Que terrível influênciã não vinha exercer?

Há se pudesse mandál-a dispersar!

E não satisfeitos ainda os desalmados independentes, queriam prestigiar ainda as suas hostes com o concurso das creanças. Era de mais e só assim se comprehende que em acto de desespero alguém podesse lembrar-se de mandar

a cutilar crianças e moças aggrindo em plena praça uma reunião pacífica que ia dissolver-se.

[...]. Era preciso que o governo respondesse perante o povo pelo enorme crime que acabava de cometer. Pode supor-se que o povo de há muito desejava a renúncia do presidente do estado[...], mas esta idéia pode dizer se nasceu, cresceu e avolumou-se com os lamentáveis sucessos da noite de 21 de Janeiro.

No dia seguinte havia a idéia vaga de tentar o que quer que fosse... O comércio amanheceu fechado, Davam-se aggressões e o povo armava-se, levantava barricadas e ao meio dia desenhava-se o plano inconcibível de tomar todos os postos policiaes e obrigar o governo a render-se pela fome posto que parece ser [...]¹⁵

É motivo de profundas cogitações ver como o governo rendeu-se, elle tão afano do seu poder, [...]Realmente extraordinário ver como os populares com um denodo admirável obrigam o governo a pedir misericórdia! A polícia deixou se encurralar em tentar uma sortida sem estar monida de viveres para resistir a um asédio, sem disparar um só tiro que viesse trazer a morte a, desolação, o terror entre os assaltantes, fazendo supor que não pretendiam vencer, ou não tinham quem os orientasse.

Mas desde o dia vinte de Dezembro que o governo do Estado cahia de desaso em desaso, desgostando os próprios correligionários, acostumados a obedecer, sem direito ao menos de reflectir. A apresentação da chapa para presidentes e substitutos, a reprodução dos mesmos nomes para deputados, até mesmo do senhor Thomás Cavalcante foi um verdadeiro desastre e esses foram se accumulando na obtenção de capangas, na attitude esquerda e indecifrável da polícia, na linguagem repulsiva do órgão official, em fim, na luta inglória em que inutilmente foram sacrificadas as vidas dos soldados, quando tudo aconselhava que era forçoso não querer governar um povo sedento de ódio, de vingança e de desespero.

Muitas cenas dignas de elogio, terá a histeria de registrar; o denodo com que uma senhora de distinta família abraçava-se ao estandarte e resistia a ameaça de punhais da polícia que tentava arrancar-o; a attitude do clero e do precalo prelado diocesano acalmando a onda popular, ameaçando trucidar o presidente que renunciara, quando amigos imprudentes e desleais à causa pública tentaram repol-o do posto que elle abandonara; a garantia prestada por diversos membros proeminentes da opposição dando guarida a inimigos figadaes... fornecendo alimentação aos populares. & &

Admirável que o povo se contivesse sempre em attitude severa e digna, não maculando a sua vitória, ganha com inexcédíveis esforços, sacrificios e abnegação.

[...]quanta razão havia para o ódio que lhe tinha o povo... e quem pode conter um momento de excitação do povo?

Este texto do jornal *O cruzeiro*, que rivalizava com o periódico *A República*, representante da oligarquia acyolina, apresenta o clima de guerra na cidade que acuou ainda mais o governo, provocando a inevitável queda de Accioly que se deu em 25 de Janeiro de

1912, quando o Governador e a família embarcaram rumo ao Rio de Janeiro debaixo de um “hábito” observado em alguns lugares da cidade como a Praça do Ferreira e que, segundo Sebastião Rogério Ponte (1999:176), viria a se tornar sinal da irreverência e da resistência local: a vaia.

Foi Franco Rabelo quem assumiu o poder do estado quando Aciolly “fugiu” para o Rio de Janeiro. O coronel contava com o apoio de Rodolfo Teófilo, um dos autores centrais como fontes para este trabalho historiográfico. Em um de seus livros, Teófilo assim se expressa em relação ao mandato de Rabelo:

“Um dos maiores serviços que o governo de Franco Rabelo prestou ao Ceará foi o combate ao banditismo. Na administração de Acióli, o sul do estado, mormente a zona do Cariri, ficou entregue a bandidos da pior espécie a serviço dos chefes políticos que, contando com as impunidades de seus crimes tinham centenas de cangaceiros prontos a satisfazerem os seus ódios e vinganças.

Cada chefe político local tinha um bando de criminosos às suas ordens. Os crimes eram cometidos publicamente e a justiça não tomava conhecimento deles. As autoridades estavam sem prestígio e completamente desmoralizadas pelo próprio govêrno, que não consentia a repressão do banditismo, porque ia de encontro à vontade de seus correligionários. Prender um assassino protegido e homiziado na casa de um chefe político, quem ousaria fazê-lo?”... Pouco depois de assumir o governo, iniciava Franco Rabelo sua intervenção na zona do Cariri... as autoridades policiais... passaram da inércia à produtividade e em breve as cadeias estavam cheias de criminosos. Chefes locais ricos e com prestígio político foram processados e responderam a júri. As estradas, até então intransitáveis, por causa dos cangaceiros ficaram livres¹⁶.

O apoio de Teófilo ao governo Rabelo no combate ao cangaço e na missão de moralizar o sertão ainda será discutido, todavia, o que nos interessa por hora é que quando Franco Rabelo assumiu o poder encontrou uma bancada quase toda acciolyista, o que o levou a fazer acordos com os representantes da oligarquia ainda vigente, perdendo desse modo a confiança e companhia de políticos de oposição.

Em pouco tempo o governo de Rabelo, extremamente popular na cidade por ter se contraposto a Nogueira Accioly, já era considerado um governo de “situação”. Apesar disso, o

¹⁵ Ilegível.

¹⁶ TEÓFILO. Rodolfo. **A Sedição de Juaseiro**. SP, 1922 p.27 e 28.

ideal para o antigo governador era que um verdadeiro aliado político estivesse no comando do Ceará.

A figura política que se encaixava no projeto do poder era o deputado estadual Floro Bartolomeu. Influente personalidade de Juazeiro e parceiro de padre Cícero, o deputado era peça importante de um golpe que se desenhava articulado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado com apoio do governo federal na pessoa do Presidente da República, Hermes da Fonseca. Fazia parte da trama, a transferência da capital do estado para Juazeiro, reduto político de Floro, onde o prestígio do padre, seu amigo, garantiria melhor governabilidade.

A revolta estoura de fato quando o governador passa a perseguir seu vice, o padre que era também prefeito de Juazeiro, destituindo-o do cargo. A partir de então, o influente médico e político da cidade, Floro Bartolomeu, juntamente com seu amigo pessoal, Padre Cícero, organiza um batalhão que defende a cidade dos ataques dos soldados do Governo estadual e marcha (a pé e também de trem) rumo à uma Fortaleza em estado de sítio decretado pelo governo federal e onde Rabelo, acuado, entrega o cargo assumido interinamente por outro governador nomeado pela presidência da república, Fernando Setembrino e posteriormente por Liberato Barroso, em eleições que confirmaram o vice-governo de Padre Cícero.

O episódio que ficou conhecido como a “Sedição de Juazeiro” mereceu a atenção de escritores da capital, que acrescentavam novos elementos ao discurso que separava a cidade litorânea do distante sertão. Rodolfo Teófilo, farmacêutico e historiador das secas e epidemias do estado, retrata os romeiros de Padre Cícero envolvidos na sedição de Juazeiro como vândalos, e é por isso citado na obra de Lourenço Filho como apoio na construção discursiva do pedagogo.

Era preciso ser de todo empedernido pela prática de atos maus para provar o vandalismo dos romeiros do padre Cícero, que desciriam do sertão até a capital do estado, matando, roubando, incendiando, protegidos pelo presidente da República, ou, antes, por Pinheiro Machado.¹⁷

¹⁷ TEÓFILO, 1922, apud. FILHO, Lourenço. **O Juazeiro do Padre Cícero**. Brasília, INEP/MEC, Ed. 4. 2002.P.86.

A intriga política que explodiu em 1914 serviu de fonte para um discurso depreciativo acerca do sertão e de seus habitantes que passavam a ser vistos, também, como baderneiros e até criminosos e, para Lourenço Filho, esses sertanejos não se tornavam vândalos por motivações políticas, era a alienação religiosa que lhes provocava esse tipo de comportamento.

Em outro momento de seu livro, o mesmo autor escreve que *os chefes dessa pretensa reivindicação nada mais faziam que explorar aquele fundo movediço e perigoso de superstição que empolgara o espírito de combatividade do caboclo...* (LOURENÇO FILHO, 2002:106). Portanto, era o “espírito místico dos caboclos” que possibilitava às lideranças políticas a exploração de sua força combativa.

Além da “alienação religiosa”, para os autores que estamos estudando, uma atmosfera de atraso envolveria o sertão cearense a ponto de um perigoso quadro de criminalidade poder se desenvolver naquela região, graças ao episódio da Sedição de Juazeiro. A epígrafe que inaugura o décimo terceiro capítulo do livro de Lourenço Filho, o qual trata exatamente do episódio, atribui à cultura da região, a criminalidade a respeito da qual os cidadãos de Fortaleza tomavam conhecimento: *As sociedades possuem os criminosos que merecem. O meio social é o caldo de cultura da criminalidade; o micróbio é o delinqüente, elemento que não tem importância senão quando encontra o ambiente favorável à sua cultura.* (LACASSAGNE apud LOURENÇO FILHO, 2002:113).

O ambiente favorável ao atraso político e a alienação religiosa do sertão seria proporcionado pela distância do litoral e seu avançado modo de vida. Para Lourenço Filho, por ser uma região tão distante da civilização, da ciência e do progresso, no sertão a política poderia ser uma questão tão religiosa e mística, um assunto de fé em tempos republicanos e de separação entre Igreja e Estado.

Ao tratar dos dois partidos rivais que se colocavam à época do levante em Juazeiro, o autor de *O Juazeiro do Padre Cícero* destaca o interesse de ambos na situação dos fiéis que deveria ser aproveitada politicamente. Fazia parte das estratégias dos grupos políticos a aproximação do Padre Cícero, visando herdar sua massa de “fanáticos” com todo seu potencial político:

A maneira pela qual se tem conduzido ambos os grupos, demonstra-o de sobejo. Ambos têm cortejado, mais ou menos abertamente, as graças do temível Patriarca do Juazeiro. Ambos se têm submetido a ele, incondicionalmente. Ambos o têm reconhecido como soberano absoluto de uma vasta região do estado, talvez a mais rica de todo o Nordeste; ambos o têm sagrado como chefe de um “colégio eleitoral”, enorme, que é a mais afrontosa burla do sistema eleitoral dos nossos tempos[...]¹⁸

A disputa dos grupos políticos estaduais pela simpatia de Padre Cícero parecia ser grande, dada a influência e o prestígio do sacerdote no sertão do estado e o fato de sertanejos se constituírem em uma massa numérica de peso político importantíssimo era considerado uma “afronta” por Lourenço Filho, afinal, uma região ainda inalcançada pela civilização litorânea não poderia receber tanta responsabilidade. Somente a ordem, a racionalidade e a instrução presentes na capital deveriam legitimar o exercício da cidadania.

A prova de que os habitantes do sertão não estariam à altura da condição de cidadãos conscientes seria a fácil manipulação política dos mesmos. Desse modo, o sertão do estado ia se configurando como uma região que, em muitos momentos, foi chamada por nossos autores de “anárquica”, atrasada, carente de instrução e alienada. No espaço sertanejo, as formas de (des)organização política girariam em torno dos carismas de figuras, muitas vezes, religiosas que, tal qual seus seguidores, careceriam de uma formação mais adequada para o exercício da liderança.

No livro *Almas de Lama e Aço*, Gustavo Barroso assim se refere ao problema do abandono do sertão do ponto de vista da ordem social:

Esses homens [Padre Cícero e Padre Pinto] são fatalmente necessários ao sertão. Num meio dominado pela anarchia, qualquer um desses padres representa uma base, um poder central, uma influência até certo ponto moderadora, uma autoridade moral onde não ha nenhuma. E, si fanatizam, se exploram, a culpa não cabe à população sertaneja que carece de escolas, de higiene, de água, de vias de comunicação; porém aos governos estadoaes e ao seu supremo mentor – o governo geral ou federal. Entretanto, muitas vezes o padre é levado de roldão pela anarchia circundante e torna-se de um momento para outro cangaceiro ou chefe de cangaceiros.(BARROSO. 1930:33)

¹⁸ FILHO, Lourenço. **O Juazeiro do Padre Cícero**. Brasília, INEP/MEC, Ed. 4. 2002. P..113.

A falta de intervenção do Estado, responsável por levar às distantes regiões sertanejas o desenvolvimento experimentado pelo litoral e o modo de vida mais afinado com os ideais de ordem social, era o que deixava as lideranças locais a mercê de uma desordem que logo lhes contaminaria, transformando-as em uma espécie de produtos do meio quando tornadas cangaceiros.

Cabe-nos, neste momento, interrogar sobre a recorrência do termo anarquismo utilizado por nossos autores. Que tipo de conotação estaria sendo dada a esta palavra em um período em que o movimento operário em algumas capitais se dividia em comunistas e anarquistas e que esta última ideologia alcançava uma penetração mais efetiva em setores das classes baixas envolvidos nos movimentos sociais?

A historiadora Adelaide Gonçalves, ao pesquisar a imprensa dos trabalhadores no Ceará, revela que, no início do século XX, era grande o número de periódicos com inclinação progressista em Fortaleza. Alguns jornais possuíam um discurso com valores e afinidades próximos aos ideais anarquistas. Sobre estes materiais, Gonçalves afirma que seriam

Eles os representantes no Ceará de uma imprensa que expressa uma visão de socialismo libertário, constituída a partir do pensamento de Proudhon, Bakunin e Kropotiki, como também das idéias sindicalistas revolucionárias de Emille Pouget e Fernand Pelloutier.

Esses jornais afirmam a existência de núcleos militantes do Ceará dedicados à divulgação do pensamento anarquista e do sindicalismo revolucionário. (GONÇALVES in SOUZA,2000:285)

Sabemos, também, que Gustavo Barroso foi o colaborador de algumas dessas revistas progressistas, entretanto, a imprensa de tendência anarquista vai aparecer, no Ceará, dentro de um quadro de indiferenciação ideológica que agregava positivistas, livres pensadores, humanistas, socialistas e libertários (GONÇALVES, *ibidem*, *ibidi*), portanto, apesar destes sinais de presença anarquista na Fortaleza do início do século, o pluralismo de posicionamentos ideológicos que gravitava em sua volta, assim como o peso de um discurso tradicional a favor da ordem social (especialmente em Rodolfo Teófilo) nos leva a entender que o termo anarquismo, quando usado por nossos autores, era empregado no sentido de baderna ou vandalismo, quem sabe até na intenção de desmoralizar as articulações do movimento anarquista, presentes na cidade.

A significação da sedição como um batalhão de fanáticos a espalharem aquilo que os autores estavam chamando de anarquia indicava uma formação discursiva de onde tais interpretações se formavam, definindo o lugar de fala de seus sujeitos, comprometidos com uma elaboração cultural que tinha na Europa seu principal centro e nos valores de ordem, civilização e modernidade suas grandes referências. Em outro trecho do livro de Barroso, estas expressões voltam a aparecer:

Uma revolução matuta, tramada no Rio de Janeiro e executada pelo fanatismo inconsciente do Juaseiro, derrubara o governo vil do Sr. Franco Rabelo. A intervenção federal fora o corollario da anarchia e procedera a novas eleições. Um batalhão de polícia, constituído pura e simplismente de cangaceiros e fanáticos do Cariry, de jagunços do Sr. Floro Bartolomeu, espalhava o pavor na capital do Estado, tanto entre a gente miúda como entre os próprios graúdos da política local. Era aquilo uma terrível ameaça a quem quer que entendesse de pôr a machina administrativa nos trilhos(Ibdem, ibd:70)

Na visão de nossos autores, o espaço sertanejo, fanático e descompassado com a ordem republicana, esperava da nação que se construía, o enquadramento em valores como civilização, ciência e progresso. Ao classificar a Sedição de Juazeiro como uma “revolta matuta”, Barroso desqualifica o movimento que só teria se estabelecido graças à falta de instrução que expunha o sertão ao fanatismo e ao caos. Talvez, legítima fosse uma revolução nascida a partir da leitura de teorias políticas, algo possível de se imaginar nas capitais, mas muito distante do universo do matuto sertanejo.

Convém lembrar que a Sedição de Juazeiro fazia parte de um contexto político maior, em que a chamada “Política das Salvações” dava a tônica do governo do Presidente da República, Hermes da Fonseca. Em seu mandato, Marechal Hermes tentou centralizar o poder acessando o exército (que perdera o protagonismo desde a chamada República da Espada) para destituir as oligarquias locais dos estados brasileiros. A nomeação dos interventores fazia parte da agenda de um governo que procurava se ver independente das estruturas oligárquicas. Portanto, é possível especular sobre a existência de certa impressão de moralização da vida pública na ação de substituir um oligarca como Antônio Nogueira Accioly, que representaria o

atraso, pelo coronel Franco Rabelo que, para a nova classe média de Fortaleza, significava ordem e progresso político.

Nossos autores, portanto, legítimos representantes de uma classe letrada urbana, ao construírem a desqualificação da Sedição de Juazeiro, que destituiria Rabelo do poder na tentativa de recolocar a Oligarquia Accioly no centro da cena política, confirmavam a coerência de uma postura que se afinava com um projeto de nação civilizada, educada, higienizada, culta e organizada. Esta hipótese, no entanto, deve ser considerada no sentido de aproximar o campo discursivo de nossos autores com os ideais iniciais da política das salvaçãoes, todavia, no final de seu mandato, eram muitas as contradições do governo Hermes da Fonseca que tinha em sua base de apoio dois setores antagônicos: os militares e as oligarquias regionais. Por conta da presença desta última nas instâncias governamentais através do senador Pinheiro Machado, em alguns momentos a sedição era identificada com o governo da nação.

Em um dos trechos do livro *A Seca* de 1915, Rodolfo Teófilo escreve que:

Por onde a horda de bárbaros, protegidos pelo governo do Marechal Hermes passou, tudo ficou devastado! [...]
[...] A onda exterminadora atemorizou de tal modo a população dos lugares em que passou, que esta abandonou as casas e fugiu aterrada, deixando à discrição dos bandidos os seus haveres. (TEÓFILO, 1980: 43)

No momento da sedição, em 1914, a força dos interesses oligárquicos dentro do governo do Marechal Hermes era grande, o que fazia com que Teófilo denunciasse a proteção dos “bárbaros” (termo usado para identificar os sediciosos) pela própria presidência da República. Apesar disso, ainda nos parece possível que existisse uma identificação do discurso de nossos autores com um interesse inicial da política das salvaçãoes no que dizia respeito ao ideal de moralização na vida política que, em última análise, implicava na centralização do poder retirado das oligarquias locais para se acumular cada vez mais na Presidência da República.

A mesma crítica ao poder federal, no momento em que proporcionava o ambiente de articulação política que resultou na Sedição de Juazeiro, era encontrada em Lourenço Filho. Para nossos autores, a massa de sertanejos se deixava facilmente envolver por políticos que se

aproveitavam do quadro de carências sertanejo. Um dos corolários deste quadro seria o tipo de religiosidade deste povo. Em outro trecho de *O Juazeiro de Padre Cícero*, o pedagogo lamenta o apoio de setores governistas federais aos sediciosos:

Num ambiente em que a superstição e o nomadismo de grande parte da população são males sociais dos mais graves, a República legítima o taumaturgo, apoiando a manutenção indesejável de um centro de romarias fanáticas[...] Num meio, enfim, em que certas condições levam ao banditismo, os mais altos poderes da Nação apóiam e dão o prêmio ao bacamarte. (LOURENÇO FILHO, 2002: 114)

Quando critica “os altos poderes da nação” pelo apoio à sedição, Lourenço Filho, à semelhança de Rodolfo Teófilo, se refere a uma das bases de sustentação do governo de Hermes da Fonseca que era formada pelo Partido Republicano Conservador, na figura do senador gaúcho Pinheiro Machado, que tinha por aliados os grandes setores oligárquicos do país. Tal senador foi um dos principais articuladores do movimento sedicioso que se iniciou nos bastidores políticos do poder em nível nacional.

Na queixa do educador, é possível notar que, para além do descontentamento com as ações políticas que atuavam a favor da principal oligarquia cearense, emergia o lamento pela vitória de um modo de vida atrasado de um espaço quase tosco que não poderia sobressair-se aos paradigmas de uma capital que seu discurso ajudava a construir como moderna. Por isso, Lourenço Filho não aceitava que pudesse se manter um modelo político que tivesse por base o espaço considerado por ele “um centro de romarias fanáticas”.

É importante notar que, ao falar de banditismo, Lourenço Filho não se refere apenas à ação dos envolvidos na Sedição de Juazeiro, mas ao ambiente distante da ação penal que proporcionava a atividade do cangaço. Esta, tal qual a religiosidade, também seria um símbolo da situação de perdição social na qual se encontraria a distante Juazeiro, pelo menos para homens de letras e ciências ligados aos valores metropolitanos.

No discurso de Lourenço Filho, o ambiente que proporcionava a Sedição de Juazeiro e a atividade cangaceira no sertão era de caos e abandono. Ambos os fenômenos sociais, por sua vez, alimentariam a situação de desordem do espaço sertanejo em uma espécie de círculo vicioso em que o cangaceirismo e as rebeliões se alimentavam do ambiente social que lhes

dava vida. Outros autores, como Rodolfo Teófilo, se articulavam no campo discursivo de Lourenço Filho e Gustavo Barroso que apontava para uma significação possivelmente coesa do que ocorria no sertão.

2.2- RODOLFO TEÓFILO: ASPECTOS BIOGRÁFICOS DE UMA VIDA POLIVALENTE.

É chegado o momento de apresentação e discussão de um dos três autores centrais envolvidos no empreendimento de separar a cidade Fortaleza do sertão do estado. Esta separação se dava através do compromisso de inventar para esta capital uma identidade urbana e moderna, alicerçada nos modelos de civilização e nas teorias sociais que vinham da Europa, usados para marcar a distinção do espaço cosmopolita de um outro, sob o qual eram despejados os valores rejeitados pelas classes médias urbanas e letradas, envolvidas na tarefa de erguer discursivamente uma cidade civilizada.

Rodolfo Teófilo era uma personalidade na Fortaleza da virada do Século XIX para o XX. Viveu entre os anos de 1853 e 1932, escreveu vinte e sete livros, obras atualmente esgotadas (com exceção do livro de memórias *O Caixeiro* e do romance *Violência*, re-editados recentemente graças aos esforços do Museu do Ceará). Farmacêutico, ou *doublé de médico*, como descrevem Eurípedes Funes e Adelaide Gonçalves na apresentação da edição fac-similar de *O Caixeiro* (TEÓFILO, 2003:15), nosso autor foi também um historiador das secas, contista, romancista, inventor e fabricante do vinho de caju que ele mesmo batizou de cajuína, poeta pioneiro do sanitarismo e da epidemiologia no Ceará, portanto, um homem de ciência e das letras.

Ao iniciar o século XX, Rodolfo Teófilo já havia escrito sobre diversos episódios marcantes que presenciara na história do Ceará como as epidemias de cólera, febre amarela e varíola, as grandes secas e o movimento abolicionista. Do período analisado em nossa pesquisa, estaremos discutindo os livros que marcaram sua luta contra a oligarquia Accioly e a rebelião popular que ficou conhecida como a Sedição de Juazeiro.

A vida de nosso autor sempre esteve marcada pelo poder destruidor das diversas pestes e epidemias que assolavam o Ceará. Sua própria chegada ao mundo esteve ameaçada pela terrível peste de febre amarela que chegou a atingir oito mil dos quinze mil habitantes de Fortaleza. Filho do médico Marcos José, Rodolfo teve que crescer em meio ao embaraço científico da dúvida acerca de uma doença que matava centenas de pessoas e que não podia ser combatida com eficácia, uma vez que sua causa era imprecisa. Somente em 1901, a tese do cientista Carlos J. Finlay de que a doença era transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, afirmada desde 1881, viria a ser confirmada por uma comissão americana, pondo fim às querelas dos médicos que se dividiam entre as teses de transmissão por contágio e por infecção.

Foi, portanto, em uma sociedade indefesa e vitimada pela doença que Rodolfo Teófilo inaugurou sua existência, em 1853, em Salvador, para onde seus pais se dirigiram, a fim de garantir um parto mais seguro, porém, desde os primeiros meses de vida, o futuro escritor e sanitarista vivera no Ceará, estado com o qual se identificava, chegando, mais tarde, já em fase adulta, a declarar: “sou cearense porque quero”.

As histórias de vidas ceifadas por terríveis epidemias seguiram assombrando a vida do infante Rodolfo que ainda nem completara dez anos de idade e já presenciara outra série de mortes em larga escala, desta vez provocada pelo cólera, que se manifestou no Ceará em 1862, atingindo Fortaleza e várias cidades do interior, em especial Maranguape, atualmente parte da região metropolitana da capital e que, segundo o historiador Barão de Studart foi o principal foco da moléstia onde, no auge do pânico, muitos doentes chegaram a ser enterrados ainda vivos. (STUDART, apud. Lira Neto:31).

Após a morte do pai, vítima do bérberi, em 1884, o garoto enfrenta dificuldades financeiras para sua formação, todavia, com o apoio de familiares, consegue estudar no Ateneu, torna-se caixeiro, uma atividade que, na Fortaleza de meados do XIX, consistia em espécie de criadagem. Em um de seus livros, intitulado *O Caixeiro*, Teófilo escreve, em 1927, sobre as memórias deste tempo que viveu até 1868. Através desta obra foi possível conhecer aspectos da vida do jovem brioso que, em condições de trabalho penosas, muitas vezes semelhantes e até piores que a do trabalho escravo pois, sendo o escravizado um objeto de valor, não poderia ficar doente ou morrer, eventos que, se ocorridos com o caixeiro, implicariam na simples substituição da mão de obra.

No caso de Rodolfo Teófilo, seu trabalho consistia na *compra do algodão. Fazia todo o serviço, desde a pesagem dos fardos até o pagamento dos matutos*. (Teófilo, 2003: 58). Todavia, a atividade, de modo geral era complexa e, na perspectiva dos historiadores Eurípedes Funes e Adelaide Gonçalves seria *lícito pensar que os caixeiros, especialmente aqueles empregados no alto comércio, compõem em alguma medida as camadas médias urbanas que vão se configurando em Fortaleza a partir de 1872*. (Ibdi.Ibdem: 21).

Dentro da margem de possibilidades existentes para as condições de trabalho de um caixeiro à época de Rodolfo Teófilo, podemos entender que a difícil situação de nosso personagem, em se tratando da carga horária de trabalho e da limitadíssima liberdade, ainda não era das piores dentro de seu primeiro ofício pois, apesar de todas as suas insatisfações, o mesmo reconhecia que a casa onde trabalhava *não os pagava com generosidade mas também não fazia como outras, as portuguesas, que tratavam os caixeiros a pontapés, faziam deles carreiros de mercadorias e muito mal os pagavam!*(Ibdi.Ibdem:57).

Envolto nas imensas agruras da vida, Rodolfo percebe que nada se não o livro seria capaz de libertá-lo e, com muito esforço e algumas economias acumuladas ao longo de seis anos, segue para Recife onde presta exames que, ao aprová-lo, lhe permitem o embarque para Salvador onde forma-se em Farmácia.

Foi na capital baiana que Teófilo conheceu com mais propriedade as teorias sociais européias das quais tanto ouvia falar em sua curta temporada em Recife. Seu curso era ligado à Faculdade de Medicina da Bahia, onde Charles Darwin começava a fazer escola com suas idéias. Outros importantes autores que, segundo o biógrafo Lira Neto, assumem lugar de destaque entre os estudantes de Medicina da Bahia é o francês Arthur de Gobineau e o criminalista italiano Cesare Lombroso – que argumentavam ser a criminalidade um fenômeno físico e hereditário. Para Lombroso, o estudo do caráter e da inteligência deveria ser realizado a partir do formato do crânio. Esta corrente, conhecida como Frenologia, passa a ser a grande vedete da escola de Medicina baiana (LIRA NETO, 1997: 82).

Ao retornar da Bahia, Rodolfo Teófilo se deparou com uma das piores epidemias da história do Ceará. A peste de varíola chegou a matar 24.849 pessoas somente no ano de 1878. A doença que atingia a todos, mulheres, homens, crianças, idosos, adultos, ricos e pobres, chegou a vitimar até mesmo a mulher do presidente da província, dona Marieta Gababria e, no

dia 10 de dezembro daquele ano, foram registrados 1004 sepultamentos por varíola, apenas no semitério de Lagoa Funda. Era o “dia dos mil mortos”.

Durante este período, Teófilo já se manifestava contrariamente às decisões governamentais de combate à peste. Enquanto o governo fazia fogueira dos corpos em valas cobertas de enxofre, julgando que o odor liberado funcionaria como medida profilática, nosso autor sabia que só a vacinação em massa poderia por um fim na epidemia, entretanto, as dificuldades neste sentido eram variadas e as vacinas trazidas do Rio de Janeiro, muitas vezes estragadas, além de ineficazes, em alguns casos provocavam tumores incuráveis e outros efeitos colaterais.

A principal reivindicação de Rodolfo passou a ser, então, a criação de um vacinogênio em Fortaleza. Enquanto isso não se dava, o farmacêutico atuava no combate a outra peste que incomodava o estado: a das cascavéis. Mais de 500 casos de mortes provocadas pelas picadas da peçonhenta já tinham sido registrados no Ceará em 1878 e foi Rodolfo Teófilo quem desenvolveu uma espécie de antídoto que foi distribuído à população rural, evitando óbitos por este motivo.

No final dos anos oitenta, após engajar-se na causa abolicionista no Ceará, Rodolfo Teófilo publica seu primeiro livro. O capadócio *História das secas do Ceará*, com mais de quinhentas páginas, lhe valeu o ingresso para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1890, na condição de sócio correspondente.

Em 1886, passa a fazer parte do recém-fundado Clube Literário que contava com a participação de importantes intelectuais cearenses como Oliveira Paiva, Juvenal Galeno, Farias Brito entre tantos outros. Rodolfo estava, finalmente, entre os homens das letras, foi nessa época que se lança como romancista, não sem antes publicar um livro referente às suas pesquisas sobre a raiz de uma planta chamada Macunã, que dava título ao opúsculo e outra obra, de caráter didático, adotada em escolas do Ceará.

Em 1890, publica o romance “A Fome”, que trazia no subtítulo a frase “Cenas das secas no Ceará”. Neste livro, Rodolfo descreve cenas horrendas de situações provocadas pela fome dos flagelados pelas secas: um homem seco que devorava o cadáver de uma pobre criança; um sujeito que chupava o sangue do próprio braço, exposto por uma ferida, para saciar a infinita sede; ou, ainda, gente que comia as próprias carnes. Este livro inicia uma

grande querela com Adolfo Caminha que, somente quatro anos depois, assume a autoria das virulentas críticas que dispara contra o Teófilo, no livro “Cartas literárias”.

A personalidade interessante e extremamente atuante de Rodolfo Teófilo ainda lhe leva a participar de um importante movimento literário que marcou a vida cultural de Fortaleza no final do século XIX: A padaria espiritual, organização que iniciara a partir das rodas de conversa, entre jovens boêmios, nas dependências do Café Java, na praça do Ferreira e que teve nas suas reuniões (as fornadas) e em seu jornal (*O Pão*), importante meio de fomentação e divulgação das idéias de uma intelectualidade irreverente e vivaz da cidade. Teófilo assume a direção da Padaria com seu jeito casmurro e as animadas fornadas vão se transformando em reuniões mais familiares. Dos trinta e quatro participantes (padeiros), apenas oito permaneceram no movimento que não resiste a tamanha mudança de estilo.

Portanto, é um Rodolfo Teófilo extremamente atuante na vida da cidade, protagonista dos esforços de erradicação de epidemias e de movimentos literários de grande fecundidade que atravessa o século para produzir livros que revelavam sua preocupação com o abandono do sertão e as ameaças de estagnação no desenvolvimento em Fortaleza.

2.2.1 O HISTORIADOR RODOLFO TEÓFILO

Entre os vinte e sete livros de Teófilo, ao menos sete foram escritos na intenção de serem livros de história, entre eles, *A Sedição de Juazeiro*, *A Seca de 1915* e *A seca de 1919*, todos os três, especialmente os dois primeiros, utilizados nesta dissertação como importantes fontes para discutir o olhar litorâneo letrado sobre as coisas do sertão. Portanto, criamos esta seção por entender necessário uma discussão sobre a especificidade do discurso do historiador farmacêutico e romancista. Faremos isso através do livro *Variola e vacinação no Ceará*, escrito em 1905, através desta obra, será possível pensar o contexto intelectual de formação do historiador Rodolfo Teófilo.

É possível dividir este livro em duas grandes partes: a primeira trata da epidemia em si e sua gravidade através dos números alarmantes, e a segunda apresenta os esforços de vacinação do obcecado Rodolfo Teófilo. Pelo menos é desta maneira que o autor separa sua

obra que, de início, apresenta um relato fascinante, munido de numerosos recursos literários, acerca da maior epidemia de varíola no estado do Ceará, acontecida em 1878, quando, apenas no primeiro mês conseguiu fazer quase seiscentas vítimas.

“Pânico”, “repugnante”, “assombrosas”, “espetáculo”, “miseráveis”, são apenas alguns dos muitos adjetivos que acompanham a narrativa do autor do que foi esta peste e de como ela dominou a cidade de Fortaleza, obrigando sua população a presenciar uma diária procissão de corpos, afetados pela moléstia, que eram carregados pelos bêbados da cidade até o cemitério da Lagoa-funda.

Não fosse a apresentação de dados e números que, para o autor representavam verdadeira comprovação e base científica de seu trabalho, talvez pudéssemos afirmar que se trata de uma obra de ficção, tamanha a quantidade de hipérboles e demais recursos literários utilizados pelo mesmo. Afinal, podemos ou não realizar tal afirmativa? Quais os limites da história? A simples citação de dados comprovando a existência dos doentes e as alterações numéricas demonstrando a gravidade e, posteriormente, o controle da doença daria a este trabalho a condição de historiográfico, apesar de tantos recursos literários?

Ao tratar destas questões não podemos esquecer o contexto intelectual no qual o autor foi formado, e que foi no século XIX, mais especificamente alguns anos antes de iniciar a escrita da obra em questão, que o discurso historiográfico adquiriu status de cientificidade com os trabalhos ligados à formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição que representava parte de um projeto, com a intenção de dar ao novíssimo país uma identidade nacional que o retirasse da barbárie e o aproximasse do conceito moderno e ocidental de civilização. (REIS, 2000:26).

Sendo o Brasil uma nação analfabeta, anti-higiênica, doente, mestiça e com grande número de negros, a tentativa de civilizá-la, remete-a a um modelo europeu: povo letrado, higiênico, são e branco (ou ainda: branco, portanto, são). Esta seria a civilização a ser perseguida. Uma civilização “iluminada” pela ciência que no renascimento ou no iluminismo confirmava a perspectiva de “superação” do antigo paradigma teológico medieval por um novo, moderno, racional e científico.

Foi neste contexto que o IHGB formou-se e a produção historiográfica, impulsionada pela busca de uma gênese para a nova nação, capaz de integrar parte de um processo que a levaria à civilização e ao progresso, recebe todos os incentivos necessários, inclusive a verba

do Estado, que espera como resultado a história linear de uma nação que “evolui” da barbárie à civilização.

É dentro deste universo de formação do IHGB que se dá a pesquisa de Rodolfo Teófilo e é natural que este grande estilista, homem dado às letras, consolide seu trabalho em dados estatísticos, obtuários, cartas e jornais, a saber, um trabalho historiográfico consolidado em fontes, todavia, a questão que mais nos interessa não é a qualificação da obra historiográfica que utiliza recursos literários comuns à ficção, e sim a relação do pesquisador com as fontes que, neste caso, representavam documentos que falavam por si.

Jornais como o pasquim *O tempo*, que era um prolongamento do jornal oficial *A República*, correspondências entre o farmacêutico e personalidades do governo, outras correspondências entre o mesmo e coordenadores de seu projeto estadual de vacinação, as próprias relações dos hospitais e seus balanços numéricos eram documentos incorporados ao seu texto como se fizessem parte, naturalmente, de sua narrativa, se adequando à linearidade de seu discurso como peças de quebra-cabeças, sem nenhuma discussão de como utilizá-las. Podemos dizer, sem tentar fugir de uma espécie de jargão utilizado no estudo da Teoria da História que, em *Varíola e vacinação no Ceará*, as fontes falam por si mesmas.

Ainda na perseguição a um dado modelo de ciência, o autor, paralelamente a uma narrativa envolvente, acrescenta dados estatísticos que, não só dão uma certa dramaticidade à obra, como atestam sua hipótese inicial, ou seja, após o relato da situação de Fortaleza quando chegada a doença, Rodolfo apresenta relações de hospitais que indicam quantos doentes entraram, quantos faleceram, quantos saíram curados ou ficaram em tratamento e quantos entraram vacinados ou não. Dessa maneira, ficaria “provado” que a varíola em Fortaleza representava uma ameaça à saúde da cidade e que aquela epidemia começava a transformar-se em calamidade devido à falta de vacinação. Isso justificaria todos os esforços do sanitarista, narrados na segunda parte de sua história.

Em 1888 e 1889, juntamente com a grande seca, a cidade enfrentou outro surto de varíola, entretanto, dessa vez, poucos indivíduos estavam em condições de ser atacados, uma vez que muitos já haviam contraído a moléstia durante a primeira epidemia, responsável pela morte de trinta por cento da população. Desta vez, embora tenha feito, a doença, poucas vítimas, não foi de todo exterminada, encontrando alento na cidade que, na virada do século,

enfrentou nova seca e epidemia. Ao final de 1901, Rodolfo Teófilo, tal qual um herói, inicia o processo de vacinação na cidade.

É interessante notar que, antes de trabalhar a vacinação em si, Teófilo julga necessário apresentar um apanhado histórico da vacina anti-variólica no mundo, e isso nos diz algo de importante. Em primeiro lugar, trata-se apenas de mais uma das tantas passagens do livro, que revelam certa visão eurocêntrica e evolucionista, pois, a maioria dos grandes países europeus, modelos de civilização para o Brasil, já haviam desenvolvido vacinas e tomado as demais providências quanto à doença. Além disso, o exemplo destes países tornava indispensável, e dava credibilidade à vacina perante o governo e outros setores da sociedade cearense, entretanto o que mais consideramos para discussão é a linearidade indutiva e evolutiva da narrativa do autor. Mais que uma legitimação científica para seus argumentos, tratava-se de um pré-requisito metodológico fundamental para os que escreviam história ou faziam ciência na época.

Após a “independência” do Brasil, dentro da necessidade de se criar uma identidade nacional e um sentimento de nação, aqueles que tentaram compor uma história para o Brasil, primeiro recorriam à gênese do país, como no caso de Varnhagen e a “História Geral do Brasil”. A crença e a necessidade existencial do mito fundador nos ajudam a explicar essa questão ligada à linearidade do discurso e da narrativa do historiador e do cientista do final do século XIX e início do XX. As noções de evolução e progresso, tão necessárias ao conceito de civilização, estão presentes, não só no conteúdo das abordagens, mas também entranhadas às metodologias adotadas. O porquê de homens de letras dedicados à história terem de, inevitavelmente, percorrer o mesmo caminho metodológico é uma pergunta importante e que a última porção do livro nos ajuda a analisar.

A segunda parte do livro, de uma forma geral, apresenta os esforços do farmacêutico em controlar e, logo após, sanar a cidade da terrível doença, tendo para isso que lidar com a “ralé” de Fortaleza contastando apenas com sua livre iniciativa, sem apoio algum do Estado. Finaliza sua obra mostrando que, por volta de 1904, não havia mais casos de varíola no Ceará.

Os antecedentes, o início, a epidemia e o fim de uma grande doença através de uma poderosa vacina, que também tem uma história narrada em seu início, meio e fim, nisto consiste o livro *Varíola e vacinação no Ceará*. Esta forma de narração permitia que a obra fosse considerada historiográfica, uma consideração que não se dava apenas pela relação do

autor com as fontes, mas pela maneira como sua história era narrada: linear e fatalista, ou seja, evolucionista como o darwinismo, o positivismo ou o eurocentrismo, idéias e teorias modernas tão caras ao século XIX.

É possível também discutir como o autor constrói o seu cenário. Aspectos filosóficos, científicos, econômicos e políticos tão contundentes em qualquer análise do período em questão são, simplesmente, ignorados pelo autor que tem diante de si apenas um objeto: a varíola e a vacinação no estado do Ceará, naquele período. Dessa maneira, Teófilo escreve sobre o tema da saúde pública como se este não possuísse relação alguma com os demais, ou ainda, como se a história da doença e sua cura consistisse apenas nos obituários, nos números dos hospitais e na aplicação da vacina à população.

Uma demonstração disso é o fato de sua narração ter se iniciado com a seca de 1878, em plena monarquia, e ter terminado em 1904, em plena república, e o autor não ter trabalhado, minimamente, as implicações sociais decorrentes de tamanhas mudanças políticas e que, certamente relacionam-se com o objeto do mesmo. As menções feitas à mudança do regime político se limitaram a comentários angustiados de um monarquista descontente com a proclamação da república.

É importante destacar que, após a História passar a ser considerada como uma disciplina científica, e vários projetos se encarregarem de contar uma História do Brasil nos moldes das concepções da ciência de então e baseados em uma ideologia a serviço das elites nacionais, o livro de Rodolfo Teófilo parecia estar na fronteira entre os trabalhos historiográficos produzidos no período e o esforço científico de uma medicina que detinha o poder intelectual da época e julgava-se a messias de uma nova sociedade, mais limpa, saudável e civilizada.

Por volta de 1880 se inicia a grande discussão sobre a higiene pública e, neste contexto, a figura do médico passa a ser considerada um instrumento da nação, a serviço das elites que, de imperiais passam a republicanas. Neste sentido é interessante a citação de Michel Foucault, feita por Lílian Shwarcz: *O século XIX viu nascer dois grandes mitos: O mito de uma profissão médica nacionalizada, organizada à maneira do clero e investida ao nível da saúde e do corpo de poderes semelhantes ao que este exercia sobre as almas; e um outro mito do desaparecimento total da doença em uma sociedade sem distúrbios e sem paixões, restituída à sua saúde de origem.* (SCHWARCZ, 1993)

Ora, pertence a esse contexto de destaque para o discurso médico e para o paradigma científico na produção historiográfica o interesse de Rodolfo Teófilo em escrever *Variola e vacinação no Ceará*. A peculiaridade maior de nosso autor no que diz respeito às práticas resultantes do discurso médico é que, geralmente, cientistas envolvidos nestes projetos sanitários, higiênicos e de saúde pública, seriam financiados pela nação e, de acordo com Teófilo, não foi este o seu caso, já que a maior parte do êxito com a doença no Ceará, deveu-se, segundo ele, a sua iniciativa particular. Somente depois de controlada a doença, o livro vai tratar da lei que obriga o Estado a vacinar.

Apesar das peculiaridades, o autor é figura representativa do que Lília Schwarcz vai tratar como “cientista pesquisador que intervém na realidade e a transforma”. O farmacêutico detecta o mal da cidade que, obviamente, seria um problema de ordem médica, apresentando, logo em seguida, o antídoto para a sua resolução e uma agenda de cobranças por intervenções estatais na realidade da cidade. Dessa maneira, a classe médica, portadora de um conhecimento específico e, talvez especial, por relacionar-se de forma direta com a vida e a morte, seria capaz de controlar uma dada sociedade, a qual absorveria o discurso médico que, em última análise, mais interessaria às elites ou segmentos sociais que se beneficiariam com a entrada do Brasil no *hall* das demais nações civilizadas.

2.3 O DISCURSO DE TEÓFILO ACERCA DA SEDIÇÃO DE JUAZEIRO

Primeiramente, ao adentrar na questão do discurso de Rodolfo Teófilo a respeito da Sedição de Juazeiro, é necessário destacar as variadas relações deste autor com nossas demais fontes de pesquisa no que diz respeito ao modo político de pensar este episódio. Apesar das nuances e especificidades presentes em cada um de nossos três autores, algumas citações de uns a outros em seus livros, além da semelhança e regularidade de idéias, nos motivam a trabalhá-los dentro de uma mesma formação discursiva. A esse respeito Foucault explica que:

No caso em que se puder descrever, em um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma

regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.” (FOUCAULT, 1997: 43).

Politicamente, as posturas de Rodolfo Teófilo e Gustavo Barroso eram próximas. No livro *A Sedição de Juazeiro*, o primeiro cita o segundo como um dos deputados que haviam conferenciado, no Rio de Janeiro, com o chefe do Partido Republicano Conservador (PRC) articulador da deposição de Franco Rabelo, que se não pudesse ser realizada pelos marretas da capital cearense, deveria iniciar por um movimento sedicioso a partir de Juazeiro, promovido por Padre Cícero. Gustavo Barroso, ao contrário, é lembrado pelo farmacêutico como o único a não aprovar esta conflagração do Ceará (TEÓFILO, 1922:33). Percebe-se aí o respeito ao “Dr.” Gustavo Barroso e a preocupação de Rodolfo Teófilo em separá-lo das críticas que direcionava aos sediciosos a quem chamava de “incendiários do estado”.

Sobre o posicionamento de Gustavo Barroso durante a Sedição, o próprio autor depõe a seu favor no livro *Almas de Lama e Aço*, após fazer uma análise da liderança política sertaneja que, segundo ele, estaria no centro do sistema de ilegalidade do sertão.

Nossos governos ainda não olharam como deviam para a questão do cangaceirismo. Os governichos estadoaes, entregues a inteligências estadoaes, a homens incultos, politiqueiros, pretenciosos ou vis, na maioria, não tem olhos capazes de encarar o phenômeno sob o seu verdadeiro aspecto. Agúns, fracos ou maus, ajudam-no a propagar-se porque se apóiam nos protectores de cangaceiros, os chefes políticos do sertão. O Brasil já viu o próprio governo federal incitar dos bastidores a famosa revolução de Joaseiro, que levou as hondas do Padre Cícero do cariri à capital de Ceará, determinando uma intervenção à posteriori do poder central. Dos políticos cearenses da agremiação partidária que isso interessava no momento fui o único que se manifestou contra esse crime. Fiz parte do governo que sucedeu a essa intervenção como secretário do interior, convidado pelo presidente Benjamin Barroso, alheio por sua vez ao movimento sedicioso.(BARROSO, 1930: 13).

A posição de Gustavo Barroso diante da Sedição de Juazeiro muito se assemelha à de Rodolfo Teófilo, no sentido de privar pela civilidade e pela legalidade nas ações do governo federal e dos políticos cearenses que deveriam assumir a missão de moralizar a região do

sertão, carente de uma liderança política mais culta e civilizada. Estes escritores pareciam revogar para si a função de missionários da civilização, da ética e do progresso.

No caso de Rodolfo Teófilo, ao escrever o livro *A Sedição de Juazeiro*, o autor se vale da rebelião para assumir a postura de escritor que presta um grande serviço à sociedade fortalezense, “denunciando” um verdadeiro sistema de bandidagem em que se encontrava o sertão. Para o historiador farmacêutico, o padre, os devotos e os cangaceiros eram os elementos que fariam de Juazeiro um cenário de fanatismo e marginalidade.

Padre Cícero recebia diariamente gente armada daquelas cercanias... já não eram somente os romeiros os fanáticos que vinham defender o padre, porém, todos os cangaceiros, todos os malfeitores dos estados limítrofes. Esses bandidos, caso vencesse a sedição, saqueariam, como fizeram, todas as localidades daquelas paragens (TEÓFILO, 1922:45).

É importante destacar que não era o fato de lutarem contra as forças do governo que faria dos sediciosos “gente supersticiosa e ignorante”, uma vez que, em outros momentos do texto, Teófilo usa estes mesmos adjetivos para se referir também aos homens da milícia governista vindos da região do Cariri.

Para o farmacêutico e historiador, boa parte dos soldados do governo, por originarem-se daquele sertão que tinha o Padre Cícero por Santo, não poderiam compor as forças legais pois seriam incapazes de invadir Juazeiro, uma vez emocionalmente ligados ao padre e à atmosfera de “crendices” da região. Em outro momento de seu livro o autor afirma que *A milícia, composta de homens muito supersticiosos e ignorantes, na maioria filhos daquela zona, onde o Padre Cícero passava por santo, não atacaria Juazeiro e se o fizesse seria um ataque todo simulado* (ibid, ibidem:46).

No litoral, na janela do estado para a civilização, Fortaleza vivia em pé de guerra. O ambiente político durante o período da Sedição inflamara a população que, na defesa do governo estadual, destruiu a tipografia do *Jornal Unitário* e desenvolveu formas de humilhação aos marretas, no mínimo, dignas de nota indo desde as vaias até à introdução de dedo indicador no ânus dos mais exaltados marretas em plena praça do Ferreira¹⁹. Muito

¹⁹ Ver, na obra comentada, a página 52.

embora nosso autor, que tinha por paradigma historiográfico a imparcialidade narrativa própria dos seus pares discursivos se colocasse claramente a favor do legalismo rabelista, ao narrar tais fatos critica o comportamento “selvagem” da população de Fortaleza atribuindo à falta de educação a responsabilidade por tais atos incompatíveis com a moral e a civilização. Para Teófilo, apesar de Fortaleza estar em marcha rumo à evolução, o comportamento popular indicava que ainda eram “bárbaras” as classes populares da cidade. Nesse sentido, a representação do sertão construída por este autor não parecia ser geográfica, o sertão era a pobreza, o atraso, a falta de educação e a barbárie, estivessem elas no interior ou no próprio litoral que, periodicamente, recebia generosas levas de flagelados das secas. A representação sertaneja poderia estar nos sediciosos de Juazeiro (“jaguços de padre Cícero”) ou nos próprios rabelistas da capital.

Conforme veremos mais adiante, neste trabalho, volumosa camada populacional de Fortaleza era composta de retirantes das secas ou epidemias. Sertanejos que, abarracados nas periferias da cidade, faziam parte de uma outra Fortaleza, bem menos bela e nada modelada nos padrões culturais europeus, todavia, ao falar desta cidade, Teófilo parecia relacioná-la à região sertaneja, uma vez que era o sertanejo expulso do interior pela doença ou pela seca que fazia parte dela. Portanto, nos lugares em que a cidade ainda era “bárbara”, existia o elemento sertão dentro da mesma.

O sertão, dentro da rebelião de Juazeiro, das tropas governistas ou da cidade de Fortaleza, era denunciado por Teófilo como um mal a ser combatido, um território a ser ocupado, um outro a ser conquistado. No caso da Sedição de Juazeiro, para o autor, foi claramente uma movimentação de bandidos a cometerem uma *orgia de crimes* (ibdem, ibdi: 74) pelas cidades nas quais passavam em direção à Fortaleza.

A malta de criminosos, em caminho, praticava toda espécie de depredações, abrindo cadeias e soltando criminosos que a seu bando se incorporavam para juntos *pacificarem* o Ceará!...

Era a este bando de ladrões e malfeitores, quase em sua totalidade de outros estados, especialmente da Paraíba, que o governo federal chamava de *revolucionários* e à sedição – *movimento político*.(ibdem, ibdi:73-74)

Este perfil dos participantes da Sedição, construído pelo autor, que durante o livro se diz apoiar em relatos de populares ou oficiais rabelistas de Fortaleza, foi notavelmente

peculiar. Nos livros de História do Ceará, é mais comum que a massa revoltosa seja descrita como composta pelo povo romeiro de Juazeiro, além de populares da capital. No caso de Marcelo Aires Camurça Lima, então mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, afirma-se que

A Sedição de Juazeiro não foi uma revolta de fanáticos e hereges, tampouco foi um autêntico movimento popular como o de Canudos. A guerra civil de 1914 em que o Ceará mergulhou, envolveu é certo o povo “romeiro” da comunidade de Juazeiro e as classes populares de Fortaleza, mas ambas sob a direção das facções políticas dominantes. A Sedição de Juazeiro foi a luta das oligarquias agrárias, dos “coronéis” aciologistas e do Partido Republicano Conservador (PRC), contra os comerciantes, coronéis dissidentes, “liberais” e classe média de Fortaleza onde, na briga do “rochedo contra a maré”, o povo de Juazeiro e Fortaleza sofreu como o marisco. (SOUZA, Simone de. 1994: 297)

No período em que escreviam nossos autores, a maneira de significar o que ocorria no sertão, em especial a Sedição de Juazeiro, também era diversa, indicando que a compreensão do fato como uma espécie de algazarra social, ligada a um espaço de desordem, não inserido no movimento normativo que modelava Fortaleza, era uma interpretação específica de um segmento letrado cada vez mais comprometido com uma identidade urbana e moderna. Em trecho do livro *A Sedição de Juazeiro*, Teófilo destaca o posicionamento de seus oponentes quanto à significação daquele fenômeno social: *o Sr. João Brígido, pelo jornal O Unitário, faz apologia dos bandidos, aos quais chama “Libertadores do Ceará”*. (ibidem, ibidi: 94).

Tratar os participantes da Sedição de Juazeiro como bandidos, jagunços ou desordeiros pode ser esperado quando o escritor, um pacifista, defensor da ordem pública e de valores da civilização ocidental, tem um compromisso com a defesa do governo Rabelista. Todavia, além da oposição política que lhe fazia combater com as letras contra um movimento que atuava pela oligarquia Acyoli, da qual era um declarado inimigo, as posturas de Teófilo misturavam política às significações do homem sertanejo e do modo de estabelecimento do sertão como um espaço.

No livro *A seca de 1915*, escrito no mesmo ano de *A Sedição de Juazeiro*, 1922, o autor assim se referia aos retirantes da seca vindos do sertão para Fortaleza:

Eu me revoltava todas as vezes que via uma retirante, com o filho ao seio ou ao quarto, pedindo esmolas. Mulheres desumanas, pensava.

Isso não era tudo. As que tinham mais de um filho arrumavam os que lhe sobravam a outras mulheres, que não tinham filhos, para levá-los às esmolas e à tarde, repartirem o ganho. Condenava essas desgraçadas porque me esquecia que a miséria anestesiam os mais puros sentimentos do homem educado, quanto mais os sentimentos dessa gente, cuja moral não foi cultivada. Exigir desses mestiços, - seres inferiores pela raça, pela falta de educação doméstica e vívica, criados na satisfação de sua índole má e péssimos instintos, na prática de atos reprovados, - ações nobres é a maior das falibilidades. (TEÓFILO. 1980:82-83)

São momentos como esse, nos relatos de Teófilo, que nos levam a analisá-lo a partir do ponto de vista das elites de Fortaleza. A revolta do autor contra uma pobre mulher, retirante flagelada que, sem alternativas dignas de sobrevivência, demonstra astúcia e sagacidade na superação dos obstáculos sociais que a vida urbana moderna lhe impunha, revelam o olhar elitista daquele que, solitariamente, enfrentou epidemias adentrando os grotões de pobreza da capital cearense, mas que, em alguns momentos, preferia colocar-se a favor de valores da civilização moderna como a moral e a boa educação a defender o direito de um ser humano de mentir para salvar a própria vida, a de seus filhos e “comadres” na miséria.

Neste texto, notamos a maneira específica de olhar o homem do sertão, símbolo da miséria naquela região ou no próprio litoral. O modo de interpretá-lo passava pelas teorias raciais presentes no discurso dos homens de ciência e pelas perspectivas de organização sociocultural da cidade, observável no discurso das camadas letradas urbanas representadas também pelos outros autores centrais em nosso conjunto de fontes. Nestes discursos, notamos um elemento comum e que, dentro do ambiente científico se expressava ainda com mais veemência: a inferiorização do outro do sertão.

2.4 O SERTÃO CEARENSE COMO ESPAÇO INVENTADO NA MEDIAÇÃO DOS DISCURSOS DIRECIONADOS AO OUTRO.

A essas alturas, está posto que nosso espaço não é um dado da natureza, e sim uma elaboração ideológica humana, construído a partir das motivações e de uma ideologia cultural de sujeitos históricos²⁰. Podemos dizer, portanto, que temos trabalhado com o espaço inventado, todavia, uma questão aparece de forma importante no momento em que colocamos a possibilidade da invenção do sertão: o que é o sertão real? Existe um sertão real?

Para responder a indagações como às acima descritas, surge a necessidade de recorrer à obra de Edward Said, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Nesse trabalho, o autor também trata do espaço geográfico como uma produção humana, o que fica bastante claro quando o mesmo diz ter começado “com a suposição de que o Oriente não é um fato inerte da natureza, não está meramente *lá*, assim como o Ocidente não está apenas *lá*... os lugares, regiões e setores geográficos tais como “Oriente” e “Ocidente” são feitos pelo homem” (SAID, 1990). Todavia, de que forma, em seu trabalho, podemos entender esta criação de lugares pelo homem? Não fossem os homens os lugares não existiriam? Respondendo a este questionamento, Said esclarece que

Em primeiro lugar, seria um erro concluir que o Oriente seria *essencialmente* uma idéia ou uma criação sem uma realidade correspondente... O Orientalismo, portanto, não é uma fantasia avoadada da Europa sobre o Oriente, mas um corpo criado de teoria e prática em que houve, por muitas gerações, um considerável investimento material(SAID, 1990: 17 e 18).

O que está sendo afirmado, portanto, pelo autor, é que existe uma certa materialidade oriental, entretanto, não é dela que ele se ocupará no livro mas do conjunto de

²⁰ Sobre essa questão, ver MORAES. Antônio Carlos R.2005. No primeiro capítulo, “A questão do sujeito na produção do espaço”, o autor argumenta contra a idéia, comum a uma Geografia naturalista, de que as formas espaciais são produções geográficas. Para ele, o espaço é produto da ação humana de sujeitos históricos.

enunciados e conceitos presentes nos discursos produzidos na Europa sobre o Oriente. Estes discursos constituem aquilo que o mesmo chama de Orientalismo.

Da mesma forma, nossa pesquisa não se preocupa em dizer o que é o sertão real ou de que maneira ele existe, nosso problema é analisar o que determinados homens de letras e de ciência diziam sobre o sertão, através das coisas mais notáveis que lá aconteciam no início do século XX, entretanto, quando resolvemos enfrentar a questão da existência real do espaço inventado queremos pensar que a invenção do sertão não era, obviamente, realizada por toda a cidade de Fortaleza, mas por um conjunto determinado de sujeitos históricos que, através de suas relações discursivas confirmavam seu pertencimento a uma elite urbana em uma comunidade de sentido e que, mais que inventado, aquele sertão era imaginado, sendo sua existência real ligada a este “empreendimento” de imaginação.

Nesse sentido, ao trabalhar o tema do nacionalismo, em *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson acaba contribuindo para nossa discussão quando afirma que a nação é uma comunidade política imaginada. Para ele,

Ela é *imaginada* porque, mesmo os membros das mais minúsculas das nações, jamais conhecerão, encontrarão, ou se quer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. Era a essa imagem que Renan se referia quando escreveu com o seu jeito levemente irônico: “Ora, a essência de uma nação consiste em que os indivíduos tenham basicamente as muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas”. Gellner diz algo parecido quando decreta, com certa ferocidade, que o “nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem. Mas o inconveniente dessa formulação é que Gellner está tão aflito para mostrar que o nacionalismo se mascara sob falsas aparências, que ele identifica “invenção” com contrafação” e “falsidade” e não com “imaginação” e “criação”. Assim, ele sugere, implicitamente, que existem comunidades “verdadeiras” que, num cotejo com as nações, se mostrariam melhores. Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo lá) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas. (ANDERSON, 2008:32-33)

Nessa direção, quando falamos da reinvenção de um sertão no Ceará, não estamos nos referindo à criação de algo inexistente, falso ou irreal que é dado à existência mediante

discursos litorâneos. Semelhante a Anderson, queremos discutir o acontecimento, “sempre real” de um espaço que era imaginado, em nosso caso, por indivíduos que não pertenciam àquela comunidade sertaneja, mas a outra, a urbana elitizada, que se contruía mediante o contraponto sertanejo.

Quando pensamos que o processo de reinvenção do sertão no Ceará se dava, não apenas enquanto invenção mas como imaginação, estamos apontando para a existência de um sentimento de pertencimento dos autores litorâneos, que imaginavam aquela região, a uma identidade urbana que as elites tentavam criar para Fortaleza. Nesse momento, portanto, é importante esclarecer que falamos em identidades, tendo por problema central, a idéia de que estas não se constituem enquanto um apriori de qualquer coletividade, uma essência atemporal ou um núcleo biológico ou metafísico, e sim como construções históricas das quais tem se ocupado grande parte da historiografia na tentativa de compreender como elas são formadas e deformadas, porque, e por quem são construídas e como se fragmentam e se misturam no tempo.

Muitas vezes as identidades surgem em contraposição a um modelo antigo ou como uma forma de uma dada sociedade se irmanar e se recompor em torno do descontentamento ou da inquietação que se coloca em relação ao antigo ou a tradição. O estudo de Nicolau Sevcenko, na introdução do terceiro volume da História da vida privada no Brasil, nos sugere este elo entre identidade e tempo na medida em que Sevcenko pensa a virada do século XIX para o XX como uma “experiência geral” de definição da identidade moderna. Segundo o autor, a definição da identidade moderna é alavancada especialmente pela segunda Revolução Industrial, a partir de meados do século XIX e se expressa nas diversas inovações tecnológicas e científicas. (SEVCENKO, 2006:8-14)

Era a irrupção do novo que inaugurava uma formação identitária naqueles sujeitos que com ele se alinhavam, todavia este advento de formação de uma identidade moderna se dava em meio a diversas tensões junto às populações pobres que sofreram esse processo na falta de acesso ao público e, em alguns casos, como no da revolta da vacina e da experiência de Canudos, na ausência completa de direito ao privado.

Em meio a esse movimento de ruptura com o antigo, esses sujeitos tentavam redefinir os seus pertencimentos a uma coletividade e suas autonomias individuais num momento em que o moderno chegava com suas certezas, seguranças e estabilidades, provocando

fragmentações, rupturas e descontinuidades com o arcaico que, no caso de nosso estudo, era representado pelo sertão.

A relação tempo/identidade é a base para pensarmos que estas não se relacionam à idéia de um núcleo puro que oriente a formação de qualquer coletividade. A idéia de que as identidades não são naturais se fortalece no pensamento de Stuart Hall quando este afirma que, atualmente, mudanças estruturais tem deslocado as identidades culturais de classe, etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade e raça. Estas mudanças deixam os indivíduos em fronteiras “menos definidas”, envoltos numa espécie de crise de identidade.

Vale salientar que ao falar em fronteiras menos definidas e não na inexistência de fronteiras, o que estaríamos assistindo na pós-modernidade não seria a destruição das identidades, mas seus múltiplos movimentos, fazendo-as se atravessarem e se remodelarem, abalando a identidade do sujeito moderno que já não é visto como o indivíduo unificado que elabora sólidas e estáveis maneiras de estar no mundo. Este sujeito agora se fragmenta num fenômeno que muitos teóricos tem chamado de descentração do sujeito, de si mesmo e de seu mundo social e cultural. Nas palavras de Hall,

Aquelas pessoas que sustentam que as identidades modernas estão sendo fragmentadas argumentam que o que aconteceu na concepção do sujeito moderno, na modernidade tardia, não foi simplesmente sua desagregação, mas seu deslocamento. Elas descrevem este deslocamento através de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno. (HALL, 1997:37)

O sujeito pós-moderno é aquele que não tem uma identidade fixa ou permanente, mas várias, contraditórias, e que se identifica apenas temporariamente com as representações culturais que lhe oferecem identidades possíveis. Portanto, as identidades não são uma essência, mas lugares que os sujeitos assumem temporariamente, são construções históricas. No caso de nossa pesquisa, tratava-se da construção de uma identidade urbana ou de um sentimento de pertença a um estilo de vida mais ordenado, mais moderno e hermético, segundo os padrões de civilização européia.

Essa criação funcionava em forma de bloco textual, no qual nossos autores compunham um campo discursivo, semelhante ao que acontece no livro de Said, onde os discursos a respeito de uma dada espacialidade (o Oriente) representavam o conjunto de

preceitos culturais, os quais formavam um corpo de idéias que passou a ser denominado de Orientalismo. Ao tentar explicá-lo, o autor diz que

É antes uma *distribuição* de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é uma elaboração não só de uma distribuição geográfica básica (o mundo é feito de duas metades: o Oriente e o Ocidente), como também de toda uma série de “interesses” que, através de meios como a descoberta, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas cria como mantém... é acima de tudo um discurso que não está, de maneira nenhuma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder... com efeito, o meu verdadeiro argumento é que o orientalismo é – e não apenas representa – uma considerável dimensão da moderna cultura político-intelectual, e como tal tem menos a ver com o Oriente que com o “nosso mundo”(SAID, 1990:24)

O que o autor afirma, portanto, é que a existência do Oriente no Ocidente é resultado da labuta de uma cultura político-intelectual. O conjunto de textos produzidos no Ocidente sobre o Oriente faz parte desta missão política e intelectual que construía o Oriente a partir dos pressupostos deste nicho da cultura ocidental, de suas necessidades políticas, de sua argumentação ideológica e, quando colocamos que, no início do século XX, um conjunto de textos sobre o cangaço, sobre o fenômeno de Juazeiro e sobre a sedição política deste povoado interiorano estava sendo escrito a partir do ponto de vista da capital do estado, queremos dizer que os escritores destes textos mantinham com o projeto de uma Fortaleza civilizada uma relação de pertencimento que os levava a falar das coisas que aconteciam no sertão de maneira a fundar uma consciência geográfica e ideológica na qual o Ceará, pelo menos para parte dos habitantes de sua capital, se dividia em dois: o sertão e o litoral.

Dividir o Ceará em dois espaços distintos confirmava, para Fortaleza, o lugar do moderno e criava um sertão que servisse de depósito a tudo que precisava ser rejeitado naquela cidade, em nome da modernidade. Em texto do livro *Heróis e Bandidos*, Gustavo Barroso afirma que:

O habitante do sertão está, assim, murado em um ambiente em que não ha o menor desenvolvimento, ignorando quase por completo a civilização moderna, em contacto diário com as tradições unicas da raça e do meio, revendo o passado em todas as manifestações da vida, enchendo-se de preconceito doutros tempos, procurando imitar os atepassados e praticar hoje ações compatíveis com o estado social de séculos atrás. Demais, a luta feroz deste homem [...] torna indomável a altivez do caráter, poucas vezes mau e sempre pessimamente educado.(BARROSO.1917:27)

Nesse texto, notamos o compromisso do autor com um novo tempo que atingia as cidades. A “civilização moderna”, seduzia os olhos de uma classe média urbana que passava a ter acesso aos benefícios da modernidade que sinalizavam para a nação a entrada em uma esfera de “desenvolvimento”, restando para o sertão, o mesmo que em outras passagens de Barroso aparecia como guardião da cultura nacional genuína, a imagem de um lugar atrasado, que não foi capaz de acompanhar a velocidade dos tempos e o destino da história.

O sertanejo, portanto, começava a ser construído na cidade moderna sob o significado do exotismo. Era alguém que vivia com os olhos fixos em um modo de vida considerado ultrapassado nas novas classes médias dos centros urbanos. O homem do sertão estaria dentro de uma cultura caduca, fechada para hábitos, objetos e conhecimentos que, no discurso letrado, representavam avanços da humanidade. Ao resistir a esta marcha da história, o sertanejo era acusado de possuir “preconceitos” não quistos pelos novos tempos.

Diante desse discurso, é válido questionar a respeito da ausência de um julgamento, semelhante ao que classificava o sertão como um ambiente de “preconceito”, direcionado à própria cidade, uma vez que, de igual modo, na classe média urbana, a atitude de resistir ao direito cultural sertanejo a se estabelecer de acordo com seus próprios códigos não era vista como preconceituosa. Ao sertão, a alternativa só podia ser uma: o enquadramento no sentido teleológico da história.

A situação de distanciamento do sertão em relação à capital era descrita, também, quando autores como Gustavo Barroso revelavam a estrutura de poder que proporcionava o surgimento dos coronéis, influentes homens da região sertaneja que articulavam a formação de bandos, chegando mesmo a delegar tarefas de roubos praticados por aqueles que Barroso

chama de cangaceiros, mas que Frederico Pernambucano de Melo classificou de jagunços por definir o cangaceiro como um indivíduo autônomo.²¹

Tal politicagem, sustentadora de um modo de vida social peculiar ao sertão nordestino, é descrita em trechos do livro no qual Barroso fala de um personagem chamado coronel Pedro Silvino de Alencar, o qual teria articulado bandos de jagunços utilizados na Sedição de Juazeiro. Com um estilo literário cativante, o autor descreve o dia em que conheceu tal figura, dizendo que, ao chegar para recepção oferecida no Palácio do Governo do Estado, por ocasião da posse do novo presidente, o “sujeito baixote e barrigudinho” se agitava querendo abrir caminho sem conseguir. Sem exultar, o homem que depois Barroso ficou sabendo ser o tal coronel, trepou com suas botas e esporas em uma cadeira, passando para cima de um consolo a fim de melhor apreciar o que se passava, chegando a quebrar um vaso, em uma ação destacada pelo literato como de absoluta falta de educação para com as pessoas próximas.

Na passagem em que o autor narra este episódio encontramos subsídios para pensar a divisão que se fazia entre o sertão e o litoral, uma vez que é notória a distinção que Barroso estabelece entre os moradores das distâncias sertanejas e os habitantes da civilização litorânea, aquinhoados de nobres valores como a honestidade, a educação e a cultura:

Eis ahi o que é a politicagem nos sertões nordestinos, mãe da cangaceiragem, que é a melhor indústria daquelas regiões, indústria rendosissima, protegida pela mais segura impunidade, que eleva seus industriaes, muitas vezes, às mais altas posições nos Estados e na Federação. Assim se ganham mas, coitados, não sentem que, aos olhos da gente honesta, bem educada e culta, elles, nessas posições, estão sempre como Pedro Silvino, naquela noite, simbolicamente trepados, de esporas sobre o mármore dum consolo, numa sala de recepção... (BARROSO.1917:74)

A descrição da cena do “coronel baixote” participando de uma recepção elegante na capital cearense é emblemática do modo como as camadas letradas urbanas percebiam e construía a relação sertão-litoral. Dentro de uma ocasião como uma recepção chique em Fortaleza, a presença do sertanejo, mesmo que o mais rico deles, não passaria em branco, deixando em destaque as distinções entre os dois espaços que, em tempos modernos,

²¹ Sobre as distinções entre os tipos sertanejos do valentão, do cabra, do jagunço e do cangaceiro, ver MELO, 2004, capítulo 2.

deixavam de ser apenas diferentes passando a opostos. Na capital litorânea, a presença do sertão logo era notada pelo intelectual urbano que lhe construía, literariamente, como espetáculo do exotismo.

Nesse sentido, destacamos ainda que na invenção de espaços que estamos trabalhando, o sertão é algo que tem sentido espacial nas cidades e, parafraseando Said, “tem menos a ver com o Oriente que com o nosso mundo”, ou seja, nosso sertão é muito mais uma produção urbana que sertaneja, que não se conecta diretamente ao poder político institucional, mas se liga aos diversos tipos de desejos e poderes presentes no conjunto de textos que elaboram os discursos construtores do espaço.

O problema do espaço inventado mediante o discurso, que por sua vez se liga ao desejo e ao poder, relaciona-se à produção dos sentidos que constroem imaginários e atuam nos sentimentos de pertencimento a determinadas regiões. Este problema adquire elementos de reflexão através de Michael Foucault, na leitura da *Ordem do Discurso*. Este autor, ao tratar do problema dos procedimentos internos de controle e delimitação do discurso, fala do comentário como gênero literário e explica a existência dos discursos que estão para além de sua formulação.

Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedades onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo uma riqueza. Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam dele, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além da sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer (FOUCAULT 1996: 22).

Quando Foucault explica que existe um desnivelamento entre os discursos, fala que alguns deles são corriqueiros, pertencem à ordem do cotidiano e passam com o momento e a circunstância que os produziu; diferentemente, outros dão origem a uma série de falas que os retomam, tornando clara a relação entre um texto primeiro e um segundo que diz algo além do primeiro, mas que também o conserva. Quando este segundo diz algo além, inaugura um novo que, a despeito do dito, está naquilo que lhe cerca, que se põe à sua volta.

É dessa forma que compreendemos a produção dos espaços mediados pelos discursos: através dos textos que não se encerram no ato da sua produção, mas se desdobram em múltiplos, provocando um conjunto de falas que dão corpo a um discurso fundador de um passado, criando um espaço e atuando no imaginário que se constrói com ele. Muitas vezes, isso acontece com um enunciado, é o caso de uma das mais conhecidas linhas da carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o escrivão da frota de Cabral escrevia: “nessa terra em se plantando tudo dá”.

Deixando de lado o problema exegético da frase - que, se tomada no contexto do escrito, revela que o fruto a ser plantado era a catequese dos índios, e não qualquer tipo de agricultura em resposta à exuberância da natureza²² - o enunciado “em se plantando tudo dá” reclama sentidos que se ramificam justificando das falas sobre a preguiça atribuída à formação étnica brasileira, legitimando, em muitos momentos, a própria pobreza, aos dizeres que afirmam ser o Brasil o país do futuro. A multiplicação de textos a partir de enunciados como este, podem consolidar também um núcleo discursivo que, fiel a este enunciado, atravessa gerações, produz o efeito do familiar, daquilo que só pode ser assim, que sempre foi e será desta maneira.

Os discursos movimentam a história, atravessam e são atravessados pelo tempo, criam significados para acontecimentos que conquistam novos sentidos, cristalizam conceitos, preconceitos, estereótipos, ordenando o mundo com suas coisas, com seus espaços. Compreender o poder e a maneira de atuação do discurso é pensar, também, a construção do

²² Sobre essa interpretação particular da carta de Pero Vaz de Caminha, ver ORLANDI, 2003:12, onde a autora resgata trecho do documento original em que a formulação da frase não corresponde exatamente a essa citada e tão conhecida. De qualquer modo, mais importante para Orlandi não é discutir o sentido do autor no ato da escrita, mas o funcionamento de suas imagens enunciativas na “versão que ficou”, ou seja, no discurso que fundou um imaginário e prosseguiu no tempo, refundando-o.

próprio sentido. O que existe está à espera de um sentido, o qual faz daquilo que existe algo existente, e isso só é possível através da linguagem, é ela que faz nascer a vida fecundada e o próprio espaço.

Entre as obras de Enni Orlandi, o livro por ela organizado, *O Mito do Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional* trata, em seu primeiro artigo, da questão da produção do sentido tomando o caso da chegada portuguesa ao território tupiniquim, um episódio que revelava um mundo novo, com seres, coisas e paisagens ociosas e vazias de significados. É neste momento de encontro dos europeus com o lugar vazio que vão surgindo os sentidos. Eles surgem através do que se dizia sobre este lugar e do ato de dar nome às coisas e, dessa maneira, a construção do sentido vai criando o espaço.

Os enunciados, que não se encerravam nas circunstâncias que os produziam, mas que se desdobravam em outros, no fluxo da história, se constituíam enquanto núcleo de um discurso fundador, o qual criava uma nova memória, a partir de uma ruptura. No rastreamento destes dizeres fundadores, revela-se a significação do sem sentido em sentido, percebendo-se o desenvolvimento da ideologia do “ser brasileiro” em um imaginário composto por discursos, são eles que criam uma região de sentidos, na qual se desenvolve o processo de identificação de uma cultura, de um país, de uma localidade.

Para Orlandi (2003:23), os dizeres estão presentes nos discursos que vazam a história e fazem com que um ser humano recém-nascido não inaugure sua própria historicidade, mas já chegue atravessando a cadeia de elos que resulta na criação contínua do mundo e dos espaços, pois, ao nascer, entramos em um processo já instalado de produção discursiva que, através destes dizeres e de enunciados, dá sentido ao estado de coisas que encontramos e reencontramos e, nisso, cria novos espaços.

É preciso ressaltar, no entanto, que aquilo que é encontrado, quase sempre é aquilo que está ou estava “lá”, é sempre o outro o objeto do discurso. Em uma das obras, já citadas nesta dissertação, que trazem a questão da criação do espaço pelo discurso, o autor, ao tratar da criação do Oriente pelo Ocidente, coloca:

Desse modo, todo Orientalismo está fora do Oriente, e afastado dele: que o Orientalismo tenha qualquer sentido depende mais do Ocidente que do Oriente, e esse sentido é diretamente tributário das várias técnicas ocidentais de representação que tornam o Oriente visível, claro e “lá” no discurso sobre ele. E essas representações utilizam-se, para todos os efeitos, de instituições, tradições, convenções e códigos consentidos, e não de um distante e amorfo Oriente. (SAID, 1990:33)

Memórias se constróem, mitos se constróem, espaços são construídos, assim como as regiões, a partir de discursos sobre o outro. É possível falar o que quisermos sobre os outros e, dependendo de nosso lugar de fala, é provável que nossos dizeres a respeito de uma dada espacialidade, assim como aqueles impressos sobre o sertão cearense nas páginas da memória fortalezense do início do século XX, se reproduzam no imaginário social ao fundarem uma tradição de discursos que, uma vez subjetivados por uma coletividade, edificam espaços de alteridade construídos na mediação da linguagem. A compreensão destas edificações pode ser iluminada por algumas reflexões motivadas pela leitura de Tzvetan Todorov.

Autor de obras como *Eu e os Outros* e *A Conquista da América*, Todorov realiza uma reflexão sobre identidade e alteridade, ou ainda, como a comunicação atua de maneira essencial na conquista do outro e, em última análise, como a linguagem participa da construção deste outro, sendo possível, através de alguns de seus livros, pensar em como os europeus constróem os americanos e os outros povos. Dentro do círculo de Praga, defende, tal qual Ferdinand Saussure, que a Língua é uma estrutura com vida própria, entretanto, acrescenta que esta é uma estrutura funcional, existe para atender a objetivos sociais e, um bom exemplo disso, seria o “enunciado”, com sua função de dar sentido, diferente da palavra, que tinha por objetivo explicar.

Os sentidos criados pelos enunciados serviam, em muitos casos, a interesses dentro da relação eu-outro que representa uma das variantes da problemática da linguagem como construtora de realidades. Para Todorov, três eram as vertentes da questão da alteridade:

É preciso distinguir entre pelo menos três eixos, nos quais pode ser situada a problemática da alteridade. Primeiramente um julgamento de valor, (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou, como se dizia na época, me é igual ou me é inferior (pois, evidentemente, na maior parte do tempo, sou bom e tenho auto-estima...). Há, em segundo lugar, a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então, assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro, há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade ou indiferença. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistêmico); aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimento superiores e inferiores. (TODOROV, 2003: 269)

A relação sertão-Fortaleza no início do século XX é um tipo de alteridade problematizada, semelhante ao primeiro dos três eixos apresentados por este autor, na qual os povoados sertanejos representam o outro inferior, indesejado pelo ser urbano da capital cearense que, uma vez letrados, urbanizados e harmonizados com os paradigmas de civilização moderna, sentiam-se superiores.

Em alguns momentos, os autores escolhidos para a discussão de um discurso científico e letrado acerca do sertão do Ceará, tornam evidentes certo eurocentrismo presente em suas cosmovisões. Rodolfo Teófilo, no livro *A Seca de 1915*, mesmo quando tem por objetivo reconhecer as barbáries cometidas pelas nações européias, realiza esta espécie de confissão afirmando que são os europeus os povos mais cultos do mundo:

Não era o Jagunço de Padre Cícero, bronco e matador, de trabuco ao ombro e facho na mão, assassinando e incendiando, que vinha retrogradar muitos séculos a civilização, mas o homen culto da Europa.
[...]As atrocidades cometidas pelos povos mais cultos do mundo deixam o espírito de quem medita sobre elas em um mortificante desconforto.(TEÓFILO, 1980:46).

Para Teófilo, desconfortante era pensar que a situação cultural criticável na qual o sertão se encontrava, em alguns casos, poderia ser comparada à de partes da Europa em contextos específicos. Contudo, estava posto que o continente Europeu deveria ser

considerado o berço e o referencial de civilização onde seu campo discursivo encontrava identificação para lançar sobre o sertão um discurso que lhe acomodava no espaço da inferioridade, colocando estes dois pólos em uma relação de alteridade próxima à que se deu entre os colonizadores europeus e a América colonizada.

Semelhantemente ao caso analisado por Todorov, que pensa o problema da linguagem a partir da conquista da América pelos espanhóis, o encontro entre dois mundos distintos no Ceará do início do século XX se dava, não apenas através das notícias que chegavam à capital transformando-se em textos nela produzidos, mas no choque físico provocado pela presença dos retirantes da seca em Fortaleza, passando a revelar a existência de um outro inadmissivelmente tão próximo, uma vez que, a cada estiagem, o sertão invadia a planejada e disciplinada Fortaleza. Sobre esta colisão entre sertão e cidade, o historiador Frederico Castro Neves afirma que:

A “invasão” de retirantes entre 1877-80 – que, segundo alguns observadores chegou a mais de 114.000 quando a população da cidade mal atingia 25.000 pessoas – provocou uma das desordens urbanas e sociais mais graves que Fortaleza já experimentou. A presença destes pobres, famintos e doentes, no mais grave estágio em que ainda é possível sobreviver, exigiu uma imediata e radical mudança nos costumes e comportamentos, nos hábitos pessoais e cotidianos e, especialmente, no uso social dos equipamentos urbanos afetando profundamente a vida dos habitantes da capital. Estes, a partir de então, irão procurar estabelecer um novo patamar de relações com a pobreza em que a caridade e a solidariedade se confundem com a repugnância diante das cenas de barbárie presenciadas pelas famílias horrorizadas – crimes, prostituição, mortes, suicídios, antropofagias, epidemias etc - , o que de certa forma, se repetirá nos anos seguintes, quando a miséria rural adentra o mundo urbano pelas mãos da seca.

Esta profunda e impactante experiência de contato prolonga-se, certamente, pelas gerações e pelas secas seguintes, alterando a estrutura de sentimentos com a qual a sociedade local agia, pensava, sentia e refletia sobre os trabalhadores rurais, sobre o campo, sobre a pobreza “desvalida” e sobre a caridade. (NEVES, 2005:114)

Teria sido na virada do século XIX para o XX, que a relação entre o cidadão de Fortaleza e o homem sertanejo sofrera uma grande alteração, especialmente a partir das ondas migratórias provocadas pelas secas. Neste estudo de Frederico Castro Neves são cobertas as de 1877, 1889, 1900 e 1915. Nestas migrações de dimensões extraordinárias, um verdadeiro caos se estabeleceu sobre Fortaleza, justamente no momento em que a classe média, os comerciantes e as elites da cidade viviam o fascínio da *Belle Époque*. Nas diversas situações de constrangimento social, geradas pela invasão do sertão atingido pela seca na cidade, um diferente olhar se desenvolvia na urbes a despeito do espaço sertanejo.

Ilustres historiadores e influentes letrados de Fortaleza se habituavam a referir-se aos retirantes sertanejos como “bárbaros”. Rodolfo Teófilo, na alvorada do novo século expressava um sentimento de profundo incômodo, certamente compartilhado pelas elites locais, em relação à presença dos sertanejos na capital. No livro *Secas do Ceará*, de 1901, o autor responsabiliza a “multidão de esfomeados” pela transformação da cidade que, de cristã e civilizada, passara a “terra de bárbaros”. (TEÓFILO, 1901:80 apud. NEVES, 2005)

Em outra importante pesquisa desenvolvida na Universidade Federal do Ceará, Kênia Souza Rios²³ revela a existência de vários campos de concentração²⁴ construídos no estado, na intenção de manter sob currais as multidões de flagelados que fugiam do sertão. Em seu trabalho, a autora revela que, em 1932, a imprensa de Fortaleza alardeava a chegada dos transeuntes em diversos periódicos. “Os famintos estão chegando até Fortaleza. Trens são assaltados e agora os chefes de comboio já não impedem a chegada dos flagelados à capital” (*O Nordeste*, 17.02.1932), “os retirantes vem vindo (...) é a seca em toda a sua rudeza que traz em nosso rumo esses infelizes, míseros destroços da catástrofe que enluta os sertões e que acabará por nos envolver completamente (...)” (*O Correio do Ceará*, 05.03.32). Neste mesmo artigo, o jornalista exclamava a necessidade de manter a cidade afastada do sertão, para isso era necessário ao estado “assistir a população no próprio meio em que ela vive”, mantendo a separação entre sertão e litoral, um desejo que era compartilhado pela classe média, pelas elites e pela imprensa.

²³ RIOS, Kênia Souza. **A Cidade Cercada: Festa e isolamento na seca de 1932**. In: SOUZA, Simone de, e NEVES, Frederico de Castro. **Fortaleza: História e Cotidiano. Seca**. Ed. Demócrito Rocha, Fortaleza, 2002.

²⁴ Acerca do termo “campo de concentração”, já era utilizado na época. Ver Teófilo, “A Seca de 1915”, 2ªed, 1980, p54.

Estas sistemáticas invasões do moderno pelo arcaico, provocadas pela chegada dos retirantes da seca à Capital cearense, certamente, foram importantes para a formação de uma cultura política e intelectual em Fortaleza, acerca do sertão do seu estado, dos acontecimentos políticos, religiosos e dos fenômenos sociais que lá se davam. Aos poucos, as transformações culturais sofridas pela moderna civilização do litoral passavam a rivalizar com o distante e, ao mesmo tempo, presente sertão. Desse modo, o cidadão fortalezense higiênico, disciplinado, moderno e civilizado se auto-construía na medida em que inventava um outro: o fanático, bárbaro, desordeiro, atrasado e faminto sertanejo.

Este outro, quando não chegava à capital pelas próprias pernas, vinha carregado por notícias que apresentavam seus signos tão contrariamente interpretados no litoral. O cangaço, os milagres de Padre Cicero e sua figura política, nos povoados sertanejos, significavam valentia, santidade e segurança paternal respectivamente, valores que preenchem de sentido a vida do homem do campo e do interior, mas que, na Fortaleza moderna, adquirem o significado de barbárie, fanatismo e atraso, elementos que constituíam o sertão como um outro indesejado, separado pelo tempo e pelas léguas.

É nesse sentido que Todorov nos desperta para uma questão significativa: a de que as construções espaciais, tais quais as realizadas pela moderna Fortaleza a respeito do sertão de seu estado, se dão de formas “presunçosas”, partindo do pressuposto de que o lugar de onde partem os discursos representa o ponto de vista central e superior a partir do qual o diferente é o outro periférico. Citando Giordano Bruno, Todorov comenta que a terra não é o centro do universo:

Não somente a terra não é o centro do universo, como nenhum outro ponto físico o é; a própria noção de centro só faz sentido em relação a um ponto de vista particular: o centro e a periferia são noções tão relativas quanto as de civilização e barbárie (e até mais) (TODOROV, 2003:280).

Era a partir da presunção de que Fortaleza era o centro do Ceará - não apenas pela sua condição de capital do estado, mas sobretudo por sua situação cosmopolita, a qual causava em seus cidadãos a impressão de estarem alinhados com os mais modernos hábitos da civilização européia - que os discursos produzidos a partir de seu ponto de vista particular em

direção ao interior cearense desenhavam os contornos de um novo sertão, ressignificado a partir dos valores da modernidade.

No livro *Heróis e Bandidos*, Gustavo Barroso chega a defender o papel messiânico de um litoral moderno em relação ao sertão do estado, afirmando que:

As povoações matutas ficam a enormes distâncias do litoral. Sómente este acolhe os elementos da civilização exterior, tendo assim, maior riqueza e maiores gozos, e podendo transmitir ao interior influências e emoções que receba. Não pode fazer a transmissão com rapidez e energia, porque a carência de transporte demora [...] O sertão solitário estiola-se na luta solitária contra a natureza.(BARROSO, 1917:29-30)

Ao elaborarem um discurso sobre o outro, o conjunto de autores que estamos analisando cria o espaço sertanejo a partir dos sentidos de um moderno litoral. Com isso, afirmamos que, durante todo nosso trabalho, será presente a idéia de que a relação entre história e espaços não é nada óbvia. Espaço e tempo não são apenas pontos de partida para uma narrativa historiográfica. Através do que se afirmava a respeito do sertão do Ceará pelos textos da capital, estamos pensando o espaço historicamente, percebendo que as maneiras de compreendê-lo se movimentam na história e que trabalhos historiográficos podem lançar luzes na relação entre história-espaço, compreendendo que este é uma fabricação, e que a maneira como o sertão do Ceará ainda existe para muitos de nós, cidadãos metropolitanos da litorânea Fortaleza, foi gestada, em grande medida, no início do século XX, quando escritores falavam do cangaço e dos ocorridos de Juazeiro.

Discutindo o discurso de um conjunto de autores sobre os cangaceiros e sobre a religião do sertão, repleta de milagres, santos e beatos é que desejamos detalhar o processo de produção dos espaços através dos discursos, considerando também o fato de nossas narrativas elegerem sempre um outro e, neste caso, um distante/próximo outro, como objeto, implica em problematizações variadas.

O sertão cearense existe, para cada um de nós, através de tudo o que lemos ou ouvimos falar a seu respeito e, neste trabalho, estamos percebendo um dos momentos de produção do sertão nordestino dentro de uma discussão sobre a relação entre a história e a

produção dos espaços para, dessa maneira, pensar que os lugares nos quais os homens se relacionam se desenham de acordo com suas falas, suas ideologias, seus desejos de possuírem ou de se expandirem política ou culturalmente. É assim que o sertão distante e atrasado, do início do século XX, aparece como um espaço construído.

CAPÍTULO 3 - O SERTÃO BARBARIZADO PELOS DISCURSOS SOBRE O CANGAÇO.

Neste capítulo, trataremos do discurso de nossos autores acerca do cangaço, tema controverso que tem recebido, desde o início do século XX, atenção especial de historiadores e sociólogos. Logo no início de nossa pesquisa, o contato com as primeiras obras demonstrava que o volume historiográfico de estudos dedicados a este assunto era tão grande que, antes de discutir a produção discursiva de Gustavo Barroso, Lourenço Filho e Rodolfo Teófilo sobre este fenômeno social em sua relação com a invenção moderna de um espaço sertanejo, consideramos necessário um breve e problemático balanço da historiografia do mesmo. Breve para não escaparmos aos interesses de nossa pesquisa e problemático por ser da natureza de todo apanhado historiográfico, a incompletude e as incorreções que inevitavelmente ocorrem quando se tenta sintetizar algo tão extenso.

A vasta bibliografia sobre o cangaço que, desde o início do século XX é apresentada em autores como Gustavo Barroso, Xavier de Oliveira, Pedro Batista, entre outros, tenta dar respostas às questões do tipo: por que Lampião entrou no cangaço? “Lampião era bom ou mau?” “Herói ou bandido?” Quando muito, estes livros tentam explicar o fenômeno pelo analfabetismo, desemprego e outras mazelas sociais. De certa forma, podemos dizer que Rui Facó e Eric Hobsbawm foram os que primeiro incluíram o tema do cangaço no ambiente acadêmico, dando a ele um tratamento mais preocupado com o uso das fontes lançando novas perguntas e uma nova influência teórica.

O primeiro, em: “Cangaceiros e Fanáticos”, tenta dar uma conotação positiva das categorias de cangaceiro e fanático vistas, até então, de modo negativo. Defende uma explicação material para as origens e fins desses movimentos vistos como vítimas da organização social da Primeira República, a partir de uma análise por um viés marxista, pelo qual tenta explicar o porquê do fanatismo e do cangaço que, segundo o autor, seriam formas de reação às estruturas sociais de dominação existentes nas áreas rurais do Nordeste.

Eric Hobsbawm, com os livros “Bandidos” (1970) e “Rebeldes Primitivos” (1965), também utiliza um viés marxista para a abordagem do tema. Preocupando-se em demonstrar,

entre outros aspectos, que o cangaço não era um movimento revolucionário, em “Rebeldes Primitivos”, tenta criar um modelo de resistência camponesa pré-política para este fenômeno.

Apesar de colocar o cangaço dentro de uma análise materialista e conjuntural da sociedade na qual se inseria, Hobsbawm alerta para o fato de que a elaboração do cangaceiro como vítima das estruturas sociais de seu tempo e espaço também pode ser problemática, tornando válida a pergunta: até que ponto o papel do bandido é determinado pelo drama da vida dos camponeses? Ou seja, até que ponto o mito do banditismo mostra o verdadeiro bandido?

É neste sentido que Hobsbawm desenvolve a idéia do banditismo social, amplamente utilizada como referência em estudos posteriores que apoiavam ou criticavam a mesma. Entre os tipos de bandidos apontados pelo autor, o cangaceiro foi enquadrado na categoria de “vingadores” que, ao contrário dos “bandidos nobres” (como Robin Hood) seriam violentos e cruéis e, uma vez humilhados, tinham de se vingar.

Na desmistificação do cangaço e no seu enquadramento na categoria de banditismo social, Hobsbawm aponta para a ausência de um ideal igualitário entre os cangaceiros, mas considera a idéia de luta contra a injustiça um motivo que poderia levar camponeses ao banditismo. Dessa maneira, o autor inspira um debate historiográfico sobre banditismo na América Latina, com estudos no México, Cuba e mesmo em Portugal e Espanha.

Um dos autores que abordam o cangaço a partir das análises de Hobsbawm é Billy Chandler que, no livro “Lampião o rei dos cangaceiros”, critica o modelo de resistência camponesa pré-política trabalhado pelo primeiro. Sua obra trata do fenômeno a partir do lugar autoritário de onde parte um discurso de primeiro mundo que considera a superstição, a ignorância e a pobreza como elementos indispensáveis a qualquer estudo sobre os sertanejos.

Outro autor que se deixa tocar pela categoria de banditismo social para desenvolver sua abordagem é Frederico Pernambucano de Melo, o qual tenta explicar, entre outros aspectos, a conduta do cangaceiro a partir do modelo típico de nordestino, surgido em meio a uma cultura típica que, a partir do processo que empurra o colonizador para o interior da região, cria uma sociedade da qual emergem várias formas de cangaço.

Em *Guerreiros do Sol: o banditismo no Nordeste do Brasil*, Frederico Pernambucano definiu três tipos de cangaço: meio de vida, vingança e refúgio. A maioria dos cangaceiros entrariam nos bandos por motivos de vingança e depois migravam para o segundo tipo. Ao

explicar esta migração, este autor que se destaca pelo volume de suas fontes, introduz o conceito do escudo ético, no qual o cangaceiro encontra na vingança um motivo que legitima sua atividade, não terminando sua obra justamente por ter aí um argumento ético que justifica sua continuidade no cangaço.

No livro *Quem foi Lampião*, Frederico Pernambucano traz, além de considerações gerais sobre o cangaço, uma rica coleção de detalhes que vão desde a indumentária até as armas de Lampião criando, de certa forma, o ambiente de vida do cangaceiro, destacando-se pelo acervo iconográfico e pelo anexo que apresenta grande quantidade de documentos. Apesar disso tudo, por sua natureza biográfica, a obra reduz bastante o universo do cangaceirismo à figura de Lampião, o que não facilita a compreensão do fenômeno.

O que nos parece claro em toda essa produção historiográfica é que, por enquanto, boa parte da historiografia do cangaço permanece presa à idéia de verdade histórica, especialmente quando alguns desses autores tentam compreendê-lo a fim de responder a questões como “o que realmente foi?” “Banditismo?” “Até que ponto era violento?” “Pode ou não ser considerado um movimento social?” Quando esta historiografia tenta superar a busca pelas “verdades” em torno do cangaço surgem perspectivas de análise como a que busca um tipo de cultura e sociedade sertaneja capaz de proporcionar seu surgimento.

Não obstante não ser interesse desta pesquisa, contribuir com os estudos historiográficos sobre o cangaço e sim incluir-se nos trabalhos que discutem as invenções discursivas dos espaços, conhecer parte destas obras tem colaborado secundariamente com nossos objetivos na medida em que as diferentes abordagens do tema acabam por nos fornecer equipamentos analíticos para a discussão das fontes que, no período deste fenômeno social, foram escritas, muitas vezes, no sentido de marcar fronteiras entre o mundo litorâneo e o sertanejo, atuando na invenção destes espaços e, possivelmente, na construção das identidades que lhes iam sendo imputadas.

Nos autores trabalhados nesta dissertação, um dos assuntos mais recorrentes ao se dirigirem para o sertão do estado era o cangaço e aquilo que diziam a seu respeito atuava na elaboração simultânea de dois espaços, uma vez que um determinado sertão, repleto de imagens construídas nas falas sobre o cangaceiro era formado na capital que, por sua vez, era inventada por tais escritores nos símbolos de um novo tempo e modo de vida avesso ao que ocorria no interior do Ceará.

Dentro dos subcapítulos que tratarão do discurso de nossos autores sobre o cangaço, abordaremos as questões: da construção do sertão enquanto ideologia geográfica; das teorias raciais na representação do cangaceiro; do papel do Estado nos discursos de combate ao cangaceirismo; do problema do termo “bárbaro” recorrentemente aplicado a Lampião e seus companheiros e, por fim, das possíveis representações sertanejas da atividade cangaceira que acabavam por acentuar a idéia de que os discursos de nossos autores eram próprios de setores urbanos.

3.1 - SERTÃO CEARENSE: UMA FORMAÇÃO DE IDEOLOGIAS ÉTNICAS E GEOGRÁFICAS

Começaremos este subcapítulo com as palavras de um dos mensageiros do progresso, da civilização litorânea e da modernidade:

Àqueles que nunca deixaram a estreita orla de civilização litorânea, de empréstimo, há de parecer que exageramos. E foi por isso que, deliberadamente, tolhemos o passo a muitos comentários que estiveram no bico da pena; e foi por isso que substituímos sempre, onde possível, o depoimento pessoal pelas declarações insuspeitas dos filhos da terra, de bons cearenses que se têm revoltado contra o estado de coisas dos seus sertões, e clamado, em vão, por um remédio salutar... (LOURENÇO FILHO, 2002:141)

Estas palavras, escritas em 1924, por Manuel Bergstron Lourenço Filho, faziam parte de um olhar cosmopolita e modernizado lançado em direção ao sertão do estado do Ceará, palco de agitações religiosas, políticas e sociais. Na Fortaleza da *Belle Époque*, a classe média e a elite letrada, afinadas com os modos e os paradigmas da civilização europeia, declaravam a existência de um distante e doente sertão, o qual merecia ser acusado e descrito como o contraponto de uma civilização litorânea, que olhava para o alto do outro lado do atlântico na esperança de se afastar do que estava às suas costas e, por vezes, ao seu lado.

Os “bons cearenses”, filhos da terra, na tentativa de confirmar a construção da civilização moderna fortalece e elaboravam outra espacialidade que, rejeitada, lhe service de reverso: o sertão, reinventado, agora, a partir dos novos signos da modernidade. No discurso destes homens, construtores de uma espacialidade sertaneja na capital, discutimos a invenção do próprio espaço.

Para fortalecer e desenvolver essa reflexão do espaço como algo móvel, um outro autor, Antônio Carlos Robert Morais, ao nos apresentar contribuições trazidas pelo livro *Ideologias Geográficas*, tem sido muito útil ao nosso problema, notadamente quando acrescenta, de maneira mais discutida, que os sujeitos constroem espaços movidos por interesses e que, apesar destas motivações serem econômicas, são também culturais, pertencendo ao campo de estudo das geografias, as quais são praticadas e também subjetivas. As regiões existem, de fato, quando uma dada coletividade as concebe, formulando a seu respeito uma imagem que só pode ser forjada no movimento da história, o qual se enlaça com ideologias geográficas na produção dos espaços.

Para Antônio Carlos Robert Morais, as ideologias geográficas seriam, justamente, os discursos que apontam para a construção de uma imagem coletiva do espaço. São as concepções, as visões acerca de uma espacialidade, que atuam na própria construção material do espaço e, em nosso trabalho, este processo aparece quando analisamos os discursos elaboradores de um sertão violento, bárbaro, sem lei, fanático e místico, onde ocorreriam situações impróprias ao que se pretendia para o centro urbano do litoral do Ceará no início do século XX.

Ao analisar os textos que se ocupavam do cangaço, pensamos na formação daqueles discursos que vão acrescentar elementos novos a uma concepção de sertão já existente na época. Todavia, seria no início do século XX que assistiríamos à fundação de uma idéia moderna a respeito dos sertões da nascente região Nordeste²⁵, e a análise destes textos é um caminho percorrido para perceber o desenvolvimento de uma determinada visão, própria de determinados agrupamentos urbanos, a qual depositava no sertão por ela descrito, todas as

²⁵Sobre essa construção do Nordeste em um preciso momento histórico, ver Durval Muniz de Albuquerque, 1999, p.22. Para este autor, esta região é inaurada enquanto identidade espacial durante as duas primeiras décadas do século XX, como fruto do entrecruzamento de práticas e discursos regionalistas.

mazelas rejeitadas pela cidade de Fortaleza. Com isso, criava-se para o sertão do Ceará as imagens de um lugar atrasado, bárbaro e até primitivo, reconstruindo ideologicamente esse espaço.

Os textos de Rodolfo Teófilo, Gustavo Barroso e Lourenço Filho sobre acontecimentos que se davam no sertão colocavam o cangaço na lista de temas interessantes a uma elite brasileira que, preocupada com o tipo de nação a construir-se, após a mudança de regime político e a abolição da escravidão, assumia a tarefa de promover intelectualmente a modernização e o desenvolvimento do país tendo que, para isso, apontar os problemas nacionais que seriam responsáveis por nosso atraso. A má formação da raça (e a falta de educação do povo) fazia parte das principais dificuldades nacionais.

Em trecho do livro *Terra de Sol* de Gustavo Barroso, apesar de tentar abrir um leque de possibilidades para explicar o comportamento dos cangaceiros, o autor considera que, de um modo geral, tratava-se de miseráveis psicopatas frutos de uma mestiçagem que, segundo o pensamento de parte das elites científicas e intelectuais do país, seria um entrave para o desenvolvimento da nação. Desse modo, escreve Barroso:

Mas ao lado desses, infelizmente em maior quantidade, há os profundamente infames e infinitamente miseráveis, degenerados completos, nevropatas ignóbeis, tendo a audácia de todas as torpezas e a inclinação para todos os crimes, almas de lama que nunca esboçaram um gesto de compaixão e nunca possuíram o menor sentimento de homem; perversos, covardes, crivados de todas as taras, atupidos de todas as psicopatias, raramente brancos, sempre mestiço de ínfimo cruzamento, braquicefálicos, prognatas, assimétricos, malformados, faces horrendas, simiescas, com concentrações de orango e um abrir de mandíbulas, desmensurado, bestial, os olhos baixos num alquebramento de tigre farto ou fuzilando torvos, sob as pálpebras grossas, de revés. Ao rirem-se, os dentes alvos, serrados em ponta, luzem no hiato negro da bocarra como presas de fera [...] lembram dentes de um bicho [...] As perturbações nervosas tumultuam e tempesteiam nesses cérebros, incentivando o crime. São verdadeiros monstros; às vezes, epilépticos, de fâcies envilecidos, crânios deformados, acumulando heranças torvas, sistematizando as mais vis taras hereditárias. (BARROSO, 2002:85-86).

Não são raras as passagens dos livros de Gustavo Barroso em que o cangaçeiro é analisado como doente psíquico. No caso da passagem acima, chama atenção, também, as palavras que ligam o discurso do autor com o universo da biologia e das teorias sociais influenciadas por ciências naturais. Isso ocorre quando o que Barroso chama de “taras” se explicaria através dos caracteres genéticos transmitidos hereditariamente.

Homem de seu tempo, o folclorista Gustavo Barroso indica fortes aproximações com o discurso racial de uma elite intelectual brasileira, muitas vezes, ligada ao discurso médico. Portanto, era em um sentido semelhante ao das teorias raciais em voga que o autor tentava entender o cangaceirismo, atribuindo à quase ausência da raça branca entre os cangaceiros, o comportamento criticável destes sertanejos. Neste sentido, é importante entender os textos de nossos três autores na perspectiva de uma formação discursiva, a qual se ligava às lutas políticas e culturais do período, superando a análise de uma crítica interna de seus escritos, tarefa auxiliada por Edward Said quando, discutindo sobre suas fontes, revela que

Quase todo escritor (e o mesmo vale para escritores de períodos anteriores) era extraordinariamente consciente do fato do império: esse é um assunto não muito bem estudado, mas um especialista moderno no período vitoriano não levará muito tempo para admitir que heróis culturais do liberalismo como Jonh Stuart Mill, Arnold, Carlyle, Newman, Macaulay, Ruskin, George Eliot e até Dickens tinham opiniões definidas sobre raça e imperialismo, todas elas bem representadas em seus escritos. Assim, até um especialista deve lidar com o fato de que Mill, por exemplo, deixou claro em *Sobre a liberdade e Governo representativo* que suas opiniões ali expressas não podiam ser aplicadas à Índia porque os indianos eram inferiores quanto ao grau de civilização, se não quanto à raça.(SAID, 2007: 43)

Para Edward Said, a cultura do Orientalismo não poderia ser atribuída a um conjunto de textos que se agrupavam casualmente e, para este autor, a relação dos escritos filológicos, históricos, sociológicos ou dos romances analisados com teorias raciais, exploração colonial ou justificção da escravidão eram, muitas vezes, explícitas. Desse modo, o saber que nossos autores construía sobre o sertão não pode ser separado da consciência política dos mesmos e nem tampouco dos posicionamentos raciais que, inevitavelmente, estes escritores teriam uma

vez que era presente na pauta intelectual da época as teorias étnico-raciais e sua relação com os fenômenos sociais e acontecimentos políticos.

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, a questão da raça, alocada no centro das discussões sobre a nacionalidade brasileira, apresentava suas nuances. Intelectuais costumavam se colocar, por um lado, entre posturas mais ortodoxas e pessimistas que defendiam a superioridade da raça branca e a inviabilidade de um país majoritariamente negro e mestiço e, por outro, a favor de uma miscigenação que a curto, médio, ou longo prazo, favoreceria a nação provocando o desaparecimento do negro.

No livro *Branco no Preto: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Thomas Skidmore apresenta um panorama das teorias racistas no Brasil entre 1870 e 1930 tentando apontar para uma continuidade do pensamento da elite brasileira que, às vésperas da lei áurea, consumia a literatura científica européia sobre raça e determinismo climático sem nenhum senso crítico, mesmo quando os europeus se expressavam pouco lisonjeiramente em relação a América Latina e, em especial, ao Brasil, por conta de sua grande influência africana.

A apropriação dessas idéias não se dava de forma homogênea entre os participantes de uma elite letrada brasileira e, ao que parece, se fazia presente entre os três autores estudados nesta dissertação, contudo, também existiam distinções nas maneiras como os mesmos “embarcavam” em tais teorias. No último trecho transcrito de *Terra de Sol*, Gustavo Barroso deixa claro seu pertencimento ao campo discursivo desta mesma elite letrada quando diz que eram raros os cangaceiros brancos.

Filho de mãe alemã, que, futuramente, se revelaria um anti-semite, Barroso parecia colocar no círculo de seu sistema de análise do cangaço, enquanto fenômeno social do sertão, a questão da raça presente no discurso científico médico, jurídico e na intelectualidade de seu tempo, de um modo geral. Em outro momento do livro *Terra de Sol*, acompanhada dos mesmos termos científicos e da questão da hereditariedade de características morais, aparece, de maneira ainda mais clara a questão da miscigenação:

Não procurei aprofundar-me na sua psicologia, porque só um estudo sério e profundo poderá indicar com firmeza as taras e psicopatias desses broncos cérebros de degenerados – que já o são todos eles quase, na raça pelo cruzamento, na moral pelo ativismo, pelas influências externas e pela hereditariedade. Não pode ser senão nevroses o amor à vida do cangaço e à luta. (Idem, ibdi:108)

O processo de miscigenação do povo brasileiro foi uma idéia com boa aceitação de grande parte da elite brasileira (SKIDMORE, 1976: 72), parte dela mulata. Esta idéia teve representação em estudiosos como Silvio Romero que, no fim do império, solicitava o reconhecimento do Brasil como produto da miscigenação e se revelava um otimista no que diz respeito à evolução étnica do país. Apesar de influenciado por autores como Haeckel, Spencer e Darwin de quem aplicava a mesma terminologia, até então desconhecida no país (SCHWARCZ, 1993: 153), este intelectual, diferentemente das teorias raciais da época, encontrava na mestiçagem a saída para um projeto viável de nação.

Em outra margem da discussão sobre miscigenação, podemos dizer que se encontrava Nina Rodrigues. Considerado por Thomas Skidmore o principal doutrinador racista brasileiro, o médico baiano destaca-se no estudo da medicina legal e da etnologia afro-brasileira, conquistando notoriedade e tornando-se muito lido entre os interessados pelo assunto racial, graças ao respaldo científico de suas pesquisas.

Poucos intelectuais chegaram a assumir idéias racistas tão ortodoxas. Nina Rodrigues entendia que negros e índios, como raças inferiores que eram, não poderiam ser considerados inteiramente responsáveis por suas ações se omitindo, portanto, quanto aos possíveis direitos dos “inferiores” à proteção contra atos racistas da sociedade. Considerava o caso dos mestiços um problema e dividiu este grupo em três subgrupos: o superior (responsável por seus atos); os degeneráveis (a maioria totalmente irresponsável) e os tipos instáveis socialmente. Tais afirmações acabavam por produzir uma justificativa teórica perfeita da impossibilidade de considerar o ex-escravo capaz de comportamento “civilizado”.

Em um momento em que a genética não era ainda uma ciência desenvolvida, os cientistas mais “sérios” ainda discutiam se o cruzamento entre as “raças” produziria descendentes vigorosos ou degenerados físicos. Inclinado para esta última posição, Rodrigues se adiantava em direção às idéias de degenerescência do mulato. Combateu a noção de que a miscigenação teria colaborado com a raça branca em seu processo de adaptação às áreas mais tropicais do Brasil, para ele, a influência do negro teria sido, sempre, um fator responsável pela inferioridade do povo brasileiro.

Através de vários artigos científicos, Nina Rodrigues ia se estabelecendo como principal opositor à idéia presente nos círculos intelectuais e científicos de que a miscigenação

levaria o Brasil a, dentro de algumas gerações, tornar-se um país branco. Estas idéias deram origem a estudos que Lílian Schwarcz enquadrou dentro de uma “escola” baiana de medicina, para a qual a raça, e mais exatamente o cruzamento racial, explicaria a criminalidade, a loucura e a degeneração.

É importante lembrar também que, além da articulação de um discurso científico contra a miscigenação na faculdade de medicina na Bahia, em algumas faculdades de Direito (como a de Recife), curso feito por Gustavo Barroso no Rio de Janeiro, os estudos de Antropologia criminal levavam os futuros advogados a retirarem o foco do crime para concentrarem-se no estudo do criminoso a partir de aspectos físicos, antropológicos e sociais. Lílian Schwarcz destaca que,

Para alguns teóricos, o tipo físico do criminoso era tão previsível que seria possível delimitá-lo de forma objetiva. Lombroso, por exemplo, criou uma minuciosa tabela, subdividida em “elementos anatômicos” (assimetria cranial e facial, região occipital predominante sobre a frontal, fortes arcadas superciliares e mandíbulas além do prognatismo); elementos fisiológicos (tato embotado, olfato e paladar obtusos, visão e audição, ora fracas ora fortes, falta de atividade e de inibição) (SHWARCZ, 1993:54)

Nesse sentido, quando Barroso fala dos: “assimétricos”; “branquicefálicos”; “dentes alvos, serrados em ponta, que luzem no hiato negro da bocarra como presas de fera”; “nevropatas”; “brancos cérebros”; de “um abrir de mandíbulas, desmensurado, bestial”; dos olhos baixos”... é forte a sugestão de que este autor se enquadrava em um campo discursivo jurídico que se apropriava das ciências naturais e de teorias deterministas para o estudo do crime.

Em outros momentos de *Terra de Sol*, a relação com certo determinismo biológico ou teorias evolucionistas, continua aparecendo na caracterização do cangaceiro selvagem, quando Barroso afirma que: *o cangaceiro do norte é selvático e feroz, sofrendo de um descalabro nervoso – produto da ancestralidade e do cruzamento étnico* – (BARROSO, 2006: 83), ou quando diz que o cangaceiro agia *sob as determinantes psicológicas da bastardia étnica e dos instintos degenerativos*. (Ibdem, ibdi:87) [...] Para o autor, o agente social do cangaço era aquele que *acumulava psicopatias hereditárias*...(Ibdem, ibdi:89).

Em sua análise, o cangaceiro, portanto, costuma aparecer como um “tipo genético” inferior que, fatalmente, desenvolveria doenças de ordem neurológicas ou nervosas, próprias de um cruzamento de “raças” mal sucedido, como parecia ser todo o cruzamento étnico para Gustavo Barroso.

Nesse sentido, nos parece possível uma aproximação entre o discurso de Gustavo Barroso e a escola baiana de Nina Rodrigues que escolhia a miscigenação como “bode expiatório” de um país fadado ao insucesso. Quando Barroso tenta entender o comportamento criminoso do cangaceiro a partir da pressuposição de que o “ínfimo cruzamento das raças” seria o responsável pelos delitos dos criminosos, seu discurso parece encaixar-se na afirmação de que *Era a partir da miscigenação que se previa a loucura e se entendia a criminalidade* (Schwarcz: 190)

Ao descrever, a partir do ponto de vista da capital, um cangaceiro selvagem e etnicamente inviável para a nação moderna e civilizada que os círculos letrados do litoral almejavam, Barroso se torna um agente que, dentro de um campo discursivo composto por intelectuais metropolitanos, articulava a invenção de um lugar capaz de receber os “detritos” da capital, tudo aquilo que uma cidade afinada com a canção dos novos tempos queria renunciar. Aos poucos, o espaço sertanejo parecia fazer parte de um imaginário próprio das elites urbanas que assumiam uma função ideológica na construção destes espaços.

A respeito desta construção de uma imagem coletiva e ideológica do espaço, veja o que afirma Moraes:

Posto dessa forma, nossa questão poderia ser equacionada no seguinte molde: como as concepções do espaço atuam na construção material do espaço num dado país, e como atuam na própria representação do país...

...Assim, aquelas formulações e debates que mais diretamente apontarem para a construção do espaço, e de sua imagem coletiva deverão ser priorizados. Tendo, todavia, o cuidado de não perder a sutileza do movimento dos fenômenos atinentes ao universo da cultura. A estes discursos mais “orgânicos” (no sentido gramsciano) poder-se-ia denominar de ideologias geográficas (MORAES, 2005:33 e 35).

Dessa forma, o espaço do sertão cearense aparece em nossa investigação como hipótese de uma imagem coletiva que encontraria, no início do século XX, um dos principais momentos de sua construção, edificada através de discursos sobre o cangaço e sobre os ocorridos de Juazeiro. A área de atuação dos bandos de cangaceiros, dos movimentos religiosos tidos por fanáticos e dos rebeldes tidos por desordeiros era construída como um espaço, um retrato da distância entre um lugar desenvolvido e civilizado, a urbes moderna, e um outro, atrasado e bárbaro, o sertão cearense.

Os discursos que construía estes dois lugares, o sertão e as cidades no Ceará, poderiam muito bem ser chamados de ideologias geográficas, uma vez que, naquele momento, o espaço sertanejo era construído pelos discursos que partiam de sujeitos movidos por interesses político-culturais. No quinto capítulo de seu livro, Moraes destaca que este tipo de motivação dos sujeitos na conquista de espaços é inerente à própria história brasileira que, desde o início, se confunde com o próprio processo de expansão territorial no qual o espaço aparece como constante objeto de apropriação e conquista.

Grande parte do nacional é territorial. A construção da identidade nacional, neste sentido, é a própria construção do território brasileiro, marcada pela visão colonizadora do espaço a ser conquistado em detrimento do povo que lá habita: um mero ocupante. É neste sentido que as elites, pautadas pelo nacional como horizonte geográfico, criam os locais e o discurso do regional como espaço a ser “apropriado”, camuflando, dessa forma, as relações entre pessoas e classes, escondidas por detrás das relações entre os lugares. É o que acontece no discurso regionalista, dentro do qual São Paulo se constitui ora em explorador, ora em salvador do Nordeste, encobertando os grupos de pessoas presentes nesta relação. Para Durval Muniz de Albuquerque, esse discurso começa a dividir o território nacional entre o sul desenvolvido e o Norte miserável ainda no final do século XIX, a partir da grande seca de 1887. No livro *A Invenção do Nordeste*, este autor afirma que

O discurso da seca, traçando “quadros de horrores”, vai ser um dos responsáveis pela progressiva unificação dos interesses regionais e um

detonador de práticas políticas e econômicas que envolvem todos “os estados sujeitos a este fenômeno climático”. A descrição das “misérias e horrores do flagelo” tenta compor a imagem de uma região “abandonada, marginalizada pelos poderes públicos”. Este discurso faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional os interesses do que chama Estados do Norte, compondo a imagem de uma área miserável, sofrida e pedinte. Este discurso da seca vai traçando assim uma zona de solidariedade entre todos aqueles que se colocam como porta-vozes deste espaço sofredor. Aproxima os grandes proprietários da Zona da Mata dos comerciantes das cidades e estes dos grandes produtores de algodão ou criadores de gado. Forma o que Freire vai chamar de “elite regional”, capaz de sobreviver, durante décadas, com estes mesmos argumentos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999:59)

No caso do discurso da seca, uma elite regional ía se consolidando em torno da estratégia discursiva de inventar a região que, no início do século XX, passou a se chamar Nordeste. Este discurso apresenta o espaço regional, que tem como função esconder os sujeitos históricos ligados às elites da região, como alvo das ações governamentais que, seja no conjunto de obras ou no envio de verbas, ía mantendo estas classes abastardas. Dessa maneira, o regional se apresenta como uma representação simbólica, uma ideologia, uma leitura geográfica de um determinado espaço, legitimando projetos de intervenção no mesmo e confirmando as estruturas de classes sociais.

A construção moderna de um sertão cearense também se afeta por essa noção de ideologia geográfica presente em determinados discursos. Necessário era, para os autores ligados às elites intelectuais e políticas da capital, construir um lugar inferiorizado que pudesse, por elas, ser apropriado politicamente, culturalmente e simbolicamente. O sertão, lugar de “fanáticos”, de “homens violentos” que atuavam na ausência de um Estado forte capaz de os civilizarem, mereceria uma ação interventora destes grupos que atuavam na criação de uma “mentalidade” urbana acerca do espaço sertanejo.

Ao aproximarmos os discursos analisados em nosso trabalho da noção de ideologia geográfica de Antônio Robert Moraes estamos dizendo que, para alguns grupos urbanos, aos quais ligavam-se os autores estudados, aquele espaço deveria ser ocupado por uma cultura que representava valores e interesses das cidades modernas.

Os grupos urbanos ligados aos valores da modernidade inventavam um lugar-sertão que passava à existência no imaginário de uma coletividade litorânea, atribuindo a ele os elementos rejeitados por aquela cidade que vivia um processo modernizador. De tal maneira, legitimava-se esta própria modernização e a vitória do *ethos* urbano, criando o sertão como um lugar depósito, dentro do qual seriam despejados todos os entulhos da grande capital, tudo o que naquele momento era rejeitado por ela. Existe nisso a criação de uma determinada geografia que descreve as características do sertão, cria naquela capital determinadas imagens para aquele lugar e elabora, assim, uma ideologia geográfica para o estado do Ceará.

3.2 - TEMPOS MODERNOS E A QUESTÃO DO ESTADO NO COMBATE AO CANGAÇO

A invenção de um espaço, ideologicamente construído e confirmado como natural ou geográfico se dá dentro de uma relação discursiva na qual Juazeiro é apresentada, na capital, como um lugar entregue a velhos modos de organização política e a um tipo específico de violência ligado ao desequilíbrio moral, à falta de instrução e ausência do Estado através de projetos educacionais. Podemos dizer que, na pena de Lourenço Filho, esse pedaço do sertão era inventado como um reduto do arcaico em contraposição ao moderno que lhe entusiasmava quando chegou à Fortaleza.

É possível afirmar, também, que nossos três autores escrevem a partir de um paradigma moderno que se forma no início do período republicano, se cristalizando nos anos 30 do século XX. Este paradigma, entendido por Micael Hersherman como um conjunto de questões/problema, de procedimentos e de hábitos internalizados (mesmo que inconscientemente) tinha por base três formas de saber: a medicina, a engenharia e a educação (Herschermann, 1994:13), todas engajadas na tarefa de “fazer” uma nação formulada na síntese do binômio: identidade cultural-identidade nacional.

Nesse sentido, o olhar de Lourenço Filho para o sertão do Ceará se lançava a partir de um campo discursivo no qual se encontrava a educação que, a partir do compromisso

com um Brasil moderno, capaz de libertar o presente de um passado rural e colonial que precisava sucumbir em detrimento do universo cognitivo modernizante no qual se acomodava o discurso do autor. É importante lembrar que

As décadas de 1920 e 1930 foram cruciais para a reconstrução do campo pedagógico em nosso país. Nessas décadas, não só tiveram curso diversas reformas de instrução pública que atingiram os principais centros urbanos, mas também foi explicitado um vigoroso debate sobre os rumos da educação das elites e da educação popular. Nesse momento histórico, a preocupação com a defesa da qualidade de ensino trouxe à tona a defesa do saber técnico-científico e da renovação do ensino secundário e superior. (HERSCHERMANN, 1994:38)

Era nesse contexto em que a educação assume lugar estratégico dentro do projeto de modernizar o país, que Lourenço Filho analisava as questões de Juazeiro. Para o autor, os investimentos educacionais e a liberdade política eram antídotos para o problema dos sertões do norte.

... os remédios.

Eles se resumem, numa palavra, em maior liberdade política aos escravizados estados do Norte e, em distribuição de justiça e educação, ao povo dos sertões.

A palavra “educação” aqui não significa apenas o ensino primário, tal como o possuímos, ou trabalho alfabetizante. O problema educacional brasileiro é muito mais complexo do que a simples alfabetização, que só poderá ser proposta, como solução empírica, pelos que desconhecem o meio e suas necessidades ou os resultados sociais do simples aprendizado da leitura e escrita. (LOURENÇO FILHO, 2002: 142)

Portanto, era a partir de um campo de conhecimento engajado na tarefa de erguer, no Brasil, a nação moderna dos trópicos, que Lourenço Filho elaborou seu discurso sobre uma Juazeiro que, ao comportar um fenômeno social como o cangaço, se estabelecia, para o autor, como um lugar de tradições, costumes e carências incoerentes com o rumo moderno que deveria tomar o país e que o litoral, representado por Fortaleza, parecia apontar.

Simultaneamente à fase de explosão religiosa em Juazeiro, o centro religioso do sertão cearense passava a ser visto também como um abrigo de cangaceiros, o que aumentava sua imagem de lugar distante da civilização moderna que atingia o litoral, segundo a intelectualidade urbana. No decorrer dos anos vinte, o bando de Lampião ampliava seu campo de atuação e seu número de adeptos, atingindo o sertão do Ceará e conquistando notoriedade na imprensa da capital que fortalecia o discurso depreciativo acerca do sertão do estado, se aproveitando da presença do cangaço, para descrever aquela região como um lugar sem lei, violento e bárbaro. Em uma das páginas de seu livro, Lourenço Filho destaca um dos artigos que a imprensa fortalezense divulgava nesse sentido:

Os bandoleiros chegaram via Barbalha, acoitando-se nas imediações da fazenda do deputado Floro Bartolomeu, até às dez horas da noite, quando se transportaram ao centro da cidade, hospedando-se em casa de um dos tipos *sui-generis* do Juazeiro, o poeta popular João Mendes de Oliveira, que se intitula jocosamente ‘historiador brasileiro e negociante’. Aí fomos encontrar o bando sinistro que se compõe de quarenta e nove homens e o famoso facínora, perfazendo um total de cinqüenta homens. Estão muito bem armados e municados; vestem, na maioria, brim cáqui; trazem chapéus de couro quebrado na testa e lenços de diversas cores, predominando o verde e o encarnado, amarrados ao pescoço. O armamento de cada um é rifle ou fuzil máuser, revólver e punhal; à cintura trazem três ou quatro cartucheiras, acondicionando nelas, cada homem, um total de quatrocentas balas! “As autoridades policiais do Juazeiro quiseram agir à altura das circunstâncias. Tiveram, porém, de recuar dos seus intentos, cedendo à pressão dos ‘segredos da natura...’. “Não há no vernáculo um adjetivo bastante forte que caustique a abjeção desse fato. A realidade é que Lampião, homem fora da lei, perseguido pelas polícias dos estados do Nordeste, em nome da honra, da família e do sossego público, da propriedade privada e do direito de vida, enfim, dos princípios mais rudimentares da moral coletiva, estava no Juazeiro com a confiança de um cidadão que nada deve à justiça e quase com honra de triunfador.²⁶

A idéia de que um bando de cangaceiros como aquele pudesse gozar de hospedagem na casa de um cidadão comum era, no mínimo, excêntrica numa capital que se remodelava de acordo com os padrões de civilização e cultura européia. No mesmo sentido, parecia ser inadmissível para a imprensa fortalezense que um sacerdote católico pudesse cultivar qualquer

²⁶ *O Ceará*, jornal diário de Fortaleza, apud LOURENÇO FILHO, idem, p.115.

tipo de relação com um cangaceiro. O mesmo jornal mandou perguntar ao padre Cícero Romão Batista por que não mandava repelir ou prender Lampião, pois que tinha a seu dispor oitocentos homens, armados e municados, do batalhão patriótico. E ele respondeu textualmente:

Não, meu amiguinho! Lampião procurou o Juazeiro com intuitos patrióticos (sic!); ele pretende se alistar nas forças legais para dar combate aos revoltosos. Uma vez vitorioso, espera que o governo lhe perdoe os crimes. Este homem que veio ao Juazeiro, confiar em minha proteção, pretende se regenerar. Se não for possível alistá-lo nas forças legais, eu o encaminharei para Goiás, onde levará vida honesta, como já fiz com Sinhô Pereira e Luís Padre. Está mais ou menos demonstrado que os governos de Pernambuco e Paraíba não conseguirão prender Lampião, entregando seu bando à justiça. O povo é sempre prejudicado nestas coisas: é vítima de Lampião e muitas vezes da polícia também... Esse estado de coisas pode ser modificado facilmente: eu consigo que Lampião se vá embora para muito longe, e, assim, ficaremos livres deles. “Porém, mandar prendê-lo aqui em Juazeiro, nestas circunstâncias?! era um ato de revoltante traição, indigno de qualquer homem, quanto mais de um sacerdote católico. “Eu prevejo que muita gente agora e principalmente meus desafetos vão dizer que eu estou mancomunado com Lampião; mas, não é tal. Aqui no Juazeiro, eu recebo todas as pessoas que me procuram e fico satisfeito em prestar assistência a um transviado da sociedade procurando guiá-lo no bom caminho.

– Mas padre Cícero, o governo pode anistiar ou perdoar criminosos comuns?
– Pode, meu amiguinho, pode...²⁷

Na “civilização do litoral”, não havia espaço, hábitos e costumes alternativos ou leis alternativas, o código social era estrito e dizia respeito a tudo o que circunscrevesse o progresso, a ciência e à civilização. O que podemos observar nesta matéria do jornal *Diário do Ceará*, são críticas à suposta proteção de Padre Cícero a Lampião, destacando a situação de Juazeiro como um estado dentro do estado, um lugar que possuía suas próprias leis, desrespeitando a Constituição nacional. Uma região dessas, de hábitos tão atrasados, inalcançada pela ciência e pelas novidades da vida moderna e agora pela jurisdição do próprio país precisava sofrer medidas federais para integrar-se à nação que tinha de ser construída rumo à civilização.

²⁷ *O Ceará*, jornal diário de Fortaleza, apud. Ibidem, Ibdm.

Nesse sentido é que o cangaço ia se confirmando, tal qual a religiosidade, ou a Sedição, como um emblema da situação de perdição moral, atraso e descontrole governamental na qual se encontraria a distante Juazeiro. No discurso de Lourenço Filho, este conjunto de acontecimentos ligados àquele lugar o transformavam em uma região caótica que perturbava o desenvolvimento do estado. Nessa direção, o autor destaca que

Outros efeitos igualmente tristes teve a sedição do Juazeiro. Da perturbação geral da vida econômica do estado, ainda hoje se ouvem ecos justificados. Da desorganização administrativa, basta citar a perda de arquivos e documentos, alguns de valor histórico notável, e a ereção do Juazeiro como estado, dentro do estado. Do desequilíbrio moral, a perpetuação da sua questão religiosa. Das perturbações jurídicas, sobre as conseqüências incalculáveis da apologia do crime, o fato de a Meca do Cariri tornar-se a um tempo o quartel dos cangaceiros de todos os sertões do Nordeste. A este propósito, foram perfeitamente expressivas as declarações de seu chefe, quando, afrontando o próprio Batalhão Patriótico de Floro Bartolomeu, entrou no Juazeiro, ostensivamente, com toda sua gente, o temível bandoleiro Virgulino Ferreira da Silva, o celeberrimo Lampião, estripador de crianças e incendiário “rei do sertão”, que ainda há pouco “declarou guerra oficialmente” aos governos da Paraíba e Pernambuco... Lampião é um expoente, apenas, da malta de celerados que tem feito do Juazeiro o seu quartel-general, como tem sido abundantemente provado. (LOURENÇO FILHO, 2002:115)

Durante todo o livro de Lourenço Filho, seja nos momentos em que o assunto é a religião, seja em outros em que o tema é a sedição ou o cangaço, Juazeiro aparece como um lugar esquecido pelas autoridades políticas estaduais e federais, entregue a velhos modos de organização política locais e a um tipo específico de violência ligado ao desequilíbrio moral, à falta de instrução e presença do estado através de projetos educacionais. Podemos dizer que, na pena deste autor, esse pedaço do sertão era inventado como um reduto do arcaico em contraposição ao moderno que lhe entusiasmava quando chegou à Fortaleza. Este depósito de valores antigos agora rejeitados na capital, através do discurso do escritor, vai se redesenhando como espaço, fruto de uma ideologia que inventa regiões geográficas como uma espécie de outro inferior para, desse modo, erguer a superioridade do urbano, do moderno, do litorâneo.

O conjunto de textos composto por matérias dos jornais de Fortaleza e livros de autores como Lourenço Filho indicam a existência de uma cultura política e intelectual que, a partir de pressupostos da cidade moderna, enxergava o sertão, sua religião, seus fenômenos

políticos e sociais inventando na capital, e para ela, um espaço outro que viesse a confirmar os valores cosmopolitas como vitoriosos, coerentes e acertados em detrimento de seus contrapontos. Dessa maneira, o sertão que chegava à capital pela pena destes homens, acrescentava a um imaginário pré-existente novos enunciados e novas imagens, os quais faziam sentido em uma urbe que supunham estar se tornando cada vez mais moderna.

Em outro artigo do mesmo jornal, desta vez de 1926, as elites da capital se opunham à religiosidade sertaneja, não apenas através de argumentos científicos e pedagógicos, mas pela oposição política a Padre Cícero. Na capital, parte da imprensa tentava construir para o padre a imagem de um líder de fanáticos e protetor de bandoleiros, incapaz de representar politicamente o estado. Sob o título “Crueldade e ridículo que deviam ser evitados”, publicou o diário *O Ceará*, de Fortaleza, em seu número de 9 de abril de 1926, o seguinte artigo editorial:

O Ceará em peso ficou certo ontem de que o padre Cícero aceitou a sua candidatura para representante do Estado. O seu telegrama ao deputado José Accioly, por nós divulgado, afastou a esperança de que o conhecido sacerdote, em um assomo de bom-senso, recusasse um mandato a que não pode, por motivos diversos, dar cabal desempenho. S. Sa não só aceitou o honroso posto, mas também aproveitou a oportunidade para manifestar o seu ressentimento contra os que se insurgiram contra essa idéia.

Estando nós entre os que pensam dever ser a representação de um Estado confiada a sua elite intelectual e aos seus valores sociais, enfileiramo-nos por isso na legião contrária à indicação do nome do chefe político do Juazeiro.

Conosco está, nesse caso, a quase unanimidade da população cearense, o que não impede a vitória da insignificante minoria do outro lado. Sempre fomos, e continuaremos a sê-lo por muito tempo, governados por essa parcela diminuta do povo, constituída pelos políticos profissionais.

A falta de organização das classes, a ignorância das massas, a ausência de imprensa independente, todos esses fatores permitirão que os detentores das posições de mando continuem imperturbáveis a dirigir a coisa pública sem consultar o sentir popular.

...

De nossa parte, estamos certos de que os cearenses não nos farão a injúria de supor que os motivos determinantes de nossa atitude sejam ditados por interesses partidários ou por afeições ou inimizades pessoais. É-nos indiferente que o padre Cícero pertença à facção a ou b, e da sua pessoa jamais recebemos senão provas de atenção cavalheiresca.

Distinguimos, porém, o homem público do particular. Devido a essa estranha confusão é que cada agremiação política que atinge o poder divide entre os seus parentes e amigos do peito os cargos por sua natureza destinados aos mais capazes, aos mais dignos.

...

Sob o ponto de vista cultural, por mais baixo que esteja o nível da Câmara, S. Sa não está em condições de representar a intelectualidade cearense. De inteligência não acima do comum, tendo a ilustração teológica dos seus pares, o pastor do Juazeiro, por ter confinado toda a sua vida na estreiteza do meio sertanejo, é hoje um cérebro anquilosado, povoado de imagens do fanatismo e do cangaceirismo.

...

Se mais zelosos pelo nome do Ceará e mais amigos do padre Cícero, os chefes dos nossos partidos convenceriam ao velho sacerdote, para cuja vaidade agora apelaram, que se retraísse na sua modéstia juazeirense e terminasse pacificamente os seus dias, entre os fanáticos, seus filhos prediletos, e os bandoleiros, nutridos da sua tolerância.²⁸

O texto agora destacado, em nossa interpretação, representa bem a atuação do discurso na divisão espacial do território cearense. A dificuldade em aceitar que o cargo de vice-governador fosse ocupado por Padre Cícero devia-se a alguns argumentos principais. Primeiramente, Cícero Romão não era um “político profissional”, não pertencia à elite intelectual e não era reconhecido como um “valor social” do estado, por segundo, o “político” em questão era um religioso ligado ao catolicismo popular, visto por parte de uma elite na capital como alienado, todavia, o que nos chama mais a atenção é o fato de que, não se importava, a redação do jornal, que o padre continuasse a exercer cargos políticos em Juazeiro, onde era vice-prefeito, nem que terminasse seus dias entre fanáticos e cangaceiros, uma vez que esta atuação se desse em seu território local, o que nos sugere que o sertão já era compreendido na capital como o lugar dos valores invertidos, o que não poderia ser tolerado era a invasão do sertão no litoral através da ocupação de um cargo estadual que deveria ser naturalmente preenchido por nomes da capital.

O sertão não deveria ser extinto, pelo contrário, era um lugar que tinha lugar dentro da divisão espacial proposta pela cultura intelectual que separava o Estado do Ceará em dois espaços, cada qual com suas funções bem definidas, cabendo à capital o papel de vanguarda e às regiões sertanejas a função de “monturo da História”.

Neste texto do jornal *O Correio do Ceará*, intitulado “POLÍTICA DO INTERIOR DO ESTADO”, percebemos que a idéia de um sertão politicamente atrasado circulava na capital, no meio

²⁸ Ibidem, ibdem, p. 116.

da imprensa de Fortaleza, demonstrando que os autores estudados como fontes nesta pesquisa se pronunciavam a partir de um campo de significações mais amplo.

São ainda muito primitivos e pouco edificantes os costumes políticos do interior do nosso estado.

Sabemos que no solo cearense, lutas crudelíssimas foram travadas a efeito, ao sabor das paixões partidárias, terminando, não raro, em hecatombes lamentáveis, [...]. Nestas lutas nefastas, determinadas por velhos ódios e preconceitos, hoje evanescidos, famílias inteiras de grande prestígio no Ceará, foram trucidadas, ficando dessa época uma tradição deplorável de sangue e covardia.

J. Brígido, em suas obras históricas, atribue o facto à perversidade e malvadez com que os nossos maiores tratavam os animaes, queimando-lhes as carnes a ferro em brasa e mutilando-os cruelmente no interior da colônia. Mas essa idade passou, como disse Euclides da Cunha, avançou nos sertões impelida por essa implacável força motriz da história, destruindo os prejuízos das épocas passadas, adoçando e reformando os antigos hábitos avoengos.

As idéias de solidariedade [ilegível], de tolerância e complacência por quanto [ilegível] considerar pensamentos retrógrados tomaram incremento, e os sertanejos começaram a fazer sua política inspirada por melhores methods, sobretudo em certas zonas do Ceará onde a instituição anacrônica do cangaceirismo e dos valentões nunca prosperou.

No entanto, como sobrevivência dos velhos homens ficou sempre entre nós a preocupação do mandonato de aldeia em que indivíduos influentes, graças ao prestígio da fortuna ou do apoio oficial, procuram manter uma supremacia condenável dispondo a seu [ilegível] e das disposições [ilegível] sem medir o alcance e a estupidez de taes processos inteiramente antagônicos às vastas aspirações democráticas dos tempos correntes.

Tal mandonato, que nenhuma vantagem traz a coletividade tem [ilegível] único e maléfico efeito disseminar as dissensões, as incompatibilidades, as pequenas intrigas [ilegível] estabelecendo as competições no seio das famílias, tornando mais monótona, mais árida e insuportável a vida no interior.

[...] Taes idéas vem-nos à penna acidentalmente, em face dessa sombria tragédia de que acaba de ser theatro a civilizada cidade de Sobral, na qual, por motivos afinal de pouca monta, cidadãos úteis à Pátria e à família se trucidam, barbaramente, alarmando a opinião pública e máxime tendo-se em conta os fóros de terra civilizada de que, com justiça, goza aquela região de nosso estado.

[...] Fica, pois, aqui a expressão da nossa mágoa e da nossa condenação a tão violentos processos que a nossa civilização, a nossa cultura, o nosso progresso moral não podem aceitar como justos e efficazes.²⁹

²⁹ O Correio do Ceará. Fortaleza, terça feira, 17 de Junho de 1924 POLÍTICA DO INTERIOR DO ESTADO

No texto acima, pode-se observar que pequenos focos de progresso e civilização eram notados no interior do estado mas, sempre, identificados a partir do modelo seguido por Fortaleza. Este parecia ser o caso da cidade de Sobral, onde o cangaceirismo não teria prosperado. Este fenômeno social parecia ser identificado no texto da imprensa fortalezense com certa cultura de valentia que imperava no sertão e que seria responsável por um modo de fazer política acusado no texto de “primitivo”, uma vez que baseado nas disputas assassinas de famílias locais.

Ao acusar as práticas políticas do sertão, o jornalista expõe os mesmos paradigmas da modernidade presentes nos livros dos autores estudados neste trabalho. O modo de vida e o comportamento político e social do sertanejo era sempre ultrapassado, distante das idéias de progresso e civilização que circulavam na cidade que, vista de um ângulo elitizado, parecia moderna.

Colaborando com a tarefa discursiva de separar litoral modernizado e sertão no Ceará, podemos observar, nos artigos da imprensa, que as idéias defendidas por Lourenço Filho, Rodolfo Teófilo ou Gustavo Barroso, não vagavam solitárias pela capital cearense nem mesmo no país como um todo, pelo contrário, representam um largo campo discursivo composto por muitos pares, vindos de grupos diferentes, mas afinados em torno da necessidade de construir uma nação moderna que precisava unir seu território em prol de uma sonhada homogeneidade. Em certo momento do *Juazeiro do Padre Cícero*, Lourenço Filho se diz acompanhado de Gustavo Barroso, Leonardo Mota e Pereira Costa para, através do estudo do folclore, “flagrar demonstrações da alma primitiva do sertanejo!”³⁰. Em outro trecho, o autor aponta vários nomes dentro e fora de Fortaleza que, unidos a ele, possuíam um olhar semelhante a respeito de Juazeiro e do sertão do Ceará, era o caso de: Rodolfo Teófilo, do padre Manuel Macedo e de três jornais de Fortaleza: *O Nordeste*, *O Ceará* e o *Correio do Ceará*. Fora do circuito político do estado, o fenômeno religioso de juazeiro era atacado por mons. Tabosa Braga, dr. Philipp von Luetzelburg, naturalista da Universidade de Munique, dr. Paulo de Moraes Barros e dr. Zenon Fleury Monteiro.³¹

Portanto, é dentro de um campo discursivo bastante elástico que Lourenço Filho, provável autor do livro mais lido entre os analisados neste trabalho (devido às premiações, o

³⁰ LOURENÇO FILHO, Idem, p119.

³¹ Ibidem, Ibd:141, 142.

número de cópias e a projeção nacional), mas também Rodolfo Teófilo e Gustavo Barroso encontram pares e leitores dos seus discursos. Esta teia de relações entre intelectuais, jornalistas e escritores fortalezenses ou, de alguma forma, a eles ligados, afinava-se em torno do interesse de construir determinadas características para a nação e, preocupados com isso traziam, através de seus textos, o sertão para o litoral, desenvolvendo um imaginário negativo acerca daquele espaço. É de dentro deste campo que retomamos outro personagem, o qual passa a receber mais ênfase nas próximas páginas deste trabalho sobre a divisão do Ceará em sertão e litoral a partir dos discursos fortalezenses acerca do interior do estado, no início do século XX. Estou falando de Gustavo Barroso.

3.3 – O USO DO CANGAÇO NA CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO BÁRBARO.

Dos assuntos mais recorrentes na obra de Gustavo Barroso, a violência e a religiosidade são os que mais nos interessam e os “typos anormáes” descritos em *Terra de Sol* (1912) são, justamente, o curandeiro e o cangaceiro. Ao tentar estudar descritivamente o cangaço o autor aponta para a seguinte classificação:

O bandido, o salteador, o degenerado tôrve de faculdades deprimidas, o chefe político vingativo e máu, o criminoso romântico mixto de generosidade e selvageria, crueldade e nobreza, o chefe de família pundonorosa, susceptível, barata, o foragido, todos são cangaceiros.(BARROSO, 2006:152)

O sertão de Gustavo Barroso era um lugar “anárquico”, carente de autoridade, de moral e de centralização política. Seriam os próprios políticos da região que prolongariam suas mais grosseiras características e faziam isso porque o governo estadual e federal não tomava pra si a responsabilidade de, através de medidas educacionais, políticas e de saúde, civilizar aquela sociedade, tornando-a mais próxima do litoral e da nação desejada. Era dentro daquele

ambiente desassistido nas suas mais elementares necessidades que o homem sertanejo adquiria a tendência de cultuar a bravura do crime:

A tradição mantém o culto pela bravura e mesmo pelo crime. [...] Na época atual estamos a vêr a feitura dum verdadeiro romancero dos 'apaches', isto é, dos gatunos e rufiões. Feitos de bandidos sanguinários ou românticos [...] a vida vagabunda e feroz dos Silvinos e Brilhantes, são os assuntos predilectos dos cantadores nos sambas e enluarados terreiros de vendas. O matuto vive dentro de um ciclo de canções de gestas, que reproduzem, augmentando-os os feitos ancestráes. (BARROSO, 1917:47-48)

A Fortaleza moderna dos boulevard, cafés, da moda parisiense, dos bondes, da luz elétrica, dos traçados urbanísticos, das instituições de repressão e de isolamento da pobreza, através de suas elites intelectuais olhava o sertão do estado com certo estranhamento e repúdio, deixando para o mesmo a imagem de um espaço caduco e vencido pelo tempo. A própria pobreza urbana, quando impossível de ser negada, em alguns textos era relacionada à presença do sertão dentro da cidade, seja através dos retirantes ou mesmo por meio de comportamentos impróprios de fortalezenses que, quando mal educados ou violentos, eram acusados de mais parecerem a sertanejos, travando o suposto desenvolvimento moral e o progresso da cidade.

Essa idéia de atraso era bastante presente nas obras em que Gustavo Barroso se dirigia ao sertão, o homem sertanejo, pelo qual não negava os sentimentos, era um ser arcaico para o autor, isolado dos progressos e da modernidade, mal educado e desprezado pelo poder público:

O habitante do sertão será, assim, murado em um ambiente em que não há qualquer desenvolvimento, ignorando quasi por completo a civilização moderna, em contato diário com as tradições únicas da raça e do meio, revendo o passado em todas as manifestações da vida, enchendo-se de preconceitos de outros tempos, procurando imitar os antepassados e praticar hoje acções compatíveis com o estado social de séculos atrás. Demais, a luta feroz desse homem desprezado pelo poder público, insulado, contra a natureza armada com todas as armas dá-lhe grande pretensão de

superioridade e torna indomável a altivez do character, poucas vezes máu e sempre pessimamente educado. (Ibdem, Ibdí:27)

Era incômodo para um escritor da capital que, dentro de seu próprio estado, em pleno século XX, no momento em que Fortaleza já era nacionalmente reconhecida como uma cidade moderna, existisse uma região tão presa a tradições indicando a presença de um tempo que, àquelas alturas, já era passado no litoral. A Fortaleza litorânea sofria a disciplinarização de seus costumes e imposição de novos padrões europeizados, em diversas de suas condutas públicas ou privadas, ao comungar dos ideais de progresso e modernidade que muitas das capitais experimentavam naquele momento. Um dos cartões de acesso para este mundo moderno, no discurso de Gustavo Barroso e também de Lourenço Filho, seria a educação, sua ausência, para ambos, era a grande responsável pelo atraso do sertão que, para o primeiro, era um lugar quase que completamente ignorante e que precisava ser ensinado, de acordo com a “cartilha” litorânea desenvolvida, atual e civilizada:

Porque, depois que o jesuíta foi espulso, ninguém ensinou mais coisa alguma ao sertão. Ao tempo da monarquia, eram pouco numerosas as escolas públicas. As da república não são também em grande número e a politicagem impede que produzam benefícios reaes, removendo professoras, a fim de servir antiphatias de potentados, pagando-as mal e com atraso, quase não provendo os estabelecimentos de material escolar e não fiscalizando o ensino. Os estados, chamando a si as rendas dos municípios, obrigaram-nos a fechar as escolas municipaes. Algumas de menos. A frequência das classes é difícil; as distâncias grandes e exíguas as conduções. Os meninos dos povoados aproveitam alguma coisa. Os dos arredores pobres, precisando ajudar os paes da labuta diaria ou madraçando, porque não os obrigam a aprender, impedidos de frequentar a aula todo os dia pela extensão da caminhada. Pouco ou nada adiantam. Ha sem exagero uma proporção de 97% de analphabetos!(Ibdem, Ibdí:36-37)

Os desafios de “conquistar” o sertão através da educação seriam grandes e os inúmeros problemas como as grandes distâncias, a falta de transportes e a politicagem na região impediam o ensino dos sertões. Estes problemas deveriam ser enfrentados por um Estado que já possuía o grande desafio de combater o cangaceirismo apresentado, também, como uma alternativa de vida atraente para uma região analfabeta que tão poucas oportunidades deixava para os sujeitos de seu espaço.

Nos diversos livros escritos sobre o cangaço, Gustavo Barroso sempre aborda o problema das causas deste fenômeno e das possíveis soluções que passavam pela intervenção do governo nos sertões. Por isso, o tipo de atuação assumida pelo Estado no sertão cearense também era discutida pelo autor que via na ação policial absolutamente equivocada uma das causas do cangaceirismo. Este assunto específico foi abordado com insistência pelo autor:

A ação violenta, injusta e brutal da polícia tem de ser sociologicamente computada entre as causas principais do cangaceirismo. Provemos com factos. A Ramos *O Ceará* de 9 de Agosto de 1929:

“Espancado por nove soldados de polícia, enlouqueceu – Granja 7 – Meu marido foi barbaramente espancado por nove soldados de polícia, ficando muito doente. Depois de tamanha atrocidade, permaneceu trinta e seis horas na cadeia. Dois dias após o espancamento, ficou louco. Chamado o médico, Dr. Jacome de Oliveira, este atribuiu a perturbação mental a fortes pancadas vibradas no craneo. Pedi providências ao dr. chefe de polícia, de quem espero ação enérgica. – Rosa Pereira de Lima.”

Amanhã, os filhos ou parentes dessa vítima matam o responsável direto por esse espancamento, que não foi punido. Persegue-os a justiça. Eles amontoam-se e tornam-se bandidos. Quem os gerou? A polícia. (Ibidem, Ibd:64)

Dentro de uma época em que os problemas sociais eram encarados como questões de polícia, Gustavo Barroso parecia se colocar um passo a frente de seu tempo, a exemplo dos outros dois autores analisados nesta pesquisa uma vez que Teófilo e Lourenço Filho, sempre que cumpriam aquilo que consideravam parte de suas missões intelectuais, a saber, a denúncia dos problemas sertanejos, tal tarefa se fazia acompanhar de uma agenda de ação do governo que, muitas das vezes passava pelo que hoje chamamos de políticas públicas.

A repressão policial eficaz, muitas vezes apontada como principal medida de combate ao crime era, na verdade, questionada por Barroso que, neste ponto, acabava se colocando ao lado dos sertanejos, inocentando-os de seus envolvimento com o cangaço que, para o autor, muitas vezes se dava como uma espécie de reação à desastrosa presença policial na região sertaneja. Por isso, em outro momento do mesmo livro, Barroso chega a preferir o cangaceiro ao policial!

Os exemplos mostram que os bandidos sertanejos, quase sempre, procuram fazer com suas mãos a justiça que lhes negaram magistrados, policiais e governos. De mim sei que, na maioria dos casos, prefiro os cangaceiros sem farda aos cangaceiros de farda. Aqueles são, muitas vezes, almas de aço. Estes raramente não são almas somente de lama. (Ibdem, Ibd:69).

Diante das injustiças tantas vezes praticadas por policiais e da ausência de aplicação da justiça que deveria ser atributo do governo no sertão, Barroso acabava inocentando e vitimizando aqueles sertanejos que, desassistidos pelo Estado, acabavam optando pelas formas de criminalidade mais comuns em sua região. Todavia, eram várias as direções tomadas quando se tratava de explicar o cangaceirismo e, neste texto, o problema era apontado como de ordem política e econômica:

É necessário e urgente dar trabalho organizado às populações do interior nordestino, dar-lhes onde, como e em que empregar suas energias. Para isso, sanê-se o sertão, captem-se as águas fugidias e irreguem-se as terras ferazes que a sêca torna inúteis. O problema é, antes de tudo, de natureza econômica. Dêem-se-lhes comunicações, transportes, instrução e justiça. Somente um conjunto de medidas dessa ordem acabará de vez com os cangaceiros, productos de uma casualidade complexa que unicamente uma série complexa de providencias poderá extinguir! (BARROSO, 1930:14-15)

Ao pensar nas formas de corrigir o sertão, ou ainda, de preenchê-lo através da presença do litoral em suas maneiras de organização social, Gustavo Barroso usa um discurso muito semelhante ao de Rodolfo Teófilo e, em especial, de Lourenço Filho ao sugerir o uso de um instrumento clássico da modernidade, o Estado, para a aplicação de valores modernos como a ordem, uma vez que solicitava a criação de trabalho organizado para as populações sertanejas. Neste sentido, é possível acenar para uma acomodação deste autor em um circuito de pensamento relacionado com uma tradição de intelectuais positivistas que, desde a implantação do regime republicano, construíam uma tradição de pensamento a respeito do papel do Estado na construção da nação.

Sobre a relação de intelectuais positivistas, “construtores da nação moderna”, com o Estado, Micael M. Herschermann afirma que

Os positivistas que, participaram ativamente na mudança do regime, queriam delegar ao Estado, e de maneira incontestável, a administração dos interesses públicos, a organização social. E mais, queriam deixar por conta deste Estado autoritário republicano a tarefa de levar o país a uma posição que o deixasse em pé de igualdade com a Europa. Em suma, os intelectuais daquele período acreditavam que a “nação” tão almejada podia ser alcançada do “alto para baixo”, ou seja, a “nação”, nos discursos destes positivistas, personificava-se no Estado. (HERSCHERMANN, 1994: 25-26)

A geração dos anos 20-40 não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou em alto e bom som sua vocação para elite dirigente (DANIEL PÉCAULT. Os intelectuais e a política no Brasil. Apud. Ibidem, Ibd:32).

A aproximação do intelectual Gustavo Barroso do Estado parecia consistir no auxílio que o autor, conforme os intelectuais de sua época, pretendia prestar à instituição estatal através do apontamento dos problemas da nação, em contrapartida, era cobrado, por parte de Barroso uma intervenção do Estado na realidade do sertão.

Na agenda de intervenções estatais, constava o saneamento básico, a captação das águas e irrigação das terras, a criação de meios de transportes e comunicações, além de projetos educacionais e moralização do espaço através da aplicação da justiça. Dessa forma, com a preciosa colaboração do Estado, apontava-se para uma conquista do espaço sertanejo, vencido pela marcha inevitável do progresso, da civilização e do modelo litorâneo elitizado de organização social.

Nesse ponto específico da visão sobre a atuação do Estado no sertão, é possível perceber que a presença do governo atuando na definição espacial sertaneja era algo desejado, exclusivamente, por parte da sociedade litorânea. O sertanejo, segundo Gustavo Barroso, não parecia simpático às ações governamentais de interferência em seu espaço. Esta interpretação pode ser discutida quando o autor escreve acerca da admiração do homem do sertão ao cangaceiro em detrimento de sua antipatia aos policiais:

O sertanejo detesta o policial, vê nele o seu maior inimigo. Apelida-o *caximbo*, *macaco*, *pitéo*, *mata-cachorro*. Enquanto o bandido, muitas vezes, de fundo romântico, quixotesco, saqueia o rico e distribue o que tem com o

pobre, o soldado de polícia persegue o pobre e ajuda o rico, o chefe das vilas e cidades, nas suas vinganças e tyrantias. Além disso, como mercenário, falta-lhe a coragem, o denodo cangaceiral que as canções popularizam e a alma do povo compreende e admira comovida (p.54)

Jesuino Brillhante obrigava os sedutores a se casarem com suas vítimas, fazia alta e baixa justiça a seu modo, e distribuía viveres aos famintos, nas secas. É o que reza a tradição. Dizem que Lampeão enche de dinheiro os cofres das igrejas e dá esmola aos pobres que encontra. O contrário corre o mundo a respeito das polícias. (Ibdem, Ibd: 54 e 60)

Enquanto o cangaceiro era admirado pelo sertanejo devido a sua coragem e solidariedade, os policiais eram rejeitados e, segundo Barroso, vistos no sertão como homens pequenos e mesquinhos, que se vendiam por dinheiro, opostamente aos cangaceiros que, diferente dos jagunços (espécie de cangaceiro que “trabalhava” para os coronéis e grandes proprietários rurais), viviam em “liberdade” pelo sertão, sem ter que prestar contas a nenhum tipo de patrão, se tornando menos apegados ao dinheiro.

Mesmo algumas matérias de jornais das capitais, ainda que raras, reconheciam o despreparo policial e concordavam com os sertanejos que desaprovavam a ação da polícia, braço litorâneo, no sertão do estado. Neste trecho do mesmo livro, Gustavo Barroso, citando artigo do jornal *O Ceará* de 21 de Junho de 1927, destaca:

Os nossos conterrâneos do sertão tem mais receio dos defensores da ordem que dos próprios bandidos.

Lampeão penetrou pelo Sul do Estado, demorou-se alguns dias no Cariri e não nos consta que tenha feito o menor mal à população, a não ser o susto.

O mesmo não se deu com as polícias alagoana e Pernambucana, que, durante a sua estadia no sul do estado, praticaram violências que só egressos das penitenciárias seriam capazes. (Ibdem, Ibd:60)

Se até mesmo nas cidades, de onde partia um discurso a favor da intervenção do Estado em um sertão com modos de vida considerados ultrapassados, alguns jornais reconheciam a lamentável participação da polícia na repressão às atividades do cangaço, no sertão, o policial era, de fato, reconhecido como um inimigo, espécie de contraponto do cangaceiro que gozava de apoio de boa parte daquela sociedade na qual os mais jovens, muitas vezes, sonhavam com a possibilidade de entrar para o cangaceirismo passando a viver vida

mais livre e aventureira e, os mais velhos, sustentavam o sistema de acobertamento dos cangaceiros ora por medo, ora por admiração e respeito à coragem dos “reis da caatinga”.

A respeito dos sentimentos que a crueldade policial acendia no povo sertanejo, Gustavo Barroso destaca o poema popular de um autor denominado de “cantor matuto”:

No bacamarte eu achei
Leis que decidem questão
Que fazem melhor processo
Do que qualquer escrivão...

Meu pae fez diversas mortes
Porem não era bandido:
Matava em defesa própria,
Quando se via agredido,
Pois nunca guardou desfeita
E morreu por atrevido.

No tiroteio, os soldados
Seis cangaceiros mataram
E pegaram nove às mãos,
Que também assassinaram:
Como se sangram animaes,
Elles aos homens sangraram! (Ibdem, Ibd:54-55)

Ao nos depararmos com textos como esses, nossas pontuações se dirigem para o tipo de sociedade capaz de gerar um produto cultural como este poema em que valores tão investidos aos das cidades modernas podem ser observados. No sertão, a lei que se fazia respeitar não era a constituição federal, mas a força do bacamarte que fazia justiça de forma imediata, ao contrário dos vagarosos processos judiciais. Naquele tipo de cultura, matar alguém não era sinônimo de assassinato ou bandidagem e, muitas vezes, a coragem era um valor superior ao da própria vida.

No livro *Guerreiros do Sol*, Frederico Pernambucano de Melo analisa, no terceiro capítulo, a tolerância sertaneja ao cangaço em contraposição a censura e repressão que este recebia da imprensa nas capitais. Para este autor, existia, no sertão, certa “atmosfera de apoio” ao cangaço que só se explicaria pela

Existência nas áreas em que isso se dá, de uma cultura profundamente afinada com os procedimentos violentos, com as atitudes de desforço familiar e pessoal direto e pelas próprias mãos, e com o arraigado culto à coragem, à valentia e ao gesto heróico, pouco importa seja este último esboçado contra a lei, esta forma coativa de desbordamento dos valores litorâneos sobre os da hinterlândia, que outra coisa não é aos olhos do sertanejo tradicional. Neste caso, viva o herói e morra a lei. (MELO, 2004:104)

No sentido colocado pelo autor, as leis eram uma forma de fazer com que os valores do litoral prevalecessem sobre os do interior que teria seu próprio sistema de significações. Para Melo, o cangaceirismo se sustentava nos sertões nordestinos graças a uma rede de apoio que tinha por base a cultura de violência característica do Nordeste rural, região áspera em que o homem precisou domar o meio pela valentia, em nome da sobrevivência, desenvolvendo características rudes e violentas.

Dentro dos sertões nordestinos, apreciava-se não um homem polido, culto ou educado, mas aquele que matava uma onça, um cantador, um vaqueiro ou cangaceiro. Segundo o próprio Gustavo Barroso, o homem sertanejo possuía a tendência de cultuar a bravura do crime, neste trecho de *Almas De Lama e Aço* o autor diz que

A tradição mantém o culto pela bravura e mesmo pelo crime. [...]a vida vagabunda e feroz dos Silvinos e Brilhantes, são os assuntos predilectos dos cantadores nos sambas e enluarados terreiros de vendas. O matuto vive dentro de um ciclo de canções de gestas, que reproduzem, aumentando-os os feitos ancestrais. (BARROSO, 1930: 193)

Estes valores estariam na base daquela sociedade e revelariam uma maneira de existência social para a qual a vida do cangaceiro fazia sentido e, por isso, este tipo de comunidade era denunciado nas capitais por alguns veículos da imprensa. Neste texto do *Jornal O País*, de 1908, o autor escreve que

Essa gente vive rodeada do mesmo prestígio inconcebível e impressionador que os mais populares bandidos, quando atesta de grupos mais ou menos numerosos de malfeitores, fugitivos das prisões e desclassificados sem escrúpulos e dispostos para tudo, têm sempre gozado entre os moradores das terras afastadas dos centros de civilização, onde esses facínoras encontram seguro agasalho, uma proteção que vai à raia do heroísmo e uma

cumplicidade moral que só por milagre escapa às malhas do código penal. (apud MELO, 2004: 105)

Nesse texto, o jornalista destaca que o modo de vida do sertanejo era notado nas capitais, onde parte da imprensa se incomodava com a “sociedade de coiteiros” e confirmava o que Gustavo Barroso também apontava: a existência de uma certa simpatia do sertanejo pelos cangaceiros que, no artigo jornalístico, era denunciada como proteção de bandidos. O autor da matéria deixa claro que o sertão dentro do qual a rede de acobertamento ao cangaço se armava era uma “terra afastada dos centros de civilização”.

Esse tipo de pensamento que dividia sertão e litoral como dois tipos antagônicos de sociedade, dando forma a um discurso que atuava a favor do projeto de elites litorâneas comprometidas com a construção de uma nação moderna de personalidade refinada dentro do que pregava a ideologia da civilização era compactuado por Gustavo Barroso, mesmo quando este autor se colocava a favor dos sertanejos no que dizia respeito a ação policial no interior do Ceará.

Tentando realizar exercícios de comparação, podemos sinalizar que, apesar de encontrarmos menos veemência no discurso de Gustavo Barroso, (afinal, diferentemente do paulista Lourenço Filho, Barroso possuía com o sertão uma relação emocional), o olhar lançado sobre a região era semelhante, marcado por uma modernidade mais veloz que se ligava a desejos de progresso e civilização e que, por isso, não poderia aceitar a presença do atraso e da barbárie naquela região que, para o segundo autor, em alguns momentos, parecia corresponder ao sertão idílico e ainda não contaminado pelas impurezas do litoral.

Apesar da inspiração inicial do sertão como um “museu” que guardava o folclore e os costumes tradicionais da nação, para Barroso, aquelas localidades, por não sofrerem as intervenções governamentais necessárias no campo da educação, da política e da economia, se constituíam em meio ideal para o nascimento e crescimento de males intoleráveis como: o cangaço, tido por bárbara criminalidade; e a religião popular, apontada como conseqüência e causa do atraso nos sertões cearenses.

Em direção semelhante às de Gustavo Barroso e Lourenço Filho, Rodolfo Teófilo ao falar sobre o cangaço compreende-o como crime e aos cangaceiros enquanto bandidos, mesmo tratamento dado pela imprensa de Fortaleza desejosa das intervenções do estado e sem

compreender como podia, em território nacional, a existência de uma zona “sem lei e sem rei” como o sertão. Escrevendo acerca do governo de Franco Rabelo, posto em “xeque-mate” pela Sedição de Juazeiro, Teófilo se regozija com as providências tomadas pelo então governador para conter nos sertões o fenômeno do cangaceirismo:

Um dos maiores serviços que o governo de Franco Rabelo prestou ao Ceará foi o combate ao banditismo. Na administração de Acióli, o sul do estado, mormente a zona do Cariri, ficou entregue a bandidos da pior espécie a serviço dos chefes políticos que, contando com as impunidades de seus crimes tinham centenas de cangaceiros prontos a satisfazerem os seus ódios e vinganças.

Cada chefe político local tinha um bando de criminosos às suas ordens. Os crimes eram cometidos publicamente e a justiça não tomava conhecimento deles. As autoridades estavam sem prestígio e completamente desmoralizadas pelo próprio govêrno, que não consentia a repressão do banditismo, porque ia de encontro à vontade de seus correligionários. Prender um assassino protegido e homiziado na casa de um chefe político, quem ousaria fazê-lo?” ... Pouco depois de assumir o governo, iniciava Franco Rabelo sua intervenção na zona do Cariri... as autoridades policiais... passaram da inércia à produtividade e em breve as cadeias estavam cheias de criminosos. Chefes locais ricos e com prestígio político foram processados e responderam a júri. As estradas, até então intransitáveis, por causa dos cangaceiros ficaram livres (TEÓFILO. 1922:27- 28).

O incômodo causado pela atividade cangaceira no sertão do Ceará dentro das elites letradas e da imprensa litorânea revelava uma grande questão: a derrota de um projeto de modernidade e civilização para a nação, o qual precisava do Estado como instrumento na sua aplicação. Portanto, quando uma região ignorava a autoridade estatal fazendo, ela mesma, suas próprias leis e se organizando socialmente segundo seus próprios códigos éticos e morais, a reação por parte dos atores sociais envolvidos neste projeto que se desenvolvia no litoral era imediata.

Portanto, poderíamos encarar essa direção urbana em torno de uma vitória do Estado contra o cangaceirismo sertanejo como uma espécie de medo social de que o sertão pudesse construir um cinturão de separação do litoral, impedindo a penetração da ordem cosmopolita. A derrota de um projeto de conversão do sertão através da ação do Estado representaria uma

verdadeira humilhação, inaceitável pelos cidadãos que expressassem seu pertencimento a uma identidade moderna e urbana.

O medo desse sentimento de derrota era transmitido pela imprensa da capital, especialmente nas notícias que veiculava sobre o tema em questão. No mesmo ano do lançamento do Livro de Lourenço Filho, este jornal de Fortaleza apresentava dessa maneira a situação de Juazeiro:

**Bandido Lampeão volta ao seu coito em Joazeiro
Como tolera o governo tamanha afronta a sua autoridade?**

Barbalha, 9 – Ontem, às 11 horas, passou por esta cidade o célebre chefe de bandidos Lampeão, acompanhado de dez malfeitores do seu grupo, todos bem armados.

Presentemente deve achar-se em Joazeiro, para onde se destinava.
Reina terror nesta cidade, inteiramente indefesa.³²

Amiúde, as notícias acerca das agitações provocadas por cangaceiros no sertão do Ceará se acompanhavam da crítica ao descaso ou fracasso das autoridades, que precisavam domar a besta-fera sertão, aplicando a este as doses necessárias de governo e civilização. Neste caso, o jornal expressa sua indignação entendendo ser inaceitável que o governo não conseguisse acabar com a ação dos cangaceiros, o que representaria a derrota da civilização moderna das cidades para as sociedades arcaicas sertanejas.

Ao desenvolver um discurso que reclamava a autoridade do Estado na vitória sobre o sertão é que nossos autores passavam a se preocupar com a questão de como direcionar os recursos a serem investidos naquela região. Para Lourenço Filho, o problema não era o povo sertanejo, já adaptado às dificuldades de sua localidade, mas as elites parasitas que se beneficiavam de suas mazelas, por isso, a solução dependia, em grande medida, dos investimentos nestas classes privilegiadas

O problema cultural brasileiro exige nesse momento, mais que tudo, uma formação de elites, na ordem intelectual e na ordem moral. Isso não significa

³² *O Nordeste*, 12 de Abril de 1926.

o abandono da rede de escolas primárias, é evidente. Será preciso fazê-la crescer sempre. Na realidade, porém, tal como elas operam e ainda por muito tempo poderão operar, de pouco poderão significar para a coordenação mental do povo, sem a existência de guias, administradores, verdadeiros políticos, capazes de compreender as necessidades e possibilidades do País. Será preciso estabelecer, pois, um sistema de cultura técnica e superior que forneça a esses homens aparelhados à solução de prementes problemas, e que haverão de reagir no sentido mesmo da educação popular nos rumos e no ritmo a desejar-se (Ibdem, Ibd:144).

Neste trecho de seu livro, Lourenço Filho reconhece sua condição de pertencimento a uma elite intelectual que se enxerga como vanguarda política de uma nação em construção.

Era o litoral, portanto, a cultura civilizada moderna e urbana, a qual já chegara à Fortaleza, que deveria dar sentido ao espaço sertanejo no Ceará. Na capital do estado, a espacialidade sertaneja contrastava cada vez mais com os hábitos cosmopolitas de uma cidade em plena *belle époque*, a importar costumes que geravam nos cidadãos privilegiados a sensação de ordem.

A imprensa litorânea também reclamava sua função dentro da tarefa de defender o modo de vida da capital que acabava se expondo, ficando em evidência a cada momento em que, no sertão, a autoridade dos cangaceiros e dos chefes políticos locais se sobressaíam em relação ao poder do Estado que, no interior, era no mínimo relativo. O cangaço era tema recorrente na imprensa litorânea na década de 1920. Neste texto, intitulado “Os acontecimentos de Souza: A acção infrene do banditismo nos sertões do Nordeste”, observa-se a preocupação, presente nos jornais de Fortaleza, em denunciar a situação de abandono policial dos sertões.

A imprensa desta capital já divulgou a triste notícia de um assalto de cangaceiros à cidade de Souza no vizinho estado da Parahyba.

A propósito desses fatos lamentáveis damos a seguir publicidade a alguns informes estrahidos de uma carta procedente de Pilões e datada do dia 30 do mês findo para um cavalheiro desta[Ilegível]

De Sábado para Domingo, a cidade de Souza distante daqui a apenas sete léguas, foi teatro de horrível scena de canibalismo.

Forte grupo de cangaceiros atacou aquela localidade, com o fito de apoderar-se do doutor Silva Mariz.

Cometeram os bandidos toda sorte de depredações e pilhagem na casa daquele cavalheiro, queimaram-lhe todos os móveis e a biblioteca e

praticaram outros saques nos estabelecimentos de outros comerciantes ali residentes.[...]

Aqui, na construção do açude, tem havido verdadeiro pânico. As famílias já se retiraram e também os fornecedores.

Calcule a situação dos trabalhadores. Tem sido um verdadeiro horror.

Pessoa aqui residente recebeu de um cangaceiro um aviso, ameaçando qualquer dia vir jantar aqui em Pilões. Estamos absolutamente sem garantia alguma, pois o pessoal que temos no serviço está desarmado. [...]

O que é fato é que as coisas estão bastante pretas.

Consta aqui que o grupo de bandidos que assaltou a cidade de Souza está com a vila de São José de Piranhas de baixo de cerco.

Estes informes bem revelam a situação de falta de garantia e de insegurança em que se encontram as populações de nossos sertões, devastados pela praga nefanda do cangaceirismo, amparado em geral pelos triunfos políticos locais.

É preciso por um termo a tão deplorável chaga social”.³³

Certamente que uma situação em que famílias, vivendo honestamente e dentro da lei, são saqueadas e feitas de refém sem qualquer manifestação do Estado que, para as classes dominantes, teria a função de proteger a propriedade privada (e esta seria uma de suas principais atribuições), iria chocar os setores medianos da sociedade fortalecendo, entretanto, podemos notar que ao escolher o termo “canibalismo” (mal aplicado ao episódio em questão) para caracterizar a ação dos cangaceiros o jornalista sensacionaliza a notícia, lançando sobre o sertão um símbolo da barbárie, clássico contraponto da civilização. Aliás, passagens que identificavam o sertão, através do cangaço, como um território bárbaro não eram raras entre os autores estudados e os textos da imprensa que, junto a eles, formavam um campo discursivo. No livro *Almas de Lama e Aço*, Gustavo Barroso escreve que:

“Assim se matava e se morria há meio século”, escreveu João Brígido em 1899. Acreditaes que o sertão mudou? Parece-me que não ou que muito pouco. O que se passa no Nordeste, actualmente, em matéria de banditismo, ensina-me que allí ainda se mata e se morre assim. E é triste que, ainda hoje, tanta energia se vá perder no crime por mera culpa dos governos que se não resolvem a encarar pelo seu verdadeiro prisma o importante problema do banditismo, aproveitando para o bem a força rude, bárbara, mas espontânea e sincera, dessas almas primitivas. (BARROSO, 1930:53)

³³ *O NORDESTE* – Terça-Feira, 05 de agosto de 1924.

Dessa maneira, por diversas vezes o mesmo sertanejo que, no início do livro *Terra de Sol* parecia ser quase um tesouro nacional, uma vez que com ele estariam os costumes mais genuínos do povo brasileiro, por conta do cangaço, vai se apresentando em sua outra face que já era fanática e ignorante por conta da religiosidade popular e, agora, vai se caracterizando pelos estereótipos do homem rude e pelas imagens de seres primitivos e bárbaros. No mesmo livro, a idéia de barbárie aparece quando Gustavo Barroso, escrevendo sobre os cangaceiros, afirma que

Os seus nomes enchem de horror as populações pacíficas, apavoram. Cada um deles é um rosário de torturas, sevícias, barbaridades daomeanas, cenas repugnantes de sensualismo objeto – estigma das mais baixas e depravadas inclinações. (Ibdem, Ibd:85- 86).

Somente no livro *Almas de Lama e Aço*, o termo “bárbaro” aparece: quando o autor se refere a intrigas ocorridas em Quixeramobim, onde *os bárbaros, dentro de poucos minutos, vieram às mãos com armas de fogo* (ibid: 52); Quando trata da *A energia bárbara do homem do sertão nordestino, precisando manifestar-se por injunção da própria força e não achando como, naquele meio atrasado e pobre, vae naturalmente perder-se no crime.* (ibdi:11); Também quando declara que *O indivíduo, barbarizado pelo meio bárbaro, adora as emoções fortes. As canções heróicas dos violeiros guardam a memória dos altos feitos do cangaço, glorificam os vencedores das lutas contra a polícia e crêam no sertão um penache de nova espécie.* (ibdi:12-13).

Quando notamos a recorrência do termo bárbaro no discurso de nossos autores assumimos a necessidade de discutir o sentido desta palavra dentro do contexto das relações de alteridade trabalhadas por Tzvetan Todorov no livro *A Conquista da América*, especialmente no momento em que este autor trata do discurso do religioso Las Casas que se colocava contrariamente aos argumentos de Sepúlveda, um representante dos interesses da cúpula católica que se valia da existência de ritos astecas como os sacrifícios humanos para afirmar a selvageria e inferioridade dos índios. Para Las Casas, que teria se convertido ao que Todorov chama de “perspectivismo”, as práticas indígenas deveriam ser entendidas a partir de seu próprio sistema de crenças.

Las Casas acabou por adotar uma nova posição, assumindo o que poderia se chamar de “perspectivismo” no seio da religião. Vimos que ele toma precauções para lembrar que o deus dos índios, embora não seja o “verdadeiro Deus”, é assim considerado por eles... Mas reconhecer que o deus deles é verdadeiro para eles não significa dar um passo na direção de um outro reconhecimento, a saber, que o nosso Deus é verdadeiro para nós – somente para nós? O que resta então de comum e universal não é mais o Deus da religião cristã, ao qual todos deveriam chegar, mas a própria idéia de divindade, daquilo que está acima de nós; a religiosidade e não a religião.

“Será mais fácil para ele aplicar esse princípio ao caso geral da alteridade e, conseqüentemente, evidenciar a relatividade da noção de “barbárie” (ele parece ser o primeiro a fazê-lo na época moderna): cada um é o bárbaro do outro; basta, para sê-lo, falar uma língua que esse outro ignora: para ele será apenas um burburinho. “Um homem será chamado de bárbaro quando comparado a outro, por ser estranho em seus modos de falar e por pronunciar mal a língua do outro (...) Segundo Estrabão, livro XIV, essa era a principal razão pela qual os gregos chamavam os outros povos de bárbaros, isso é, porque pronunciavam mal a língua grega. Mas, desse ponto de vista, não há um homem ou uma raça que não seja bárbaro em relação a um outro homem ou outra raça.”(TODOROV, 2003:274)

A palavra bárbaro tem sido usada, desde a antiguidade clássica para caracterizar um Outro diferente e inferior, demarcando a presença do poder e também da conquista ou da opressão dentro das relações de alteridade. O termo começou a ser usado na Grécia antiga para se referir às populações vizinhas e destacar a superioridade da Civilização Grega. Aristóteles, tentando sistematizar o problema da escravidão, concebeu os bárbaros espécie humana inferior e, segundo Ronaldi Raminelli no livro *Imagens da colonização*, neste mesmo contexto grego, a palavra contrastava a *polis* à vida natural destacando a cidade como espaço próprio para o desenvolvimento das potencialidades humanas, enquanto o bárbaro vivia imerso no caos, em um mundo sem normas, sem regras.

A partir do século VI d.C, *barbarus* equivaleria a *paganus*. Sendo empregado, não apenas para os descrentes no evangelho, mas aos indiferentes à verdadeira razão, inviabilizando a vida na “Cidade de Deus” com suas lutas e combates fratricidas. Na travessia do Atlântico, os bárbaros eram os índios de corpos nus, guerreiros e canibais, a propósito disto, guerras, nudez, canibalismo e falta de centralização política sempre teriam sido

costumes próprios dos bárbaros e, no contexto do período colonial brasileiro, o conceito teria sido fortemente utilizado na representação européia dos ameríndios a favor do projeto colonizador. (RAMINELLI, 1996: 53).

Na Fortaleza do início do século XX, alguns textos de jornais nos levam a crer que ao utilizarem o termo “bárbaro”, Gustavo Barroso e os demais autores que nos servem de fontes se irmanavam a uma rede ideológica que já existia na cidade, atuando em nome dos valores elitizados do período. No artigo “O Ceará barbariza-se”, notamos que estava presente na vida letrada da cidade o paradigma da civilização e seu contraponto, a barbárie. Todavia, era possível encontrar dissidências na imprensa no sentido de discutir as referências de civilização problematizando até mesmo a noção de progresso.

Esta cidade, Sábado último, foi teatro de uma scena que nos autoriza a dizer que o Ceará barbariza-se.

Certa gente, que tem uma noção errônea de progresso, dirá justamente o contrário:- O Ceará civiliza-se.

E assim que, pelas 19 ½ horas daquela dia, em pleno recinto de um pavilhão de circo, quando já era numerosa a presença de pessoas ali, dava-se um monstruoso crime, de que resultou tombar sem vida um cidadão e um outro ir ter às grades do cárcere.

A scena, apesar de sua hediondez, não impressionou o espírito dos inúmeros circundantes.

Ouviu-se a detonação de diversos tiros. Os estampidos do revolver assassino provocaram natural confusão entre os que ali se encontravam.

Não obstante a grande assistência, ninguém pôde evitar o fatal desenlace.

Viu-se, então, imediatamente no chão, um cadáver e, nos braços dos policiais, um indivíduo ser desarmado e preso.

Em seguida, sae o criminoso e após o corpo inanimado.

Normaliza-se a situação e, logo depois, começa o espetáculo do circo.

A música enche o ambiente de notas álares e, dentro em pouco, inumeras vozes reclamam a presença de certo palhaço.

Não veio um palhaço reclamando, veio um outro também apreciado por aquella gente.

Esse artista, com seus trejeitos grotescos e exagerados, provoca o entusiasmo dos seus admiradores, que agora lhe exigem cante ao som languido do violão, chulas apimentadas já conhecidas deles.

O palhaço os atende, cantta e faz mil diabruras, recebendo, então, estrepitosas palmas, de envolta com gritos ensurdecadores de aplausos...

O pavilhão, regorgitava de expectadores, a mor parte deles, talvez, já não se lembrava da scena dolorosa, que a pouco ali se desenrola.

A satisfação, a alegria, as gargalhadas, os risos dominavam aquellas creaturas. Tanto era assim, que chegáramos ali às 20,40 e nos demorando até ao fim do espetáculo, não ouvimos o menos comentário ao facto criminoso e sanguinolento que prescedeu a exhibição dos artistas da companhia.[...]

Demandamos o caminho da nossa resistência, profundamente impressionado, sobretudo, com a indiferença daquela gente, diante de um facto como esse, revelando, assim, falta absoluta dos mais comezinhos princípios de caridade ou de solidariedade humana...

O Ceará barbariza-se, dizíamos com os nossos botões, o Ceará civiliza-se, diria ao mesmo tempo, talvez, alguém que encara esses horrendos crimes das grandes cidades como uma prova real de adiantamento. O Ceará se civiliza sim, a dor e a desgraça alheia já não nos comove, já não desperta mais nos nossos corações as manifestações mórbidas de sentimentos piegas...

A vida é transitória, é muito curta; não há tempo, pois, pra nos preocuparmos com os infortúnios do próximo.

Deixemos isso aos visionários do christianosmo. Marchemos para diante.

O Ceará barbariza-se, respondemos-lhe, finalmente.³⁴

R.R

Percebe-se no artigo uma crítica ao desenvolvimento das cidades modernas do início do século XX e aos modelos de civilização e desenvolvimento adotados. Para o autor do texto, as transformações pelas quais passavam a cidade, enquadrando-a em uma rota que se iniciava na Europa e atingia os grandes centros brasileiros confirmando segregações sociais entre os habitantes de Fortaleza, se dava em virtude do prejuízo ético que o novo estilo de vida moderno implicava. Ao terminar o texto com a afirmação “marchemos para diante”, está posta a discussão sobre o sentido do progresso, apresentando as questões morais da chegada de um novo tempo.

O jornal *O Nordeste* tinha como identidade editorial, justamente a apresentação dos interesses e da visão da Igreja Católica acerca do que se dava na cidade e, por isso, a importância de incluí-lo neste trabalho, para que possamos entender que o discurso que inventava o sertão atrasado em detrimento do cosmopolitismo de Fortaleza e de seus paradigmas ideológicos não era uma unanimidade e se construía em meio a uma cidade complexa, com segmentos sociais diversificados. A crescente modernidade que afetava as classes médias do período encontrava a resistência de grupos tradicionais ligados a setores religiosos da cidade.

Todavia, pautar-se no binômio barbárie-civilização para a interpretação do crime relatado, indica que o jornal tinha por interesse tocar em uma discussão presente na vida social

³⁴ *O NORDESTE*, Fortaleza, 8 de Julho, 1924.

da cidade, confirmando que o uso dos termos em questão eram recorrentes para construir a identidade urbana do período, projeto no qual estavam envolvidos os autores analisados nesta pesquisa. Através deles, e da maior parte dos textos da imprensa encontrados, o adjetivo bárbaro foi utilizado para construir “o outro” sertanejo que resistia aos avanços da civilização litorânea.

Ao contrário de parte da imprensa e dos intelectuais que nos servem de fontes, os cordelistas, “jornalistas” do sertão, pareciam produzir um discurso bastante diferente acerca do cangaço. Ao tomar conhecimento de autores como Marc Curran, ou mesmo de Gustavo Barroso, é possível imaginar que as palavras “bandido”, “crime”, “facínoras”, “desalmados”, “baderneiros” ou mesmo “canibalismo” faziam parte de categorias utilizadas exclusivamente no litoral para falar dos cangaceiros. Na capital, o olhar dirigido ao sertão passava pelas lentes da modernidade, da cultura do progresso e da civilização.

O próprio Gustavo Barroso comenta a maneira como o cangaceirismo é apresentado na literatura de cordel. Neste texto, o autor fala da entrada de Lampeão em Juazeiro noticiada pela imprensa. Segundo Barroso existia uma diferença de opinião sobre o cangaço no sertão e no litoral

Não faz muito tempo, a imprensa brasileira comentou a entrada do cangaceiro Lampeão na cidade cearense do Joazeiro, onde foi recebido com todas as honras – música, repique de sinos e cortejo cívico, em que tomaram parte as autoridades locais [...] O jornalista da cidade vê tudo com outros olhos. Para ele, o cangaceiro é um facínora, um bandido tórpe. Assim o faz a mentalidade do litoral. Para o sertanejo não, ele vive e pensa como a dois séculos atrás. No seu modo de ver era um herói, em primeiro lugar por sua valentia, pelo número de mortes praticadas e pelos combates em que se cobriu de glória; em segundo lugar, era um perseguido merecedor de sympathy, um revoltado contra os governos, dos quais o matuto é fidalgo inimigo, porque na sua miséria, no seu abandono, na sua ignorância, só chegam ao alcance de sua compreensão as duas faces antipáticas dos poderes públicos: a polícia e o imposto” (Ibidem, Ibid:91).

A diferente maneira como o cangaço era significado no sertão e no litoral revelava duas sociedades que já eram diferentes mas que, com a chegada da modernidade nas capitais, passavam a ser mesmo antagônicas e Gustavo Barroso, ao destacar os diferentes sentidos construídos a partir destes dois pontos de vista que construíam uma cultura material sobre o

cangaceirismo (o litoral através da imprensa e o sertão através da literatura de cordel), deixava escapar, em meio a descuidos, o sertanejo que havia dentro de si ao apontar para uma vitimização do homem do sertão que, quase sempre, era alvo de maus governos.

Apesar da simpatia pelo sertanejo, quando Barroso apresenta a maneira peculiar com a qual o habitante do sertão atribui sentidos ao cangaço, deixa claro seu pertencimento a um modo de vida cosmopolitano, afinado com os novos tempos e valores da modernidade. Isso ocorre na medida em que o autor interpreta a leitura social sertaneja sobre o cangaço como fruto do atraso da região, uma vez que o sertanejo “vive e pensa como ha dois séculos atrás”.

Em outro trecho do mesmo livro, Gustavo Barroso apresenta o poema de cordel no qual o cordelista, após destacar a formação dos instintos maus do cangaceiro, narra de maneira aprazível o episódio em que Lampião, presenciando a prisão injusta ou indevida de um sertanejo, solta o preso fazendo justiça contra a polícia. Barroso comenta a maneira simpática como o “rei do cangaço” era descrito nos poemas populares testemunhando a diferença entre os discursos do litoral e do sertão:

O cangaceiro Lampeão, antes de ser falado pelas folhas e comentado pela oratória fofa dos senadores e deputados, foi celebrado em versos rudes e francos pelos cantadores sertanejos...antes de sua celebridade chegar ao Rio de Janeiro, em 1923, uma tipographia do mundo novo se encarregava de publicar a gesta anônima, intitulada *A História do bandoleiro Lampeão*, na qual figura, de acordo com os cânones do trovar sertanejo, o próprio herói contando a sua história.

Eram dez horas do dia,
Quando a feira estava cheia,
Um soldado pisou no pé
De uma mulata feia.
O marido se doeu,
Elle ameaçou cadeia.

Foi quando chegando eu vinha,
O homem foi me olhando,
No cóis da calça do homem,
O soldado ia pegando.
Ele ficou cabisbaixo.
O soldado foi empurrando...

Ahi eu disse ao soldado
-Mas por que essa prisão?
O soldado foi seguindo
Sem me prestar atenção.
Eu puz a mão no punhal pra promover minha acção

Elle teve que parar,
Perguntando-me quem era.
Disse-lhe que mostraria
Si estava á minha espera,
Que o homem não ia preso
Por aquilo que não fizera.

Elle disse que o prendeu
E ninguém mais o soltava.
Avancei, tomei o preso,
Porque nada me faltava.

Pois com raiva não estava. (Ibdem, Ibdí: 104)

A literatura de cordel assume, entre outras funções, a de jornal do Sertão, lugar de produção de imagens, de mitos e de representações do espaço sertanejo. Está para além dos limites desta pesquisa um estudo do discurso da literatura de cordel acerca do cangaço, no entanto, a consulta de estudiosos que tomaram o cordel como fonte de pesquisa é importante para ampliar nossa argumentação de que o conteúdo condenatório do cangaço era específico de letrados das classes médias e elites urbanas que, de tal maneira, se pronunciavam a favor de uma identidade moderna e “civilizada” para cidades como Fortaleza.

Se a literatura de cordel puder, de fato, ser tomada como um discurso específico do sertão, tal qual afirmava Luís da Câmara Cascudo, para quem a fase pioneira do cordel, escrita no final do século XIX e começo do XX, guardaria o verdadeiro sabor do sertão (CASCUDO, 1939) estaríamos diante de um sinal, ainda que problemático (porque a discussão sobre a formação discursiva deste tipo de produção cultural é tão extensa quanto o volume de fontes que precisariam ser analisadas), de que somente nas cidades modernas poderíamos encontrar grupos sociais instrumentalizados ideologicamente para produzir um discurso condenatório sobre o cangaço.

No livro *A História do Brasil em Cordel*, de Marc Curran, notamos que, no período focado por esta dissertação, os principais cordelistas eram Leandro Gomes de Barros, Chagas Batista e João Martins Atahide e, segundo Curran, na literatura produzida por estes cordelistas sobre o cangaço existiam algumas diferenças de acordo com os autores e seus personagens, quase sempre Antônio Silvino ou Lampião.

No caso de Leandro Gomes de Barros, que escrevia sobre Antônio Silvino, este cangaceiro era retratado como uma espécie de “Hobin Wood do sertão” por roubar aos ricos para dar aos pobres. Além disso, o “leão do Norte” da literatura de cordel obrigava violadores de moças inocentes a casarem-se com suas vítimas e ainda governava o sertão a favor do sertanejo e contra os grupos políticos que representavam tanto as oligarquias quanto as alianças entre militares e comerciantes urbanos (CURRAN, 2003:70).

Sobre A representação de Antônio Silvino na Literatura de Cordel, Marc Curran conclui que o cangaceiro

É engrandecido tanto por Leandro Gomes de Barros quanto por Chagas Batista – aquele aproximando-o do modelo heróico clássico; este, ligando-o às causas sociais, como solução para o estado de miséria das massas nordestinas. Nos dois casos o cangaceiro é apresentado como autoridade moral, com uma imagem herdada das tradições que formavam a cosmovisão do velho cordel: homem de justiça, guardião da moralidade, defensor do bem contra o mal, enfim, uma alternativa ao corrupto opressor ou mau. (CURRAN, 2003:65)

Sobre Lampião, Chagas Batista e João Martins Athaíde desenvolveriam maneiras diferenciadas de representá-lo. Para o primeiro, o cangaceiro reunia qualidades semelhantes às de Antônio Silvino e até mesmo seus roubos eram retratados como “impostos” que a população sertaneja precisava pagar a quem, de fato, governava o sertão. Em contrapartida, o segundo autor, construía uma versão diferenciada para o parceiro de Maria Bonita que, pela primeira vez, apareceria como um assassino perverso, no entanto, a visão ambígua de Athaíde (representante da última fase do cordel antigo) consideraria Virgulino um inocente que, em muitos casos, era acusado por crimes cometidos por outros. (Ibidem, Ibd: 73).

Dessa forma, mesmo sem investir em um estudo sobre a literatura de cordel acerca do cangaço no início do século XX, podemos nos valer das considerações de autores como Mark Curran para sinalizar que existe a possibilidade do discurso do banditismo e da criminalização do cangaço serem próprios da cidade moderna e, nesse caso, devem ser interpretados, à luz dos signos da civilização da modernidade.

Por outro lado, considerar o discurso da literatura de cordel acerca do cangaço pode significar a percepção de como o sertanejo via e criava as imagens que lhe representavam e

construíam o seu próprio espaço, num momento em que as cidades lançavam, através de uma imprensa que já se aproximava do profissionalismo (o primeiro curso de Jornalismo no Brasil foi criado nos anos 1940), um olhar especial sobre este tema, olhar urbano que fazia deste fenômeno um movimento criminoso e que precisava ser banido, colaborando assim para o discurso que tornava o sertão uma espacialidade marcada pela barbárie e pela selvageria. Um micro-cosmo que precisava ser civilizado, conquistado, apoderado.

Essas considerações sobre o cangaceiro no cordel do início do século XX, na qual apareceriam como governantes do sertão, aqueles que garantiriam a justiça em um espaço mal ocupado pelas autoridades federais, sujeitos injustiçados e de bons corações, confirmam os escritos de Gustavo Barroso sobre a simpatia do sertanejo pelo cangaceiro, uma vez que, para o autor, *A gente humilde dos sertões admira, medrosa, aquela vida, acolhe o cangaceiro nas suas aberturas e sobressaltos; e quando simpatiza com ele, protege-o, alimenta-o, socorre-o e esconde-o...* (Ibidem, Ibd:89)

As imagens produzidas no sertão sobre o cangaço pareciam mesmo ser antagônicas àquelas construídas pelo discurso civilizador da capital cearense, no qual o cangaceiro era um bárbaro criminoso a ser eliminado pelas autoridades do estado, a quem eram dirigidas sistemáticas cobranças, acusações de ineficácia e negligência e, apesar de reconhecermos que não podemos afirmar isso sem um estudo aprofundado da literatura de cordel e do lugar de fala de seus autores, a sinalização desta possibilidade, fundamentada em especialistas como Marc Curran nos serve de cobertura para pensar que os discursos de Teófilo, Barroso e Lourenço Filho eram próprios da cidade e tinham a ver com os valores e as identidades que, no período, eram necessários para a construção do indivíduo urbano.

Muitas foram as questões transversais que passaram por nossa discussão acerca de um discurso urbano sobre o cangaço no Ceará: o papel do Estado na imposição de um modo de vida ordenado no sertão; o tipo de sociedade sertaneja que se identificava com o estilo de vida do cangaceiro e também as ramificações de uma sociedade fortalecida que, através de alguns textos da imprensa revelava seu apego a valores cosmopolitas que execravam o cangaço; a construção de um outro bárbaro e fora da civilização e de um mundo afirmado como correto no litoral... Todas estas questões colaboram para discutir a maneira como o espaço sertanejo, que não é natural como o modelo espacial moderno, se desenhava no

discurso de nossos autores que acrescentavam ao seu desenho discursivo do espaço os traços da barbárie.

Os jornais apresentados, com seus textos reveladores de um ambiente de circulação urbana das idéias de civilização, de progresso, de barbárie e de ordem, nos proporcionam pensar os livros de nossos autores dentro do que Foucault chamou de formação discursiva, uma vez que, para este autor, o discurso não provém de uma categoria causal, ele não é produzido por algo ou alguém, mas é formado dentro de suas “*condições de possibilidades*” (ARAÚJO, 2007:4). As relações textuais das classes letradas e elitizadas da cidade fomentavam um “solo positivo” a partir do qual um saber acerca do sertão do estado poderia se constituir a partir de um espaço de ordem representado pelos discursos desses sujeitos, os quais se armavam a partir de campos de saberes como a Medicina, a Pedagogia, o Direito ou a Psicologia, todos eles referenciados no paradigma científico moderno e ligados entre si na medida em que era ampla a formação do intelectual no início do século XX, chegando a transitar por diversas áreas do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos movimentam a história, atravessam e são atravessados pelo tempo, criam significados para acontecimentos que conquistam novos sentidos, cristalizam conceitos, pré-conceitos, estereótipos, atuando na ordenação do mundo com suas coisas, com seus espaços. Compreender o poder e a maneira de atuação do discurso é pensar, também, a construção do próprio sentido. O que existe está à espera de um sentido, o qual faz daquilo que existe algo existente, e isso só é possível através da linguagem, é ela que faz nascer a vida fecundada e o próprio espaço.

Nesta dissertação, mesmo atento às discontinuidades, procurou-se discutir as regularidades discursivas de Gustavo Barroso, Rodolfo Teófilo e Lourenço Filho, no sentido de entender uma direção específica daquilo que diziam sobre o sertão do Ceará, reinventando aquela região a partir de um projeto elitizado de cidade e de nação. Procurou-se argumentar que o discurso de um sertão violento, bárbaro, fanático, desorganizado e atrasado era poderoso para ressignificar aquele espaço, já existente no imaginário das cidades, mas que adquiria novos sentidos nos dizeres que partiam da modernidade.

Apesar de ambigüidades se fazerem presentes nos textos de nossas fontes principais, dentre os três autores estudados, é possível supor que no discurso de Gustavo Barroso elas estariam mais evidentes, pois este autor dividia, claramente, o sertanejo de forma bipolar e, se por um lado, utilizava de todo o julgamento da ciência e das teorias raciais para incriminar os tipos anormais que seriam os cangaceiros e curandeiros, por outro, parecia ser, os tipos normais (sertanejos, fazendeiros e vaqueiros) os guardiões de uma cultura tradicional mais pura e responsável pela essência nacional.

Dos escritores centrais para esta dissertação, Barroso foi o único que nasceu no sertão e não condenava aquela região como um bloco homogêneo de atraso e brutalidade, se preocupando em recortar aquele espaço para dirigir suas denúncias a um dos pólos sertanejos, aquele que concentrava os monturos desprezados pelas modernas cidades, representado pelos “tipos anormais”. Portanto, o movimento civilizacional do litoral em direção ao sertão, a princípio, não era desejado pelo jovem Barroso, todavia, são nas subcamadas discursivas de

parte de sua obra que percebemos a possibilidade de enquadrá-lo dentro de um movimento de poder civilizador que o identificava com valores urbanos modernos em detrimento de fenômenos sócio-culturais e religiosos que se davam nas regiões sertanejas.

Era a partir da atenção dada às teorias sociais européias, que permitem enquadrar Lourenço Filho, Rodolfo Teófilo e Gustavo Barroso dentro de uma formação discursiva coerente com o início do século XX, que estes autores tomavam para si um papel de vanguarda através da missão do desenvolvimento, cobrando do Estado a responsabilidade pela integração do sertão dentro de uma lógica integrada ao projeto nacional e, no momento em que o pensamento das autoridades ainda não enxergava a pobreza como alvo de uma ação política, e sim de ação da polícia, estes homens, em harmonia com o sentimento intelectual da época, denunciavam o descaso estatal, exigindo um conjunto de intervenções ou um programa de ação preventiva, e não repressiva, a começar pela educação.

Mesmo com as nuances discursivas de nossos três principais autores, foi através deles que almejamos discutir o sertão do Ceará, a partir de um discurso cosmopolita, moderno e litorâneo, que lhe atribuía um novo sentido a partir do início do século XX. Os enunciados, que não se encerravam nas circunstâncias que os produziam, mas que se desdobravam em outros, no fluxo da história, se constituíam enquanto núcleo de um discurso, o qual criava uma nova memória, a partir de uma ruptura com uma Fortaleza velha. No rastreamento de dizeres como “alienados”, “místicos”, “atrasados”, “bárbaros”... revelava-se a significação do sem sentido em sentido, percebendo-se o desenvolvimento da ideologia do “ser moderno e litorâneo”, em um imaginário composto por falas capazes de atuar na invenção de um espaço, a partir do qual uma elite urbana poderia forjar sua identidade.

Era necessário, portanto, vencer o sertão do cangaço e do “fanatismo”, transformar aquele espaço de violento e místico em civilizado, controlar, inserir e governar aquela região sem lei, na qual os cangaceiros, os padres e os beatos eram os reis. Dessa forma, aquela espacialidade poderia ser cooptada por um projeto de homogeneidade nacional, dentro do qual a moderna Fortaleza se inseria através de seus novos hábitos de comportamento social, construídos pelo discurso científico, pedagógico, político, intelectual e até religioso (uma vez que o catolicismo metropolitano, alinhado ao poder romano, também combatia o cangaceirismo e a devoção popular dos sertões).

Quando entrelaçamos nossos autores a um conjunto de textos composto por matérias dos jornais de Fortaleza ou livros de expressão na época como *Os Sertões* de Euclides da Cunha, pretendemos indicar a existência de uma cultura política e intelectual que, a partir de pressupostos da cidade moderna, enxergava o sertão, sua religião, seus fenômenos políticos e sociais inventando na capital e para ela um espaço outro que viesse a confirmar os valores cosmopolitas como vitoriosos, coerentes e acertados em detrimento de seus contrapontos.

Dessa maneira, ao findarmos nossa discussão, confirmamos expectativas, algumas vezes anunciadas durante os capítulos do trabalho, de apontar para desdobramentos de pesquisa. Uma delas parte da idéia de que o sertão que chegava à capital pela pena destes homens acrescentava a um imaginário pré-existente, novos enunciados e novas imagens, os quais pareciam fazer sentido em uma urbe cada vez mais moderna, e a investigação deste imaginário dentro do qual se alojava uma memória coletiva do que viria a ser o sertão na cidade, é um ponto que não foi atingido em nosso trabalho, mas que pode ser perseguido por outros.

Outra provocação de pesquisa que intencionamos realizar inicia-se quando, dentro da discussão sobre a reinvenção discursiva do sertão cearense, tentamos ascenar com a possibilidade de uma identidade urbana desenvolvida em Fortaleza através de textos que se referiam ao sertão e aos comportamentos rejeitados pelas elites da cidade. Portanto, a investigação do desenvolvimento dessa identidade móvel e de um imaginário urbano, construído junto a um “banco de memória” que acumulava imagens e discursos da cidade, capazes de gerar em seus sujeitos um sentimento de pertencimento a determinada cultura urbana, é um caminho investigativo para o qual poderíamos apontar através do estudo dos discursos de autores comprometidos com uma cultura cosmopolita que se confirmava nas grandes cidades brasileiras do início do século XX.

Um terceiro apontamento de nossas expectativas diz respeito à plausibilidade de problematizar ainda mais a criação do estereótipo do sertanejo como sujeito inculto, atrasado, rude ou violento, marcado por um certo comodismo, ao passo que o espaço urbano das capitais impõe como valores vitoriosos a civilização, a erudição, a ordem, o racionalismo ou ainda a esperteza, a competitividade e a ambição presentes em um discurso capitalista que, a partir do início do vigésimo século, precisou enquadrar o sertão dentro de sua lógica.

Nesse sentido é que, através do estudo de uma formação discursiva que reinventava o sertão a partir da cidade moderna, gostaria, também, de ter contribuído para futuros questionamentos da maneira como um tipo de preconceito se desenvolve dentro de determinadas sociedades: o preconceito espacial, construído mediante um discurso sobre o outro que, muitas vezes assume a função de estabelecer formas identitárias ao grupo que, através da inferiorização do “espaço alheio” vai erguendo sua hegemonia cultural e política. Essas identidades, no caso de nosso estudo uma identidade urbana, não são fixas e se movem dentro do tempo histórico que lhes redefinem de acordo com os projetos político-culturais que atuam nas lutas de poderes modeladores dos espaços. Trata-se de um modo de controle, inventar um espaço na medida em que se deseja possuí-lo através da afirmação de uma cultura superior e da legitimação de uma ocupação simbólica, muitas vezes realizada mediante a atuação do próprio Estado que, ao se fazer presente naquele território, finca a bandeira de um espaço dominante no solo de um outro, inventado para ser possuído e, também, para que os vitoriosos se ergam na medida em que se formula a crença de que sua identidade existe e é superior.

O sertão cearense existe, para cada um de nós, através de tudo o que lemos ou ouvimos falar ao seu respeito e, neste trabalho, a idéia foi discutir um dos momentos de produção do sertão cearense dentro de uma discussão sobre a relação entre a história e a produção dos espaços para, dessa maneira, sabermos que os lugares nos quais os homens se relacionam se desenham de acordo com suas falas, suas ideologias, seus desejos de possuírem, ou de se expandirem política e culturalmente. É assim que o sertão “distante e atrasado”, do início do século XX, aparece como um espaço reinventado pelos novos significados da modernidade. No fluxo de nossa narrativa, um carrossel de palavras e sentidos não vai parar de girar e, neste movimento circular, cirandam lutas, discursos, construções, tempos, processos, alteridades, ideologias, invenções, histórias, espaços, geografias...

FONTES

LIVROS:

BARROSO, Gustavo (João do Norte). **ALAMAS DE LAMA E AÇO** (Lampeão e outros cangaceiros).Ed. Proprietaria Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930.

BARROSO, Gustavo. **Heróis e bandidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

_____. **Terra de Sol**. Rio de Janeiro: Bejamin de Aguilã editor, 1912.

_____. **Terra de Sol**. Ed.ABC, 8ªed. Fortaleza.2006

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo, Martin Claret, 2003.

FERREIRA, Aurélio. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª Ed. Revista e ampliada. Reio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Juazeiro do Padre Cícero**: Brasília, INEP/MEC, Ed. 4. 2004.

_____. **Joaseiro do P. Cícero: Scenas e quadros do fanatismo no Nordeste**. Companhia melhoramentos de São Paulo, SP. 1926.

MOTA, Leonardo. **No tempo de Lampião**. Rio de Janeiro-São Paulo-Fortaleza. ABC, 3ªEd.2002.

TEÓFILO, Rodolfo. **O Caixeiro**, Fortaleza, Museu do Ceará, 2ªed.2006.

_____. **A Seca de 1915**. Imprensa inglesa, Rio de Janeiro, 1922.

_____. **A Seca de 1915**. Ed. UFC, Fortaleza-CE, 1980.

_____. **A Seca de 1919**. Imprensa inglesa, Rio de Janeiro. 1922.

_____.**Seccas do Ceará** (2ª metade do século XIX). Ceará: Typ. Moderna/Ateliers Louis, 1901.

_____. **A Sedição do Joazeiro**. Revista do Brasil. SP, 1922.

_____. **Variola e Vacinação no Ceará**. Biblioteca básica cearense Fundação Waldemar Alcântara. Fortaleza, 1997.

JORNAIS:

O Ceará, de Fortaleza, 9 de abril de 1926.

O Cearense, 01 de Outubro de 1926.
O Cearense, de 16 de Setembro de 1926.
O Correio do Ceará, Fortaleza, 17 de Junho de 1924.
O Cruzeiro, de 27 de Janeiro de 1912.
Diário do Ceará, Fortaleza, 24 de Maio de 1922.
O Nordeste, 05 de agosto de 1924.
O Nordeste, 12 de Abril de 1926.
O Nordeste, 08 de Abril de 1926.
O Nordeste 20 de Fevereiro de 1932.
O Nordeste 31 de Março de 1932.
O Nordeste, 21 de Maio de 1932.
O Nordeste, Fortaleza, 8 de Julho, 1924.
O Povo, 07 de Janeiro de 1932.
O Povo, 16 de Março de 1932.
O Povo, 13 de Abril de 1932.
O Povo, 20 de Abril de 1932.
O Povo, 03 de Maio de 1932.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste** e outras artes. 3ed. Recife: FJN. Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo, Companhia das Letras. 2008.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**. Bauru, EDUSC, 2000.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: Um Lugar Incomum**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Sarrar, 2005.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social” in **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 5, 1985.
- BITTENCOURT, Circe Maria. **Pátria, Civilização e Trabalho**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CARDOSO, Gleudson Passos. **Literatura, imprensa e política (1873-1904)** in: SOUZA, Simone e NEVES, Frederico de Castro. **Intelectuais**. Demócrito Rocha, Fortaleza, 2002.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e Cantadores**. Porto Alegre. Ed. Livraria do Povo, 1939.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópoles, Vozes, 1994. 1. Artes de fazer.
- CURRAN, Mark J. **História do Brasil em Cordel**. São Paulo: Editora Universidade Federal de São Paulo, 1997.
- DELLA CAVA, Ralph. **O milagre em Joazeiro**. Paz e Terra. 2005.
- FACÓ, Rui: **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1983.

- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 5ªed,1997.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado, Ed.3, Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Ed. Loyola. São Paulo,1996.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino**. São Paulo, Moderna, 1984.
- HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro:DP&A, 1997.
- HERSCHMANN, M. M. e PEREIRA, C. A. M. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOBSBAWM, E.J. **Bandidos**; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar, RJ, 2009.
- LIMA, Luís Costa. **Terra Ignota: A construção de Os sertões**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.
- LIRA NETO. **O poder e a peste: A vida de Rodolfo Teófilo**. Ed. Demócrito Rocha, Fortaleza, 1999.
- MELO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do Sol**. O Banditismo do Nordeste do Brasil. Recife: Massangana, 1985.
- MELO, Frederico Pernambucano. **Quem Foi Lampião**. Recife/Zürich: Stahli, 1993.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra. **Gustavo Barroso: um cearense ariano**. Fortaleza, Museu do ceará, 2006.
- MONARCHA, Carlos e FILHO, Ruy Lourenço **Por Lourenço Filho: Uma biobibliografia**. Brasília, Inep/Mec, 2001.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NEVES, Frederico de Castro. A seca e a cidade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900) in: SOUZA, Simone e NEVES, Frederico de Castro. **Seca**. Demócrito Rocha, Fortaleza, 2002.

O'GORMAN, Edmund. **A invenção da América**. Unesp, SP, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos - representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos**. Belo Horizonte. UFMG. 2000.

ORLANDI, Eni P **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Enni. **O Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3ed. São Paulo: Pontes, 2003.

PONTE, Sebastião R. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 2ed., 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os cangaceiros**. 2 ed. São Paulo: globo, 1986.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização**. Rio de Janeiro/São Paulo: Jorge Zahar/Fapesp/Edusp, 1996.

RAMOS, Francisco Régis Lopes Ramos. **O Verbo encantado: a construção do Padre Cícero no Imaginário dos devotos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

REIS, José Carlos **.As identidades do Brasil: de Varnhagen à FHC"**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RIOS, Kênia Souza. **A cidade cercada: festa e isolamento na seca de 1932**. in: SOUZA, Simone e NEVES, Frederico de Castro. **Seca**. Demócrito Rocha, Fortaleza, 2002.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção de significado de uma cartografia**. São Paulo: UNESO, 2002.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. **Espaços do Sertão**. 1995. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília, Brasília.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.

_____, **Orfeu Estático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos freementes anos 20**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso, In: **História da Vida Privada no Brasil**, v.3. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SILVA, Benedito. **Rodolfo Teófilo**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

SOUZA, Simone (Org.) **História do Ceará**. Fortaleza, UFC/Fundação Demócrito Rocha/Stylos Comunicações, 1989.

_____. (Org.) **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza, Demócrito Rocha, 2000.

SOUZA, Simone e NEVES, Frederico de Castro (Org.). Fortaleza: História e cotidiano: **Seca**. Ed. Demócrito Rocha, Fortaleza, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: A questão do outro**. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

ARTIGOS

AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.8, nº15, 1995. www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault**. Revista Aulas, Dezembro 2006/Março 2007. Dossiê: Foucault, nº3.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Um tear de memórias: Gustavo Barroso e as escritas de si**. Trajetos Revista de História da UFC. v1.5. nº9/10. 2007.

MOREIRA. Afonsina Maria Augusto. **Terra de Sol: Entre Deus e o Diabo.** Trajetos Revista de História da UFC. Dossiê Religiosidade, vl.4, nº8. 2006

NEVES. Frederico de Castro. **Estranhos na Belle Époque:** a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915). Trajeto: Revista de História UFC. VI.3, nº6,2005.

WIESEBRON L. Marianne. **Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional.** Ci & Tróp., v,24, n.2, p. 417-444, jul./dez.,1996.

DISSERTAÇÕES E TESES

ALENCAR. Manuel Carlos Fonseca de Alencar. **Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo: A cidade e o campo na literatura naturalista cearense.** Fortaleza, 2002, UFC.

MOREIRA. Afonsina Maria Augusto. **No Norte da saudade:** Esquecimento e memória em Gustavo Barroso. PUC-São Paulo, 2006.

